São Paulo

DATA MERCANTIL

R$ 2,00 | Quarta-feira, 30 de março de 2022 | Edição N º 520

datamercantil.com.br

País cria 328,5 mil vagas de emprego formal em fevereiro, em ritmo ainda inferior a 2021

O país registrou a criação líquida de 328,5 mil empregos com carteira assinada em fevereiro, o que representa uma queda de 17% em relação ao mesmo mês do ano passado. Além disso, os salários iniciais dos trabalhadores voltaram a cair.

O saldo neste mês é resultado de 2 milhões de contratações e 1,6 milhão de desligamentos e foi divulgado por meio do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), apresentado nesta terça-feira (29) pelo Ministério do Trabalho e Previdência.

Em janeiro, o resultado já havia sido 38% menor do que um ano antes. Para o ministério, a desaceleração é natural após um 2021 de melhora na economia, o fim de medidas emergenciais e a normalização dos dados.

Bruno Dalcolmo, secretário-executivo do Ministério do Trabalho e Previdência, afirma que os dados neste ano tendem a seguir o desempenho da atividade (o mercado espera que o país cresça 0,5% neste ano).

"As empresas não vão continuar contratando naquele ritmo do ano passado para sempre, aí [passar a ser] uma questão de crescimento natural da economia", afirmou.

Segundo ele, no entanto, há uma retomada forte das contratações enquanto os desligamentos permanecem relativamente estáveis -por isso, disse, os números merecem comemoração. "É um processo consistente com a retomada da economia brasileira", afirmou.

Após um crescimento em janeiro (que sucedeu um aumento marginal em dezembro), os salários de admissão voltaram a cair -retomando a trajetória de quedas consecutivas registradas de junho a novembro de 2021.

A remuneração média para quem foi contratado em fevereiro foi de R$ 1.878,66, 3% menos do que em janeiro e 2,4% inferior a um ano antes (já considerando dados corrigidos pela inflação). Segundo os técnicos, a menor remuneração é tradicionalmente observada em momentos de expansão.

"Quando aumenta o número de admissões, aumenta a base de trabalhadores contratados e normalmente aumenta o número de contratados com menor renda. Esse é um movimento que acaba sendo comum", afirmou Luis Felipe de Oliveira, secretário de Trabalho.

Justificativa semelhante é dada para o aumento nos pedidos de seguro-desemprego, que chegaram a 550,2 mil em fevereiro (4% mais do que em janeiro e 13% mais do que um ano antes). Segundo os técnicos, uma economia mais aquecida provoca mais movimentação e mais fluxo de entradas e saídas do mercado de trabalho.

Fábio Pupo/Folhapress

Economia

Auditores fiscais protestam por aumento de salário em SP

Página - 03

BC diz ter plano de contingência para manter Pix e outros serviços na greve

Página - 03

Política

Bolsonaro e Braga Netto ampliam bônus a militares até para evento esportivo

Página - 04

Filiação de Damares tem 'vem, queridona' e áudio do TikTok com gritos

Página - 04

₿itcoin

Fundação da Luna compra mais 2.830 bitcoins e soma US$ 1,3 bi em reservas

Pág - 05

Binance quer ser brasileira - O que pode mudar para o investidor?

Pág - 05

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0A2B-1CA5-9009-3B5B.

No Mundo

Rússia e Ucrânia negociam na Turquia sem aperto de mão nem perspectiva de fim da guerra

Delegações de Rússia e Ucrânia se reúnem nesta terça-feira (29) na Turquia para a primeira rodada presencial de negociações a respeito da guerra em quase três semanas.

O presidente anfitrião, Recep Tayyip Erdogan, deu boas-vindas a russos e ucranianos e lembrou que a responsabilidade de "parar essa tragédia" é responsabilidade de ambos os lados.

A Ucrânia tem pouca esperança de um avanço imediato e disse que busca um cessar-fogo, mas sem comprometer seu território ou sua soberania. A baixa expectativa se traduziu no que a TV ucraniana descreveu como "uma recepção fria" no lugar escolhido para a reunião: não houve apertos de mão entre os negociadores.

Ainda assim, a retomada do diálogo presencial é um passo importante em direção a um possível cessar-fogo. Apesar de paralisada na maioria das frentes, a ofensiva russa segue infligindo sofrimento a civis e agravando crises humanitárias em cidades sitiadas.

Figuras do alto escalão de Rússia e Ucrânia deram, ainda na segunda-feira (29), o tom de baixa expectativa para as negociações que começam nesta terça.

Dmitro Kuleba, chanceler ucraniano, disse que iria à mesa de conversas para fechar um acordo que contemple, no mínimo, questões humanitárias e, no máximo, um cessar-fogo, mas sem "negociar pessoas, terras ou soberania".

Dmitri Peskov, porta-voz do Kremlin, disse que é importante que as reuniões voltem a acontecer presencialmente, embora as negociações até agora não tenham produzido avanços substanciais -foram três encontros anteriores na Belarus e um na Turquia.

Na segunda, o jornal americano The Wall Street Journal publicou reportagem em que afirma que o oligarca e dois ucranianos tiveram sintomas de envenenamento após uma reunião em Kiev no início do mês.

Folhapress

Primos de 12 e 14 anos morrem em live no Instagram após disparo de arma

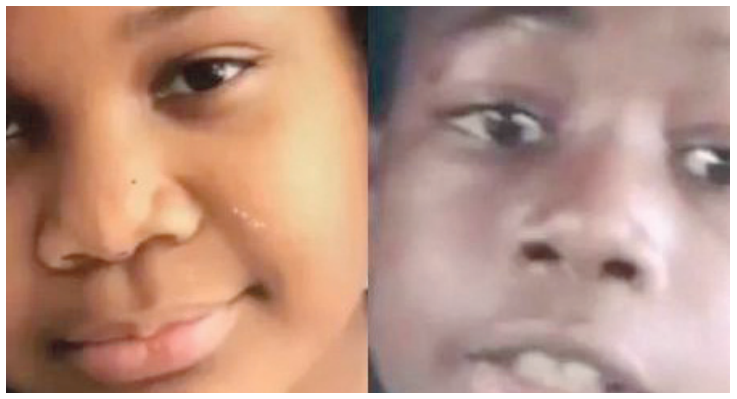
Dois primos de 12 e 14 anos morreram na cidade de St Louis, no Missouri (EUA), após uma ocorrência com uma arma de fogo durante uma transmissão ao vivo nas redes sociais. De acordo com a imprensa internacional, a criança mais nova, uma menina identificada como Paris Harvey, teria atirado acidentalmente no primo, Kuaron Harvey, e se matado em seguida.

As mortes aconteceram durante uma reunião de família na noite da sexta-feira (25) e a polícia foi acionada, constatando a morte dos dois no local. Paris e Kuaron estavam fazendo um vídeo ao vivo no espelho quando a menina atirou no primo. Segundo a descrição do vídeo, ela se abaixou para pegar a arma, que disparou novamente. Os dois foram atingidos na cabeça.

"Não foi uma situação de discussão nem nada do tipo. Eles estavam brincando com a arma, quando não deveriam estar brincando. Claro que eles não deveriam estar brincando. Acho que ela disparou sem querer", afirmou a avó das crianças, Susan Dyson, em entrevista ao jornal St Louis Post-Dispach.

Ela contou que assistiu ao vídeo do acidente, que estava disponível no Instagram, e também disse que os primos foram criados juntos como irmãos. Inicialmente, o caso foi classificado pela polícia como um homicídio seguido de suicídio.

Folhapress



Países propõem eliminar subsídios prejudiciais à biodiversidade

Países reunidos na Convenção de Biodiversidade da ONU propõem a meta de eliminar subsídios prejudiciais à biodiversidade como parte do próximo acordo global de biodiversidade, previsto para ser assinado até o final do ano na China.

Histórico, o debate sobre subsídios ganhou força nesta semana após ter marcado o fracasso da COP26 do Clima no último novembro.

Na plenária final da COP26, Índia e China bloquearam o que seria uma menção histórica à "eliminação dos subsídios a combustíveis fósseis", levando à troca do texto por "redução dos subsídios".

Já na Convenção de Biodiversidade da ONU, os países sinalizam a disposição de seguir com uma linguagem mais comprometida, citando a eliminação dos subsídios prejudiciais à biodiversidade -o que, em tese, incluiriam os combustíveis fósseis e ainda iriam além, abarcando subsídios à agricultura convencional, dependente de agrotóxicos.

Como os critérios sobre o que pode ser considerado prejudicial à biodiversidade seguem em aberto, ainda há mais dúvidas e brechas do que certezas no texto, que passa por uma rodada de negociações em Genebra, na Suíça.

Após dois anos de reuniões online devido à pandemia, os negociadores da Convenção de Biodiversidade da ONU, assinada por 193 países, voltaram a se encontrar presencialmente nas últimas duas semanas.

O principal entrave para o avanço das negociações é a falta de oferta de dinheiro para financiar as atividades de conservação. As ações previstas no novo acordo global de biodiversidade -que inclui a proteção de pelo menos 30% das áreas biodiversas do planeta- podem custar US$ 967 bilhões (R$ 4,6 trilhões), segundo estudo da TNC, Tobin e Paulson Institute.

Ana Carolina Amaral/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agricolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da abra legal

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0A2B-1CA5-9009-3B5B.

Economia

BC diz ter plano de contingência para manter Pix e outros serviços na greve

Um dia após os servidores do Banco Central decidirem entrar em greve por tempo indeterminado a partir de 1º de abril, a autoridade monetária disse ter planos de contingência para assegurar o funcionamento dos serviços essenciais para a sociedade, como o Pix.

"O Banco Central esclarece que tem planos de contingência para manter o funcionamento dos sistemas críticos para a população, os mercados e as operações das instituições reguladas, tais como STR [Sistema de Transferência de Reservas], Pix, Selic, entre outros", afirmou.

Segundo o Sinal (Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central), a lei de serviços essenciais será respeitada pelos servidores. Mas ressalta: "O Pix e diversas outras atividades do BC não estão nessa lei. Portanto, muitos atrasos ou interrupções poderão ocorrer".

Fontes do Palácio do Planalto ouvidas pela Folha de S.Paulo após a aprovação da greve relataram temor de que a paralisação comprometa a atividade do BC –sobretudo as operações de câmbio e o Pix.

Em nota, o BC também disse reconhecer o direito dos servidores de promoverem manifestações organizadas e confiar na "histórica dedicação, qualidade e responsabilidade dos servidores e de seu compromisso com a instituição e com a sociedade".

A greve foi aprovada em assembleia na segunda-feira (28), com o apoio de cerca de 90% dos 1.300 servidores da ativa que participaram da deliberação, segundo sindicato.

Sem uma proposta oficial do governo, os funcionários do BC votaram a favor do recrudescimento da mobilização. Os servidores já vinham realizando paralisações diárias das 14h às 18h desde o dia 17 de março e atuando em operação-padrão.

A entidade também diz que as entregas de comissões tiveram início na segunda. "300 comissionados já entregaram suas comissões e esperamos chegar quarta (30) a 500 entregas (de um total de 1000 comissões, sendo 50% gerenciais e 50% de assessoramento)."

O movimento dos servidores do BC faz parte da mobilização nacional do funcionalismo público por reajuste salarial e reestruturação de carreira. A pressão começou após o presidente Jair Bolsonaro (PL) ter acenado com aumento aos policiais federais, categoria que compõe sua base de apoio.

Nathália Garcia e Idiana Tomazelli/Folhapress

Auditores fiscais protestam por aumento de salário em SP

O Sinafresp (Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de São Paulo) diz que vai participar de uma manifestação na entrada principal da Alesp (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo) na tarde desta terça-feira (29).

A entidade afirma que a categoria protesta por não ter sido contemplada pelo reajuste salarial anunciado pelo governo Doria.

"Uma das reivindicações em pauta é a atualização do salário do governador do estado, congelado desde 2019, ao qual estão atrelados os reajustes de parcela dos servidores do poder executivo do estado de São Paulo, caso dos auditores fiscais do estado", diz o Sinafresp em nota.

Na última semana, os deputados aprovaram a proposta do governo para o aumento salarial, com 20% de reajuste aos servidores da saúde e da segurança pública, integrantes das Polícias Civil e Militar, agentes de escolta e vigilância penitenciária e de segurança penitenciária.

Para servidores do quadro de apoio escolar, administração penitenciária e pesquisadores científicos do estado, das secretarias, da Procuradoria-Geral e de autarquias estaduais, o reajuste é de 10%.

Joana Cunha/Folhapress

Não sabíamos que cadeias produtivas estavam tão frágeis, diz FMI

A diretora-gerente do FMI (Fundo Monetário Internacional), Kristalina Georgieva, desenhou o tamanho da surpresa com o cenário negativo para a economia mundial na recuperação após o pico da pandemia de Covid.

"Esperávamos que a economia crescesse e que a inflação baixasse. Conseguimos o exato contrário", afirmou ela durante o World Government Summit, encontro anual realizado em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. "Não sabíamos que as cadeias produtivas estavam tão frágeis."

A expectativa por um ciclo mais longo de juros baixos acabou abandonada quando o FMI se deu conta do tamanho do problema inflacionário.

"Nossas políticas não estão escritas em pedra. Elas refletem as condições que vemos", afirmou Georgieva, acrescentando que, em retrospectiva, a reação poderia ter sido diferente no ano passado.

Ainda assim, a economista elogiou as ações de bancos centrais de todo o mundo no início da pandemia. "Previmos no começo de 2020 que a economia mundial cairia 10%, o que significa depressão", disse. "E isso não ocorreu, porque os bancos centrais deram suporte."

Para 2022, a previsão do fundo, anunciada antes de estourar a guerra na Ucrânia, era que a economia mundial crescesse 4,4% neste ano, o que representa uma desaceleração em relação ao ano passado.

O foco do FMI agora é fornecer dinheiro barato em empréstimos de longo prazo para países de baixa renda e alto endividamento, sobretudo os que dependem sobremaneira da importação de alimentos, como Egito e Líbano.

"Eu vivi a inflação alta na Bulgária [seu país natal]. A poupança da minha mãe evaporou-se em 48 horas. Conheço a dor que está sendo sentida em países onde a comida está se tornando escassa", afirmou, dizendo-se comprometida com uma solução que dilua a tensão após o conflito militar. "Sei o quanto uma guerra fria reduz o potencial do mundo."

Roberto Dias/Folhapress

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0A2B-1CA5-9009-3B5B.

Política

Bolsonaro e Braga Netto ampliam bônus a militares até para evento esportivo

O presidente Jair Bolsonaro (PL) e o ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, assinaram um decreto que amplia as possibilidades de pagamento de gratificação de representação aos militares, um benefício que incrementa de 2% a 10% o valor da remuneração básica.

Viagens de representação, que garantem o benefício, passam a contemplar eventos culturais e desportivos. Militares fora da sede para nove tipos de serviços -como de manutenção e avaliação de produtos de defesa- também poderão receber a gratificação em caráter eventual.

O decreto foi assinado no último dia 17 e publicado no "Diário Oficial" da União do dia seguinte. Ele revoga um decreto da presidente Dilma Rousseff (PT) de 2 de maio de 2016, que já ampliava as possibilidades de pagamento da gratificação de representação.

O Ministério da Defesa afirmou, em nota, que o decreto não traz inovação sobre o pagamento da gratificação em razão do exercício de cargos de comando, direção ou chefia. "Não haverá novos impactos financeiros", disse.

A pasta, porém, não respondeu aos questionamentos da reportagem sobre o impacto aos cofres públicos com as novas possibilidades de pagamentos, sobre quanto é gasto hoje e sobre quantos militares já recebem e poderão passar a receber o benefício.

Procurado, o Ministério da Economia também não se manifestou.

Quando regulamentou a benesse, em 2016, Dilma tentava se garantir no cargo de presidente.

Em 17 de abril daquele ano, a Câmara já havia autorizado a instauração do processo de impeachment da petista. E, em 12 de maio, dez dias após o decreto, o Senado aprovou a abertura do processo, com afastamento provisório da então presidente. Ela foi destituída de vez em 31 de agosto de 2016.

Agora, Bolsonaro e Braga Netto ampliaram ainda mais o escopo de possibilidades de recebimento da gratificação de representação.

O presidente tenta se cacifar para a reeleição, num momento em que todas pesquisas de intenção de voto mostram o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com chance de vitória.

Bolsonaro está decidido a trocar seu vice na disputa pela reeleição. Sai o general Hamilton Mourão (Republicanos), e um dos mais cotados para a chapa é o general Braga Netto.

O presidente colocou o militar no cargo de ministro da Defesa para garantir maior controle e influência política nas três Forças Armadas.

Folhapress

Filiação de Damares tem 'vem, queridona' e áudio do TikTok com gritos

O evento de filiação da ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, ao Republicanos foi marcado pela reprodução de um áudio usado em vídeos do TikTok e o "vem, queridona", dito pela coordenadora da comunicação nacional da sigla, Helen Assumpção.

Ao lado do ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, Damares oficializou sua ida ao partido, mas não confirmou a candidatura ao Senado pelo Amapá.

No vídeo da filiação de Damares, é possível acompanhar o momento em que a ministra é convidada a assinar a ficha de filiação. Helen Assumpção, que comandou a cerimônia do Republicanos, diz: "Lá vem ela, a ministra Damares. Vem, vem, vem queridona".

Em seguida, o áudio, nomeado como 'Cheguei, cheguei, cheguei' nas redes sociais, é reproduzido. O som tem a frequência alterada e é marcado por um grito, logo no início.

Antes de assinar a ficha, Damares ainda faz uma contagem de 1 a 10, para simbolizar o número do Republicanos -a numeração é usada para identificar o partido na urna eletrônica.

Durante a filiação, os ministros Tarcísio Freitas e Damares Alves foram presenteados com uma camisa do Republicanos, sendo que a do ministro foi azul e a da ministra, rosa. Ao perceber esse detalhe, Damares não escondeu a felicidade e celebrou:

"No Republicanos, menino veste azul e menina veste rosa", afirmou, repetindo uma de suas falas mais polêmicas.

Damares diz estar "honrada" por se filiar ao Republicanos, um "partido conservador" que preza por "Deus, pela pátria, família e liberdade".

Folhapress

Eduardo Leite diz que Doria abrirá mão de candidatura se for preciso

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), afirmou nesta terça-feira (29), em entrevista à GloboNews, que João Doria (PSDB) pode desistir de sua pré-candidatura à Presidência por um nome "que tenha condições de reunir forças em torno de um projeto".

Leite acrescentou que o seu sentimento é o mesmo de Doria: "Estou pronto para apoiar quem tiver condição [de rivalizar com Bolsonaro e Lula], mas tem muita gente que entende que eu devo liderar um processo como esse".

"Percebo que há um sentimento em comum entre todos: viabilizar uma candidatura. As pesquisas mostram que há muita rejeição ao atual e ex-presidente [Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva]."

Na última pesquisa do Datafolha, divulgada na semana passada, Leite apareceu com 1% as intenções de voto no cenário em que ele substitui Doria como candidato. Na simulação com Doria, o governador de São Paulo marca 2% das intenções de voto.

Aliados de Leite no partido, liderados pelo deputado federal Aécio Neves (PSDB-MG), trabalham para que ele seja chancelado por outros partidos da chamada terceira via, sob o argumento de que ele seria um candidato mais viável que Doria.

Segunda (28), o governador do Rio Grande do Sul anunciou a renúncia ao cargo. Em tom eleitoral, ele disse que estava deixando o governo para respeitar a legislação eleitoral e que "se sente preparado para ser presidente".

À GloboNews, Leite disse que "se simplesmente quisesse ser candidato à Presidência, tinha caminho para isso". O governador declinou um convite do PSD para se filiar ao partido e se lançar na corrida eleitoral.

"Quero ajudar na união de forças, na formação de grande conjunto de atores políticos que ajudem a apresentar uma alternativa", afirmou Leite. "Se é para participar ativamente, seja como protagonista ou nos bastidores, é difícil fazer isso rivalizando com a atenção que o governo administrativo exige."

Folhapress

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0A2B-1CA5-9009-3B5B.

Fundação da Luna compra mais 2.830 bitcoins e soma US$ 1,3 bi em reservas

Como parte de sua estratégia para alavancar o ecossistema que engloba as criptomoedas LUNA e UST, a Luna Foundation Guard está investindo uma quantia bilionária na maior criptomoeda do mundo.

Em poucos dias, a Luna Foundation Guard, responsável pela criptomoeda do blockchain Terra, já acumulou aproximadamente 27.784,96 unidades de bitcoin. Na cotação atual, o valor é o equivalente a quase US$ 1,3 bilhão.

A instituição foi criada no último mês, com o objetivo de apoiar o ecossistema Terra. Do Kwon, o CEO da Terraform Labs, chegou a sugerir que o projeto alavancaria a economia baseada em tokens da Terra, que utiliza reservas em bitcoin.

"O bitcoin é o único ativo de reserva de valor comprovado nas moedas digitais... É muito difícil que alguém em cripto questione o bitcoin", justificou Kwon, sobre sua escolha para as reservas da Terra.

Usuários observaram movimentações em um endereço de carteira digital que posteriormente foi confirmado como sendo da Luna Foundation Guard. Segundo a Bitcoin Magazine, o próprio Do Kwon "confirmou por e-mail que o endereço realmente pertence à Luna Foundation Guard", e que as compras seriam para "lastrear a stablecoin UST".

O assunto repercutiu na internet e especialistas opinaram sobre os planos da Terraform Labs e da Luna Foundation Guard. Kyle Davies, cofundador e presidente da Three Arrows Capital, chegou a dizer que alguns dos apoiadores das ações da Luna Foundation Guard "nunca executaram tamanho antes", e que em termos de liquidez, "comprar US$ 125 milhões por dia em bitcoin por três meses, é muito".

O executivo ainda chegou a dizer que "Do Kwon une os maximalistas de bitcoin e a comunidade da LUNA. Ele está nos entregando um [Michael] Saylor sob o efeito de esteróides". Michael Saylor é o CEO da MicroStrategy e um dos mais conhecidos entusiastas do bitcoin. Sua empresa possui mais de 125 mil unidades da criptomoeda como estratégia de tesouraria.

Do Kwon já havia anunciado alocações milionárias na maior criptomoeda do mundo, como parte de sua estratégia para o ecossistema Terra, que engloba as criptomoedas LUNA e UST. A primeira, chegou a bater recordes de preço no início de março. Impulsionada, entre outros motivos, pela alta demanda por sua parceira, a LUNA foi cotada em US$ 104,58. Para a emissão da stablecoin UST, o mesmo valor em Luna precisa ser "queimado", ou seja, eliminado do sistema.

Exame

Binance quer ser brasileira - O que pode mudar para o investidor?

Changpeng Zhao (CZ), CEO e fundador da Binance, anunciou em sua conta no Twitter no último sábado (26) que a Binance irá abrir um escritório no Rio de Janeiro.

"O Rio de Janeiro aceitará criptomoedas para pagamentos de impostos e a Binance abrirá um escritório no Rio. Ele já fez sua parte. Estamos trabalhando na nossa", disse Zhao, que publicou uma foto ao lado do prefeito da cidade, Eduardo Paes.

A Binance já patrocina o campeonato paulista de futebol, e o CEO disse no evento cripto "Ethereum Rio" deste mês que pretendia contratar mais de 4 mil funcionários para a sede brasileira.

Desta forma, o movimento da corretora estrangeira de criptomoedas no Brasil vem aumentando consideravelmente este ano. Mas o que não está tão claro ainda é o que isso pode mudar para o investidor.

O Cripto Redentor e a Receita Federal

A respeito da questão tributária, Ana Paula Rabello (Declarando Bitcoin) respondeu em seu blog algumas dúvidas que podem surgir entre os usuários da Binance no Brasil.

A corretora explica que após a empresa se constituir no país, a Binance terá que reportar as operações de seus usuários à Receita Federal do Brasil segundo a IN 1888.

A exigência vale a partir do registro nacional da empresa. Ou seja, não tem caráter retroativo.

Se o investidor já operava na Binance, como estrangeira, o saldo será reportado como qualquer exchange nacional, referente à posição em 31.12 do ano do registro.

Leonardo Rubinstein Cavalcanti/MoneyTimes

Após aumentar reservas de UST, LUNA bate novo recorde de preço

O preço da criptomoeda do ecossistema Terra bate recorde atrás de recorde após o anúncio de estratégias que envolvem investimento bilionário em bitcoin

LUNA, a criptomoeda nativa da rede em blockchain Terra, bateu um novo recorde de preço, chegando a ser negociada por US$ 107,44, de acordo com dados do CoinMarketCap. A conquista ocorreu na tarde desta terça-feira, 29, apenas 20 dias após o recorde anterior.

Apesar de ter recuado rapidamente desde então, o preço da LUNA se mantém em alta de 10% nas últimas 24 horas, e a criptomoeda é negociada por US$ 106,65. Nativa do ecossistema Terra, a LUNA é atualmente a 8ª maior criptomoeda do mundo, com um valor de mercado de US$ 38 bilhões, segundo dados do CoinMarketCap.

Além da LUNA, a rede Terra ainda conta com uma das principais stablecoins da atualidade. A UST é uma criptomoeda de valor estável que acompanha o preço do dólar, apesar de não possuir lastro na moeda norte-americana. Para que a emissão de UST seja possível, a mesma quantidade de LUNA deve ser "queimado", ou seja, deixar de existir. O processo faz com que, em períodos de alta demanda por UST, o preço da LUNA seja impulsionado a partir da redução em sua oferta.

Como parte de uma estratégia para alavancar ainda mais o ecossistema que é a casa de ambas as moedas, a Luna Foundation Guard anunciou compras bilionárias de bitcoin para suas reservas na última segunda-feira, 28, fator que pode ter sido decisivo para seu novo recorde de preço.

A Luna Foundation Guard foi criada no último mês com o objetivo de apoiar o ecossistema Terra, e agora conta com uma carteira digital de dar inveja à maioria dos investidores. Com 27.784 unidades de bitcoin, o investimento da LFG na maior criptomoeda do mundo já soma mais de US$ 1,3 bilhão

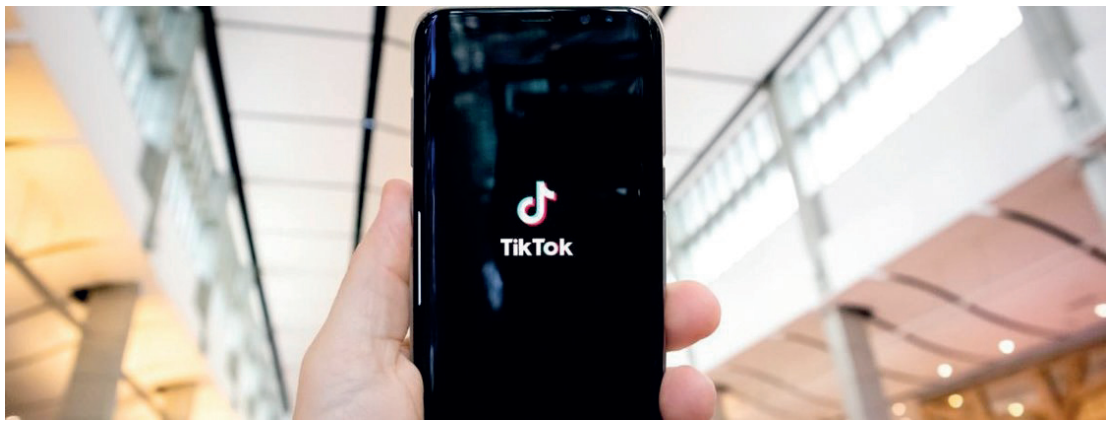
De acordo com Do Kwon, cofundador da Terraform Labs, a reserva robusta de bitcoin pode ajudar a melhorar a capacidade da UST e sua indexação ao dólar norte-americano. Kwon acredita que a criptomoeda seria o ativo de reserva digital mais forte disponível no momento.

Exame

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0A2B-1CA5-9009-3B5B.

Tecnologia

TikTok ganha ferramenta para adicionar gifs com sons



Usuários do TikTok em todo o mundo começaram a ter, nesta terça-feira (29), acesso a uma nova ferramenta para potencializar a sua criatividade. Trata-se da "Biblioteca", que facilita a adição de gifs nas postagens, permitindo aproveitar as principais tendências do momento.

A funcionalidade conta com material do GIPHY, plataforma de gifs animados adquirida pelo Facebook em 2020 por US$ 400 milhões. O serviço, que atualmente pertencente à Meta e possivelmente será revendido, será o primeiro parceiro deste novo recurso do app de vídeos, que deverá oferecer conteúdos adicionais, de outras fontes, futuramente.

Com a Biblioteca do TikTok, é possível rechear suas postagens na rede social utilizando uma ampla gama de conteúdos, como a coleção GIPHY Clips. Lançada em 2019, ela traz material licenciado no formato gifs com som, incluindo momentos que definem a cultura, reações, citações populares e muito mais.

De acordo com a plataforma sediada na China, a nova ferramenta também possibilita a adição de clipes de programas, memes e diversos outros tipos de conteúdos, integrando-os aos vídeos compartilhados no aplicativo. O recurso estreia em mercados selecionados, no Android, antes de ser disponibilizado no iOS na próxima semana, devendo chegar a toda a base de usuários em breve.

Como usar a Biblioteca do TikTok:

Para usar o novo recurso do TikTok é necessário ir à tela da câmera do aplicativo, caso a versão instalada em seu celular já tenha sido atualizada com a funcionalidade. Nela, toque na opção "Biblioteca", na barra vertical direita, e utilize o campo de buscas para procurar pelo conteúdo desejado.

Ao encontrar o material preferido, toque nele para selecioná-lo, escolha o tamanho e retorne à tela da câmera. Na sequência, basta continuar a captura do vídeo e finalizar a produção para que o conteúdo seja integrado à sua gravação.

Neste primeiro momento, a ferramenta suporta algumas categorias do GIPHY Clips, segundo o app de vídeos chinês. Entre elas, estão as reações (capturam a "emoção crua" de alguém), as citações (frases memoráveis e momentos de personalidades), as pessoas (celebridades que ajudam a se expressar) e os momentos icônicos (discursos de premiações, personagens da TV, jogadas espetaculares e mais). André Luiz/TecMundo

YouTube testa reações com emoji em trechos específicos de vídeos

O YouTube começou a testar uma ferramenta que permite reagir a um determinado momento de um vídeo com emojis, de forma similar aos comentários ligados a trechos que a plataforma testou em abril de 2021.

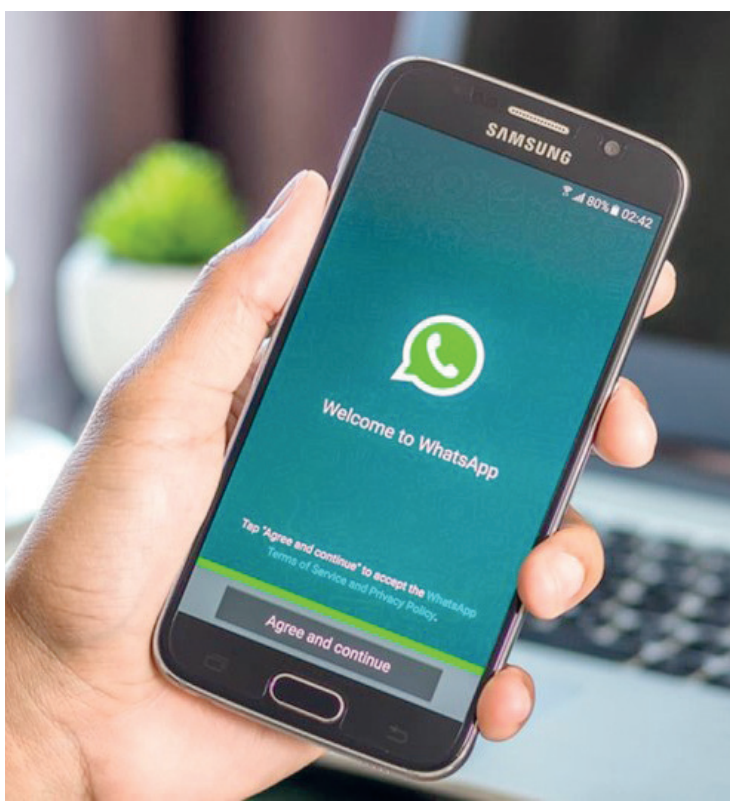
Para enviar um emoji para um momento específico, basta abrir a seção de comentários e tocar no painel de reações. A plataforma também exibirá os momentos aos quais outros espectadores estão reagindo, mas de forma anônima — não haverá como saber quem enviou qual emoji.

De acordo com um post em seu blog oficial, o YouTube pretende adicionar ou remover reações de acordo com a resposta da comunidade. Por enquanto, alguns dos emojis inicialmente disponíveis incluem coração, surpresa, interrogação, vergonha, entre outros. Por enquanto, a ferramenta está disponível em um número restrito de canais, mas os vídeos que tiverem acesso à novidade receberão um pop-up destacando o recurso.

A plataforma ainda afirmou ter obtido um feedback "tão positivo" com os comentários ligados a momentos específicos que viu a necessidade de testar ferramentas parecidas. De acordo com a empresa, essas são dois "recursos que fortalecem o senso de comunidade no YouTube".

Ircaci Falavina/TecMundo

Criptografia do WhatsApp pode ser ameaçada por nova lei europeia



A criptografia de ponta a ponta do WhatsApp, que aumenta a privacidade no app de mensagens da Meta, pode ser afetada por uma nova legislação da União Europeia (UE), que prevê regras mais rígidas para as gigantes da tecnologia. É o que garantem especialistas ouvidos pelo The Verge nesta segunda-feira (28).

Conhecida como Digital Markets Act (DMA), a lei teve um novo texto aprovado na última semana e agora segue para votação no Parlamento Europeu. Desenvolvida com o objetivo de reduzir o domínio de mercado das big techs, ela pode ter um forte impacto nos principais serviços de mensagens, que seriam obrigados a interoperar com plataformas menores.

Se aprovada, o WhatsApp, por exemplo, precisará oferecer suporte a protocolos menos seguros. Para o pesquisador de segurança cibernética Steven Bellovin, a criptografia do app terá que ser descartada quando ele trabalhar em conjunto com plataformas sem o mesmo recurso.

"Tentar reconciliar duas arquiteturas criptográficas diferentes simplesmente não pode ser feito; um lado ou outro terá que fazer grandes mudanças", explicou o professor da Universidade de Columbia (EUA). Neste caso, as funcionalidades mais avançadas acabariam sendo deixadas de lado, trazendo riscos para o usuário.

Mais críticas à DMA:

Quem também criticou a Lei de Mercados Digitais da UE foi o ex-engenheiro do Facebook Alec Muffett. De acordo com ele, as empresas de tecnologia não estão preparadas para oferecer produtos intercambiáveis, e exigir a interoperabilidade entre apps é como "entrar no McDonald's e solicitar a inclusão, no seu pedido, de um sushi feito em outro restaurante".

Já o diretor do Stanford Internet Observatory Alex Stamos citou o iMessage como exemplo. O app de mensagens da Apple é compatível com o SMS, mas a função não é bem vista pelos usuários devido às suas propriedades de segurança "muito ruins", de acordo com o especialista.

André Luiz Dias Gonçalves/TecMundo

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0A2B-1CA5-9009-3B5B.

OTP S.A.

(anteriormente denominada Odebrecht Transport S.A.)

CNPJ/MF nº 12.251.483/0001-86

Relatório da Administração

A Administração da OTP S.A. ("OTP" ou "Companhia") submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. **Mensagem da Administração:** Ao longo do ano de 2021, a Administração da OTP permaneceu empenhada na busca da sustentabilidade econômico-financeira da Companhia, de modo a cumprir com suas obrigações junto a seus credores, fornecedores e demais *stakeholders*, preservando os interesses e garantias de seus acionistas, por meio do programa de desmobilização de ativos e das renegociações de seus endividamentos. Em 2021, o PIB do País teve um crescimento de 4,6% (comparado ao ano de 2020), puxado, basicamente, pela recuperação do setor de serviços, estimulado pelo forte avanço da vacinação da população brasileira, que resultou na flexibilização das medidas de restrição previamente impostas para contenção da propagação do coronavírus. No entanto, importante destacar que o significativo crescimento do PIB verificado em 2021 deve ser avaliado à luz da base de comparação reduzida da economia no ano de 2020, muito impactada pelos efeitos negativos oriundos do início da pandemia naquele ano. Nesse contexto, a Companhia permaneceu acompanhando os impactos causados pela pandemia e apoiando suas empresas investidas na adoção de medidas necessárias à garantia da saúde das pessoas (Integrantes e Usuários), à manutenção dos empregos e à continuidade, com qualidade e segurança, de suas atividades operacionais. Apesar do cenário adverso, a Companhia manteve o processo organizado de desmobilização de seus ativos, tendo concluído, com êxito, em abril de 2021, a alienação das participações societárias indiretas detidas na Concessionária Bahia Norte ("CBN"), Concessionária Rota do Atlântico ("CRA") e Concessionária Rota dos Coqueiros ("CRC"), localizadas na região Nordeste do País, com o recebimento de recursos financeiros, à vista, no montante de R$ 75,9 milhões. As referidas alienações permitiram que a Companhia mantivesse o direcionamento estratégico definido por seus acionistas de redução dos passivos existentes com a amortização parcial das dívidas da própria Companhia e de suas controladas: Concessionária Rota do Oeste ("CRO") e Agrovia do Nordeste S.A. ("Agrovia"), além da desoneração da OTP em R$ 422,6 milhões em dívidas da CBN, da CRA e da CRC e da exoneração de garantias corporativas previamente concedidas (no valor de R$ 52,4 milhões) e contra-garantias de seguros contratados por essas concessionárias (no valor de R$ 150 milhões). Em 2021, houve também um significativo avanço no processo de resilição do Contrato de Arrendamento do Terminal Açucareiro, localizado na Zona Industrial Portuária de Suape-PE, arrendado pela controlada Agrovia, com a conclusão da análise do processo pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ"), que apurou um montante de indenização no valor de R$ 42,3 milhões (base: agosto/2020) a ser ressarcido à Agrovia pelos investimentos realizados no referido terminal. O novo edital de licitação, já aprovado pela ANTAQ, foi publicado no dia 07 de março de 2022 (Leilão 02/2022-ANTAQ-SUA07), com data prevista para a realização do leilão no dia 30 de março de 2022 na B3. Em junho de 2021, foi concluída a extinção da Concessionária Rota do Horizonte S.A. ("CRH"), em função da não entrada em eficácia do Contrato de Concessão para a exploração do Contorno Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Adicionalmente, a Administração permanece avaliando o encerramento da Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. ("VLT-GO"), uma vez que não há expectativas de apresentação das garantias exigidas pelo Poder Concedente para a eficácia do Contrato de Concessão. Nesse contexto, a Companhia celebrou acordo com terceiros para prospectar potenciais interessados na aquisição da participação acionária do VLT-GO ou, em caso de insucesso, na eventual rescisão do Contrato de Concessão. Ainda no contexto das desmobilizações, a OTP, juntamente com a OTP Rodovias empreenderam inúmeros esforços para realizar a alienação de sua participação acionária na Concessionária Rota do Atlântico ("CRO"), mas que, em função do não fechamento da operação de venda do controle acionário da concessionária, passaram a tomar as providências necessárias à realização do procedimento de devolução amigável (relicitação) do Contrato de Concessão da CRO ("Processo de Devolução"), tendo protocolado, em dezembro/2021, o requerimento do Procedimento de Devolução na Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), com a anuência dos acionistas minoritários e a não oposição dos Credores da CRO. A Administração da Companhia espera que o requerimento seja aprovado pelo Ministério de Infraestrutura ao longo do ano de 2022. No âmbito das renegociações dos endividamentos financeiros, que continuam sendo prioridade para a Administração da OTP, a Companhia, juntamente com suas empresas controladas, tem conseguido administrar os vencimentos dos endividamentos previamente contratados, compatibilizando o fluxo de ingressos financeiros das desmobilizações estruturadas dos ativos da Companhia com suas obrigações financeiras, evitando, assim, potenciais execuções judiciais disruptivas para a Companhia. Nesse contexto, foram realizadas amortizações financeiras pela Companhia e por suas controladas, CRO e Agrovia, no montante de R$ 123,5 milhões em 2021 e R$ 92,7 milhões entre janeiro e março de 2022. Além disso, com o protocolo do Processo de Devolução da CRO, as Acionistas e a CRO devem assinar um novo Termo de Inação com os Credores e com a CEF até que os principais termos e condições da referida devolução estejam definidos, quando, então, deverá ser feita uma reestruturação das dívidas da CRO, conjuntamente com a reestruturação das dívidas corporativas da OTP. **Rentabilidade:** Em 2021, o Grupo teve um incremento de 16,2% em suas receitas líquidas, decorrentes, basicamente, da sua controlada CRO, com destaque para o aumento das receitas operacionais de pedágio (R$ 497 milhões em 2021 x R$ 455 milhões em 2020).

Receita (em milhares de reais)

Descrição	2021	2020	Var. (%)
Receitas de Pedágio	496.930	455.362	9,13%
Receitas Acessórias e Outras	5.057	4.922	1,61%
Receita de Construção ICPC 01 (R1)	150.453	103.684	45,11%
Receita Bruta	**652.440**	**563.968**	**15,69%**
Tributos/deduções sobre serviços de operação	(41.420)	(38.319)	8,09%
Outras deduções	(38)	(26)	46,15%
Receita Líquida	**610.982**	**525.623**	**16,24%**

O crescimento das receitas de pedágio deu-se, sobretudo, pelo aumento de 9,62% de Veículos Equivalentes Pagantes (VEP) da CRO, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. A receita de construção ICPC 01 (R1) teve um aumento de 45% devido aos maiores investimentos na segurança viária realizados pela CRO durante o ano de 2021. Por fim o valor do EBITDA, ajustado pelos efeitos não recorrentes, foi de R$ 265 milhões, representando um aumento de R$ 29 milhões, quando comparado ao ano de 2021 (no valor de R$ 233 milhões), também impulsionado pelo incremento das receitas da CRO. **Governança Corporativa:** A Companhia possui uma estrutura de Governança Corporativa que segue as melhores práticas de mercado, na busca da transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, facilitando, assim, a condução dos negócios e fortalecendo a confiança e o relacionamento da Companhia com seus principais *stakeholders*. A estrutura de Governança inclui 3 (três) instâncias de decisão: a Assembleia de Acionistas, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva, sendo que o Conselho de Administração conta com o apoio de 4 (quatro) Comitês Consultivos, sendo eles: (i) o Comitê Financeiro e de Investimentos; (ii) o Comitê de Conformidade; (iii) o Comitê de Pessoas e Organização; e o (iv) Comitê de Partes Relacionadas, destacando que o Responsável por Conformidade da Companhia reporta diretamente ao Coordenador do Comitê de Conformidade, garantindo, assim, ampla e total independência da área. O Conselho de Administração da Companhia atualmente é composto por 11 (onze) membros titulares e 3 suplentes, sendo 2 (dois) membros independentes. O Acionista Controlador tem o direito de indicar 7 (sete) membros, incluindo um Conselheiro Independente, e os Acionistas Minoritários (FI-FGTS e BNDESPAR) tem o direito de indicar 4 (quatro) membros, incluindo um Conselheiro Independente. Os membros do Conselho de Administração são eleitos em Assembleia Geral de Acionistas, respeitados os termos e condições do Acordo de Acionistas, Estatuto Social da Companhia e o Regimento Interno do Conselho de Administração, para cumprimento do mandato de 1 (um) ano, com possibilidade de reeleição. Os Comitês Consultivos, que servem de apoio às atividades de competência do Conselho de Administração, são integrados por membros do referido Conselho, sejam eles titulares ou suplentes. Atualmente, os referidos Comitês possuem somente conselheiros titulares em sua composição. ***Compliance:*** A OTP tem envidado esforços contínuos na manutenção e aprimoramento do seu Programa de Conformidade, tanto na Holding como em suas empresas investidas, tendo finalizado o processo de monitoramento pelas autoridades americanas e brasileiras, com a devida certificação emitida em 2020. Em 2021, foram realizadas diversas ações dentro do Programa de Conformidade, merecendo destaque: i) a divulgação de 2 (duas) novas diretrizes e a revisão das 25 (vinte e cinco) existentes; (ii) a realização de 27 (vinte e sete) sessões de treinamentos; (iii) a realização de 57 campanhas de reforço e conscientização, com a veiculação de mais de 149 peças de comunicação; (iv) a realização de mais de 800 análises reputacionais de terceiros; (v) o monitoramento de riscos corporativos, operacionais, financeiros e de integridade; (vi) o endereçamento dos requisitos da LGPD; e (v) a realização de 9 auditorias internas. No Linha de Ética (canal disponibilizado para que Integrantes, Terceiros, Fornecedores, Clientes e demais colaboradores possam, de forma segura, sigilosa e responsável, comunicar eventuais irregularidades e contribuir com informações para a manutenção de um ambiente corporativo seguro, ético, transparente e produtivo. Em 2021, foram recebidos 116 novos relatos, adicionados aos 112 remanescentes do ano anterior. Destes, 189 (83%) foram totalmente apurados e finalizados, resultando em 624 medidas disciplinares, sendo 521 medidas decorrentes da obtenção de benefícios emergenciais indevidos. **Pessoas:** Em função da continuidade dos impactos sociais e econômicos da pandemia do COVID-19, houve uma atuação bastante intensa e participativa da área de Pessoas & Organização junto aos Integrantes da Companhia. A OTP e suas investidas fecharam o ano de 2021 com um efetivo de 835 colaboradores, representando um incremento de 2,5%, em relação à base de comparação de 2020, sendo tal aumento oriundo de contratações efetuadas, exclusivamente, pela CRO de modo a suprir as necessidades da concessionária decorrentes da retomada das atividades postergadas em 2020. O número decrescente de Integrantes da Companhia, ano após ano, reflete o processo de desmobilização da OTP e de suas investidas, que vem ocorrendo de forma ordenada e preservando a qualidade e a segurança dos serviços prestados aos Usuários e *stakeholders*, tendo a Administração o desafio de manter a motivação, o comprometimento e o engajamento de seus Integrantes frente aos desafios impostos. **Segurança, Saúde e Meio Ambiente ("SSTMA"):** No âmbito de SSTMA, foram realizados 3.888 mil HHT, representando um incremento de 7,7% em relação à mesma base de comparação em 2020, sem registros de acidentes fatais envolvendo Integrantes e Subcontratados, nem ocorrências de condenações pelos órgãos governamentais por eventuais incumprimentos da legislação ambiental. Os indicadores de acompanhamento situaram-se melhor (ou seja, abaixo) das metas definidas para o exercício. Na área da Saúde, com o advento das novas variantes do COVID-19, foram reforçadas as medidas de prevenção nas operações da Companhia (testagem rápida/sorologia IGC-IGM, vacinação em massa, adoção do *home office*, rápida comunicação e divulgação de procedimentos específicos sobre o tema, afastamento das pessoas identificadas como grupo de risco, entre outros) e no controle do contágio do vírus (acompanhamento médico dos Integrantes e Subcontratados infectados e afastados do trabalho), além de campanhas de conscientização direcionadas aos Integrantes, Subcontratados e Usuários dos serviços prestados pela Companhia. Por fim, houve o falecimento de um Integrante, causado por complicações médicas oriundas do COVID-19. Quanto aos acidentes com Usuários das rodovias nas empresas controladas pela OTP, foram registrados 4.066 acidentes, com 104 óbitos. As concessionárias rodoviárias têm intensificado as campanhas educativas, em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal, por meio de painéis eletrônicos fixos e móveis, com o objetivo de conscientizar os Usuários sobre a necessidade de uma direção cada vez mais segura nas rodovias.

A Administração

Balanços Patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Valores expressos em milhares de reais)*

Ativo	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	79.566	26.711	194.137	99.670
Contas a receber	8	–	–	23.640	19.997
Demais contas a receber	9	37.718	36.639	66.142	64.257
Tributos a recuperar	–	2.553	2.541	16.295	13.485
Despesas antecipadas	–	90	147	4.071	6.041
Outros ativos	–	5.822	4.933	18.640	5.939
		125.749	**70.971**	**322.925**	**209.389**
Ativos não circulante mantidos para negociação	11	**–**	**–**	**–**	**129.885**
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	7	–	–	133.929	130.349
Demais contas a receber	9	37.738	73.278	66.185	128.514
Partes relacionadas	10	4.155	58.013	–	–
Depósitos judiciais	18	–	–	1.982	1.344
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	–	–	30.076	28.473
Outros ativos	–	–	–	11.300	11.199
		41.893	**131.291**	**243.472**	**299.879**
Investimentos	12	321.068	757.501	88.576	92.865
Imobilizado	13	12.500	24.324	70.289	82.020
Intangível	14	–	–	1.996.797	1.892.178
		375.461	**913.116**	**2.399.134**	**2.366.942**
Total do ativo		**501.210**	**984.087**	**2.722.059**	**2.706.216**

Passivo	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020 (Reapresentado)	Consolidado 2021	Consolidado 2020 (Reapresentado)
Passivo circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	911.413	876.255	1.915.467	1.867.637
Fornecedores	–	3.166	2.816	134.147	113.107
Obrigações sociais e trabalhistas	–	1.730	258	20.402	16.552
Impostos, taxas e contribuições sociais	–	213	378	12.731	10.414
Arrendamento mercantil operacional	16	1.913	3.363	10.966	11.800
Outros passivos	–	18.476	6.247	24.118	13.265
		936.911	**889.317**	**2.117.831**	**2.032.775**
Passivos relacionados a ativos não circulante mantidos para negociação	11	**–**	**–**	**–**	**48.219**
Passivo não circulante					
Fornecedores	–	–	–	4.356	2.788
Arrendamento mercantil operacional	16	13.653	19.164	16.447	21.340
Partes relacionadas	10	81.553	33.752	41.820	33.752
Provisão para perda de investimento	12	2.666	–	–	–
Provisões cíveis, trabalhistas e previdenciárias	18	–	–	3.235	5.661
Provisão para conserva especial	20	–	–	150.899	105.194
Provisão para perdas no valor recuperável de investimentos	19	–	–	873.584	354.515
Outros passivos	–	–	–	16.640	14.552
		97.872	**52.916**	**1.106.981**	**537.802**
Total do passivo		**1.034.783**	**942.233**	**3.224.812**	**2.618.796**
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)					
Capital social		1.610.713	1.610.713	1.610.713	1.610.713
Reserva de capital		621.483	621.483	621.483	621.483
Ajuste de avaliação patrimonial		30.826	31.495	30.826	31.495
Prejuízos acumulados		(2.796.595)	(2.221.837)	(2.796.595)	(2.221.837)
	21	**(533.573)**	**41.854**	**(533.573)**	**41.854**
Participação dos acionistas não controladores	–	–	–	30.820	35.711
Participação dos acionistas não controladores em ativos mantidos para negociação	–	–	–	–	9.855
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**501.210**	**984.087**	**2.722.059**	**2.706.216**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Valores expressos em milhares de reais)*

Operações continuadas	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita líquida	22	–	–	610.982	525.623
Custos de construção		–	–	(150.453)	(103.684)
Custos dos serviços prestados	23	–	–	(228.695)	(159.943)
Lucro bruto		**–**	**–**	**231.834**	**261.996**
Despesas operacionais					
Resultado de participações societárias	12 (b)	(425.253)	(25.523)	–	–
Gerais e administrativas	23	(14.367)	(27.158)	(63.184)	(69.999)
Outras receitas e despesas, líquidas	23	(62.355)	869	(485.480)	(10.751)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro, líquido		**(501.975)**	**(51.812)**	**(316.830)**	**181.246**
Resultado de participações societárias	–	–	–	(36.256)	(80.282)
Resultado financeiro, líquido	24	(71.218)	(40.827)	(203.786)	(190.087)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(573.193)**	**(92.639)**	**(556.872)**	**(89.123)**

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	17	–	–	(4.652)	(7.839)
Prejuízo das operações continuadas		**(573.193)**	**(92.639)**	**(561.524)**	**(96.962)**
Operações descontinuadas					
Participação dos atuais controladores e não controladores nos ativos não circulantes mantidos para negociação	11	(4.263)	(12.807)	(14.411)	(7.481)
Prejuízo líquido do exercício		**(577.456)**	**(105.446)**	**(575.935)**	**(104.443)**
Atribuível a					
Acionistas da Companhia				(577.456)	(105.446)
Participação dos não controladores				1.785	1.483
Participação dos não controladores nos ativos mantidos para negociação				(264)	(480)
Prejuízo líquido do exercício				**(575.935)**	**(104.443)**
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R$)	25	(2,69)	(0,49)		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Valores expressos em milhares de reais)*

		Atribuível aos acionistas da controladora						
	Notas	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Saldos em 1º de janeiro de 2020 (Reapresentado)		**1.610.713**	**621.483**	**31.677**	**(2.116.391)**	**147.482**	**43.247**	**190.729**
Prejuízo do exercício das operações continuadas	–	–	–	–	(92.639)	**(92.639)**	1.483	**(91.156)**
Prejuízo do exercício dos ativos mantidos para negociação	–	–	–	–	(12.807)	**(12.807)**	(480)	**(13.287)**
Total resultado abrangente do exercício		**–**	**–**	**–**	**(105.446)**	**(105.446)**	**1.003**	**(104.443)**
Ganho e perda na variação de participação de investidas	–	–	–	(182)	–	**(182)**	182	–
Aporte de não controladores em controladas	–	–	–	–	–	–	1.150	1.150
Outras transações com não controladores	–	–	–	–	–	–	(16)	(16)
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)		**1.610.713**	**621.483**	**31.495**	**(2.221.837)**	**41.854**	**45.566**	**87.420**
Prejuízo do exercício das operações continuadas	–	–	–	–	(573.193)	**(573.193)**	1.785	**(571.408)**
Prejuízo do exercício dos ativos mantidos para negociação	–	–	–	–	(4.263)	**(4.263)**	(264)	**(4.527)**
Realização de ajuste de avaliação de controladas	–	–	–	(2.698)	2.698	**–**	–	**–**
Total resultado abrangente do exercício		**–**	**–**	**(2.698)**	**(574.758)**	**(577.456)**	**1.521**	**(575.935)**
Ganho e perda na variação de participação de investidas	21 (b)	–	–	2.029	–	2.029	4.428	6.457
Redução de capital de não controladores em controladas	–	–	–	–	–	–	(6.432)	(6.432)
Outras transações com não controladores	–	–	–	–	–	–	(14.263)	(14.263)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**1.610.713**	**621.483**	**30.826**	**(2.796.595)**	**(533.573)**	**30.820**	**(502.753)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

continua …

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0A2B-1CA5-9009-3B5B.

… continuação

OTP S.A. (anteriormente denominada Odebrecht Transport S.A.)

Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo líquido do exercício	**(577.456)**	**(105.446)**	**(575.935)**	**(104.443)**
Atribuível a				
Acionistas da Companhia	(577.456)	(105.446)	(577.456)	(105.446)
Participação dos acionistas não controladores	–	–	1.521	1.003
	(577.456)	**(105.446)**	**(575.935)**	**(104.443)**
Total do resultado abrangente do exercício atribuível aos acionistas da Companhia				
Operações continuadas	(573.193)	(92.639)	(571.408)	(91.156)
Operações descontinuadas	(4.263)	(12.807)	(4.527)	(13.287)
Resultado abrangente do exercício	**(577.456)**	**(105.446)**	**(575.935)**	**(104.443)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 *Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

1. Informações Gerais – A OTP S.A., nova denominação da Odebrecht Transport S.A., aprovada em 15 de julho de 2021 ("Companhia" ou "OTP" e, de forma conjunta com suas controladas diretas e indiretas, "Grupo"), com sede em São Paulo, foi constituída em 07 de julho de 2010, tendo por objeto social: (i) A participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, portos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras, portos secos e/ou centros logísticos industriais aduaneiros; (ii) A operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de parcerias público privadas, arrendamentos ou empreendimentos privados, atuando nos estudos de viabilidade, na implantação, na operação e manutenção, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e (iii) A participação em consórcios ou em sociedades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas nos itens (i) e (ii) acima. A Companhia é parte integrante do Grupo Novonor, sendo controlada pela Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial ("Novonor"), nova denominação social da Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial. Em 17 de junho de 2019, a Novonor, juntamente com sua controladora direta ODBINV S.A., sua controladora indireta Kieppe Participações e Administração Ltda. e mais 18 empresas de seu grupo econômico, não incluindo a OTP e as suas controladas, protocolaram pedidos de Recuperação Judicial. Posteriormente, uma das empresas solicitou desistência do pedido, após acordo firmado com os seus credores. Até o momento, foram aprovados e homologados os planos de Recuperação Judicial da Novonor e de mais 17 empresas, restando a homologação de 2 empresas controladas, as quais permanecem negociando com os seus credores. **(a) Contratos de Concessão: Concessionária Rota do Oeste S.A. ("CRO")** A controlada indireta CRO foi constituída em 27 de dezembro de 2013 e iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015, tendo como objeto explorar, pelo regime de concessão, o sistema rodoviário composto por trechos da BR-163/MT e BR-070/MT, com prazo de 30 anos, conforme Contrato de Concessão firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"). A CRO possui autos de infração lavrados pela ANTT, mediante os quais a agência reguladora alega o descumprimento de determinadas obrigações previstas no Contrato de Concessão e no Programa de Exploração da Rodovia (PER), incluindo obras de infraestrutura e duplicação da rodovia, decorrentes da não liberação do financiamento de longo prazo para a CRO. A Administração da CRO entende que as penalidades, caso sejam impostas ou confirmadas no âmbito administrativo da ANTT, podem vir a ser objeto de discussão na esfera judicial, envolvendo, inclusive, o procedimento arbitral já instaurado. Como parte das tratativas da CRO junto à ANTT, em 23 de março de 2021, a ANTT publicou a Deliberação nº 105, determinando um prazo de até 180 dias (vencido em 23 de setembro de 2021) para a conclusão de determinadas obras na rodovia e, paralelamente, que fosse apresentado um plano de trabalho para a retomada dos investimentos e o cumprimento das obrigações pendentes do Contrato de Concessão da CRO. Em 30 de março de 2021, em resposta à Deliberação no 105, respaldada pelo novo marco regulatório e diante da impossibilidade de conclusão das adequações no prazo definido pela ANTT, a CRO apresentou à ANTT uma proposta de Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC"), com reprogramação dos investimentos para saneamento das inexecuções contratuais e, como condição para a sua eficácia, a troca do controle acionário da CRO. Em 29 de abril de 2021, a ANTT reconheceu a admissibilidade do TAC e determinou que a CRO apresentasse minuta do referido termo para o início dos procedimentos administrativos correlacionados e subsequente submissão do TAC à consulta pública. A minuta do TAC foi elaborada pela CRO, apresentada, discutida e negociada com a ANTT e submetida à consulta pública para eventuais manifestações. Posteriormente, em 21 de outubro de 2021, em reunião da Diretoria Colegiada da ANTT, decidiu-se pela não deliberação do TAC e pela instauração do processo administrativo de caducidade da CRO, dando um prazo de 45 dias para manifestação da concessionária. Isso posto, em 09 de dezembro de 2021, a CRO protocolou junto à ANTT sua contestação em relação à instauração do processo administrativo de caducidade e apresentou um requerimento de instauração do processo de relicitação da concessão, nos termos do art. 14, § 2º da Lei 13.448/17, conforme detalhado a seguir. Diante desse cenário, não há como determinar como a CRO será afetada pelos resultados das discussões envolvidas com a ANNT, nos autos de infração, na arbitragem em andamento e por quaisquer outros desdobramentos em demais instâncias. Em 07 de agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região concedeu decisão liminar, em ação cautelar proposta pela CRO, proibindo a ANTT de (i) aplicar penalidades contratuais, (ii) impor descontos tarifários que tenham efeitos punitivos, ou ainda (iii) executar a garantia em desfavor da concessionária, bem como determinou que fossem mantidas as condições tarifárias vigentes, até que fosse concluído o pedido administrativo de Revisão Contratual Periódica (Quinquenal), ou até a deliberação no processo arbitral sobre o tema. Em 11 de maio de 2020, a Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional proferiu a Ordem Processual nº 6, por meio do qual foi mantida a ordem liminar concedida judicialmente, de manutenção do patamar tarifário praticado pela CRO. Atualmente, o processo arbitral encontra-se na Ordem Processual nº 35, que dá sequência nos andamentos processuais para a realização das perícias deferidas pelo tribunal na fase de produção de provas. As provas deferidas de perícias até o momento foram: (i) econômico e financeira; (ii) ambiental; (iii) avaliação de imóveis; e (iv) engenharia de rodovias. Em 02 de março de 2021, a 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal concedeu decisão liminar confirmando a cautelar concedida em dezembro de 2020, com base nas provas apresentadas e após as manifestações da União e da ANTT. Essa liminar suspendeu a redução tarifária determinada por meio de decisão cautelar proferida no âmbito do Tribunal de Contas da União na sessão plenária de julgamento do dia 02 de dezembro 2020. Em 26 de fevereiro de 2021, a ANTT protocolou Agravo de Instrumento perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com pedido liminar requerendo a suspensão da decisão proferida em 09 de dezembro de 2020, sendo a liminar requerida no agravo indeferida. A decisão judicial de 02 de março de 2021 permanece vigente até que seja concluído o devido processo administrativo junto à ANTT. **Devolução Amigável:** A Companhia, em conjunto com a sua controlada direta OTP Rodovias S.A. (nova denominação social da Odebrecht Rodovias S.A, aprovada em 13 de setembro de 2021), empreendeu inúmeros esforços para promover a alienação de sua participação acionária na CRO. No entanto não obteve, até o momento, êxito nestas tratativas, sendo necessárias, desse modo, a adoção de certas providências para o início do processo administrativo de devolução amigável do Contrato de Concessão, mediante relicitação ("Processo de Devolução"). Nesse contexto, a CRO protocolou perante a ANTT, em 09 de dezembro de 2021, nos termos do art.14 § 2º da Lei nº 13.448/17, o requerimento formal quanto à intenção de aderir ao Processo de Devolução, condicionado à não oposição dos acionistas da OTP e dos credores da CRO, as quais foram confirmadas em dezembro de 2021. Destaca-se, no entanto, que o Procedimento de Devolução Amigável não vincula a CRO ou a ANTT, uma vez que a vinculação somente deverá ocorrer após a assinatura do Termo Aditivo, a ser negociado entre as partes. Com o protocolo do Processo de Devolução, a Companhia está em negociações para firmar um novo Termo de Inação com os Credores da CRO e com a Caixa Econômica Federal, até que os principais termos e condições da devolução sejam definidos, quando então será realizada uma reestruturação das dívidas financeiras da CRO. **Concessionária Rota do Horizonte S.A. ("CRH"):** A controlada direta CRH, foi constituída com o objeto de exploração, via parceria público-privada, na modalidade de concessão patrocinada, do Contorno Metropolitano Norte da região metropolitana de Belo Horizonte (MG), mediante realização de obras de implantação e de ampliação, prestação de serviços e atividades correlatas, além da exploração de fontes de receitas acessórias. Entretanto, como o Contrato de Concessão não foi assinado, não entrando, portanto, em eficácia, a Administração da Companhia recomendou e os acionistas da Companhia aprovaram a extinção da CRH, a qual foi concluída em 18 de junho de 2021. **Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. ("VLT GO"):** A controlada indireta VLT GO, firmou com o Estado de Goiás, em 21 de fevereiro de 2014, o Contrato de Parceria Público-Privada ("Contrato de PPP"), na modalidade concessão patrocinada, para implantação, operação e manutenção do sistema de Veículos Leves Sobre Trilhos, no eixo Anhanguera, pelo prazo de 35 anos, contados a partir da ocorrência das condições de eficácia estabelecidas no Contrato de PPP, o que não ocorreu até o momento. Dessa forma, a Administração da Companhia celebrou acordo com terceiros para prospectar potenciais interessados na aquisição da participação acionária do VLT GO ou, em caso de insucesso, na eventual rescisão do Contrato de PPP. **Concessionária do VLT Carioca S.A. ("VLT RJ"):** A investida indireta VLT RJ, firmou com o Município do Rio de Janeiro, em 14 de junho de 2013, Contrato de PPP, na modalidade concessão patrocinada, para realização de obras e fornecimento de material rodante, visando à implantação, operação e manutenção do sistema de Veículos Leves Sobre Trilhos na região portuária e central do Rio de Janeiro, pelo prazo de 25 anos. A concessão está sendo explorada mediante a cobrança de tarifa dos usuários e faz jus ao recebimento de aportes e contraprestações pecuniárias a serem pagos pelo Poder Concedente. Em 03 de julho de 2019, foi ajuizada, perante a Justiça do Estado do Rio de Janeiro, ação de rescisão do Contrato de PPP do VLT RJ, tendo como fundamento as diversas inadimplências contratuais do Poder Concedente, inclusive inadimplementos pecuniários superiores a 90 dias. O contrato de financiamento celebrado pelo VLT RJ com o BNDES, mediante a Abertura de Crédito nº 15.2.0435.1 ("Contrato de Financiamento"), prevê a recomposição da Conta Suporte pelas Patrocinadoras do VLT RJ, em caso de insuficiência de saldo na referida conta. Nos casos em que a recomposição não seja efetuada por alguma Patrocinadora, as demais Patrocinadoras são chamadas a cobrir tal insuficiência e, ao fazê-lo, as acionistas/Patrocinadoras adimplentes adquirem automaticamente, com o valor aportado, as ações de titularidade da acionista cuja Patrocinadora tenha inadimplido com sua obrigação de suporte, por metade do valor patrimonial. Nessa sistemática, a acionista que não dispuser de recursos suficientes para cobrir sua Conta Suporte fica sujeita à alienação compulsória das ações de sua titularidade para a acionista que promoveu a recomposição da Conta Suporte. Seguindo esse mecanismo contratual, como a Administração do VLT RJ deixou de amortizar as parcelas devidas do Contrato de Financiamento, a Acionista Controladora, CIIS – Companhia de Investimento em Infraestrutura e Serviços ("CIIS"), empresa controlada da CCR S.A., passou a realizar aportes nas Contas Suportes, com a diluição das demais acionistas do VLT RJ, que não realizaram os correspondentes aportes. Dessa forma, a participação societária da Odebrecht Mobilidade S.A. ("OM") vem sendo constantemente diluída, desde 2019, na medida em que a recomposição da Conta Suporte a ela vinculada está sendo realizada pela acionista CIIS. Em 31 de dezembro de 2021, a participação acionária da OM no capital social do VLT RJ era de 4,38%. Como consequência, em 22 de novembro de 2019, foi instaurado um procedimento arbitral pela Companhia e sua controlada OM, acionista direta do VLT RJ, em face da CIIS e do VLT RJ. Após a constituição do Tribunal Arbitral, em 09 de outubro de 2020, a OTP e a OM ("Requerentes") apresentaram suas alegações iniciais, requerendo, dentre outros pleitos, os seguintes provimentos: (i) Declaração de nulidade do Ato Societário de Ratificação do Memorando de Entendimentos ("MOU") celebrado com o Município do Rio de Janeiro em 09 de outubro de 2019, e/ou torne sem efeito o MOU, determinando que as Requeridas adotem as medidas necessárias ao prosseguimento da ação de rescisão do Contrato de PPP, inclusive com a tomada de medidas para o cumprimento da decisão judicial liminar, notadamente no que concerne à implementação e operacionalização da Garantia Pública, sob pena de multa; (ii) Condenação das Requeridas em todos os prejuízos, perdas e danos sofridos pelas Requerentes em decorrência da celebração do MOU; (iii) Declaração da extinção, em relação às Requerentes, do Acordo de Acionistas do VLT RJ, desonerando-as de toda e qualquer obrigação nele prevista ou, subsidiariamente, que se reconheça o direito de voto da OM, enquanto detentora de participação acionária no VLT RJ, sendo defeso às Requeridas adotarem qualquer medida que atente contra os seus direitos políticos, e declare a nulidade das deliberações em que a OM foi impedida de votar; (iv) Determinação para que a CIIS assuma e substitua a OM nas obrigações de garantia, impostas às Requerentes, no âmbito do VLT RJ ou, subsidiariamente, determine que a CIIS preste contra garantia bancária em favor das Requerentes, em valor e período suficientes para contra garantir toda e qualquer obrigação e garantia que as Requerentes tenham se obrigado e prestado no âmbito do VLT RJ, e (v) Condenação das Requeridas a indenizar as Requerentes por todos os prejuízos, perdas e danos a serem apurados nesse procedimento arbitral, ou em sede de liquidação de sentença. Em 26 de novembro de 2020, a CIIS apresentou sua resposta às Alegações Iniciais, postulando o reconhecimento da improcedência do pleito formulado pelas Requerentes bem como formulou pedidos contrapostos, entre os quais o reconhecimento de que o MOU foi validamente celebrado pela administração do VLT RJ e ratificado pelas suas acionistas e a declaração de validade da interpretação de normas do Acordo de Acionistas. Na mesma data, o VLT RJ apresentou sua resposta às Alegações Iniciais, salientando que as Requerentes agiram em manifesto abuso de minoria, de forma contraditória e em contrariedade ao interesse social atinente à continuidade do serviço público, requerendo que sejam os pedidos das Requerentes julgados improcedentes e também formulou Pedidos Contrapostos com destaque para o de condenação das Requerentes ao pagamento de multa especificamente prevista no Acordo de Acionistas decorrente do não acompanhamento de todos os aportes de capital. Nos termos da Carta AST/DEMOB nº 040/2021, de 02 de julho de 2021, o BNDES autorizou, em 22 de junho de 2021, a suspensão temporária de pagamentos de principal e juros compensatórios, de 15 de julho até 15 de dezembro de 2021, com capitalização no saldo devedor, a cada evento financeiro de vencimento abarcado pela mencionada suspensão, no âmbito do Contrato de Financiamento, e respectivos subcréditos, firmados com o VLT RJ. A pedido das partes, o Tribunal deferiu a suspensão da Arbitragem pelo prazo de 120 dias, a contar de 13 de dezembro de 2021. **Agrovia do Nordeste S.A. ("Agrovia"):** A Agrovia foi constituída em 02 de julho de 2013, tendo como objeto a execução do contrato celebrado junto ao Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros ("SUAPE") para arrendamento da área localizada na Zona Industrial Portuária – ZIP de Suape, no Município de Ipojuca-PE, destinada à implantação do Terminal Açucareiro para movimentação e armazenagem de açúcar a granel e em sacos, nas atividades de exportação, importação e cabotagem ("Contrato de Arrendamento"). Em 03 de julho de 2019, foi aprovado o início dos trâmites para a resilição do Contrato de Arredamento, tendo, em 27 de agosto de 2019, sido protocolado o pedido de rescisão amigável, na Secretaria de Portos e Transportes Aquaviários ("SNPTA"). O pedido de resilição considera, além da devolução da área, um pedido de indenização dos investimentos realizados na construção e implantação do Terminal Açucareiro, cujos recursos farão frente aos passivos da Agrovia. Nesse contexto, em 14 de agosto de 2020, foi publicada a "Medida Cautelar" administrativa para entrega da área arrendada à Autoridade Portuária, sendo a entrega formalmente efetuada em 21 de agosto de 2020, por meio da assinatura de Termo de Recebimento e do relatório técnico-fotográfico com a situação atual das instalações. Com tal medida, todas as obrigações contratuais do Contrato de Arrendamento foram suspensas. Em 01 de dezembro de 2021, foi concluída a análise do processo pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ"), que apurou o montante a ser ressarcido à Agrovia, correspondente a R$ 42.312, na data base agosto de 2020. O processo retornará à SNPTA para que seja concluída a resilição, sendo estimado um trâmite não inferir a 90 dias, após o recebimento dos autos pelo Departamento de Gestão de Contratos de Arrendamento e Concessão ("DGCO") da SNPTA. Também serão abordados na instrução pelo DGCO os aspectos sob a competência do Poder Concedente, quais sejam, eventual caducidade e forma de liquidação do montante a ser ressarcido à Agrovia. Atualmente, está previsto que parte do valor a ser ressarcido à Agrovia, em sede antecipação de receita, caberá ao novo arrendatário do Terminal Açucareiro, conforme minuta do Edital do Leilão SUA07, previsto para ser publicado no 1º semestre de 2022. A Administração da Agrovia espera que não sejam apuradas perdas patrimoniais e financeiras no referido processo de resilição que possam afetar de forma significativa as demonstrações contábeis da Companhia. **(b) Capital Circulante Líquido ("CCL"):** A Companhia e o Grupo encerraram o exercício de 31 de dezembro de 2021 com o passivo circulante superior ao ativo circulante em R$ 811.162 (2020: R$ 818.346) e R$ 1.794.906 (2020: R$ 1.823.386), respectivamente. O excesso decorre principalmente dos empréstimos e financiamentos de curto prazo da Companhia e da CRO. No caso da CRO, estava previsto em seu Plano de Negócios a captação de empréstimo de longo prazo para a liquidação dos empréstimos de curto prazo e financiamento das obras previstas no Contrato de Concessão. No entanto, a deterioração dos cenários econômico e político do País trouxeram implicações diretas no mercado de crédito, impactando na estruturação e obtenção do financiamento de longo prazo pela CRO. A Companhia e suas controladas permanecem executando ações para assegurar sua higidez financeira e consolidar sua sustentabilidade econômico-financeira, de modo a cumprir com suas obrigações perante seus credores. Dessa forma, a Companhia e suas controladas vêm simplificando suas estruturas, tendo como meta principal a redução de seus riscos financeiros. Dentre as principais ações estão a restruturação financeira das dívidas e a alienação do controle acionário ou devolução do Contrato de Concessão da CRO, conforme detalhado anteriormente. **(c) Transações e Eventos Societários Relevantes que impactaram as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia:** Em 26 de abril de 2021, foi concluída a alienação da totalidade de ações detidas pela OTP Rodovias na Concessionária Bahia Norte ("CBN") e em 30 de abril de 2021 foi concluída a alienação das ações detidas pela OTP Rodovias na Concessionária Rota do Atlântico ("CRA") e na Concessionária Rota dos Coqueiros ("CRC"), com o recebimento de recursos financeiros no montante total de R$ 75.879. Com a alienação da participação societária, as garantias fidejussórias prestadas pela Companhia, no âmbito das dívidas da CRA, foram liberadas a partir de 29 de julho de 2021. Recuperação judicial da Rio Trens Participações S.A. ("RTP") e suas controladas: Em 07 de junho de 2021, a RTP e suas controladas, incluindo a SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. ("Supervia"), investidas indiretas da Companhia, ajuizaram, em conjunto, pedido de Recuperação Judicial. O pedido tem como objetivo principal preservar a prestação dos serviços de transporte aos milhares de passageiros de trens da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e iniciar um novo ciclo de negociação junto aos credores e ao Poder Concedente, a fim de superar a atual crise financeira pela qual passam a RTP e suas controladas. A Supervia foi duramente impactada pelos efeitos da pandemia do COVID-19. Desde março de 2020 até 2 de junho de 2021, a empresa acumulou uma perda financeira de mais de R$ 474 milhões, resultado da redução de mais de 102 milhões de passageiros. Com o agravamento da pandemia e da crise econômica e social do Rio de Janeiro, a recuperação total do fluxo de passageiros está prevista apenas para ocorrer a partir de 2023. A Supervia, assim como todo o sistema de passageiros do Rio de Janeiro, não conta com qualquer subsídio do governo e se mantém basicamente com recursos da venda das passagens. As dívidas da empresa somam aproximadamente R$ 1,2 bilhão, principalmente com o BNDES. A Supervia segue buscando o necessário e urgente reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão junto ao Poder Concedente (Governo do Estado do Rio de Janeiro). Em 13 de abril de 2021, a Agetransp (Agência Reguladora dos Transportes do Estado do Rio de Janeiro) reconheceu a responsabilidade do Poder Concedente em promover o ressarcimento emergencial à Supervia no valor de R$ 216 milhões, que correspondente à complementação dos custos mínimos da concessionária para garantir a manutenção da operação durante a pandemia. A Supervia opera o serviço de trens urbanos no Rio de Janeiro e em mais onze municípios da Região Metropolitana, que incluem Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis, Mesquita, Queimados, São João de Meriti, Belford Roxo, Japeri, Magé, Paracambi e Guapimirim, através de uma malha ferroviária de 270 quilômetros, dividida em cinco ramais, três extensões e 104 estações. **(d) Principais Medidas e Impactos Decorrentes da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19):** Em 30 de janeiro de 2020, houve o anúncio, pela Organização Mundial da Saúde ("OMS"), de que o surto do COVID-19, doença respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, era uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. No Brasil, o Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, reconheceu o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia do COVID-19, ao mesmo tempo em que houve o anúncio da OMS, em 11 de março, classificando a doença como uma pandemia. O Grupo vem acompanhando, juntamente com as suas investidas, os impactos causados pela pandemia do novo coronavírus e adotando as medidas necessárias para a preservação de emprego e manutenção da renda, permanecendo em contínua avaliação de medidas adicionais que possam ser implementadas a fim de garantir a saúde e a segurança de seus empregados e usuários, bem como assegurar o caixa necessário para manutenção das suas operações. **Saúde:** Em aderência às recomendações de segurança e controle, a Companhia e suas controladas adotaram medidas com o objetivo de proteger a saúde dos seus integrantes e de seus familiares, prestadores de serviço, usuários e sociedade em geral. As principais medidas consistiram no afastamento dos profissionais classificados como grupos de risco, isolamento domiciliar de profissionais com sintomas de gripe ou com suspeita de infecção, intensificação das medidas de higienização e fornecimento de álcool gel nos escritórios, postos de atendimento e praças de pedágio, divulgação de campanhas educativas e informativas, seguindo orientações das autoridades sanitárias, adoção do regime de teletrabalho ("home office") para todos os profissionais com possibilidade para realizar suas atividades nessa modalidade de trabalho, adoção de turnos

continua …

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(573.193)**	**(92.639)**	**(556.872)**	**(89.123)**
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social dos ativos mantidos para negociação e das operações descontinuadas	(4.263)	(12.807)	(14.411)	(6.660)
Ajustes para reconciliação do prejuízo do exercício das operações continuadas				
Resultado de participações societárias	425.253	25.523	36.256	80.282
Depreciação e amortização	2.412	4.122	61.741	56.936
Ajuste a valor presente	1.385	1.218	(7.902)	1.603
Juros e variações monetárias, líquidos	56.299	33.492	175.866	179.564
Resultado com alteração de participação societária	–	–	(5.137)	7.158
Provisão para conserva	–	–	55.609	(15.881)
Impairment	58.741	–	472.889	3.952
Outros	19.152	4.205	27.909	597
Prejuízo ajustado das operações	**(9.951)**	**(24.079)**	**260.359**	**225.088**
Ajustes para reconciliação do prejuízo do exercício dos ativos mantidos para negociação e das operações descontinuadas	4.263	5.541	15.334	6.812
Prejuízo ajustado dos ativos mantidos para negociação e das operações descontinuadas	**–**	**(7.266)**	**923**	**152**
Variações dos ativos e passivos				
Contas a receber	–	–	(3.643)	(4.456)
Demais contas a receber	39.053	37.525	68.498	64.948
Tributos a recuperar	(12)	4.440	(2.810)	5.014
Outros ativos	(832)	(296)	(11.470)	(1.346)
Fornecedores	350	338	22.608	19.790
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	1.300	(687)	(88)	(5.132)
Outros passivos	5	4.922	717	5.066
Caixa proveniente das operações	**39.864**	**46.242**	**73.812**	**83.884**
Pagamento de juros e encargos financeiros	–	–	(49.288)	(45.742)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	–	(4.020)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**29.913**	**22.163**	**284.883**	**259.210**
Variações nos ativos e passivos dos ativos mantidos para negociação	–	–	(4.498)	6.090
Juros pagos pelos ativos mantidos para negociação	–	–	(1.666)	(773)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais dos ativos mantidos para negociação	**–**	**(7.266)**	**(5.241)**	**5.469**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adições ao investimento	(1.211)	(4.474)	–	(7.755)
Redução de capital social em investidas	12.476	240	–	–
Adições ao imobilizado	–	–	(1.144)	(404)
Adições ao intangível	–	–	(164.104)	(104.469)
Aplicações financeiras	–	–	–	96.584
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	**11.265**	**(4.234)**	**(165.248)**	**(16.044)**
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos dos ativos mantidos para negociação	**–**	**–**	**75.368**	**(663)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Dívidas de curto e longo prazos, líquida				
Amortização de principal	(21.268)	–	(74.238)	(157.768)
Pagamento de custos de transação	–	–	(4.496)	(10.249)
Arrendamento mercantil	(5.515)	(2.520)	(17.886)	(13.058)
Partes relacionadas				
Recursos liberados	(1.273)	(2.022)	–	(1.047)
Recursos recebidos	39.733	–	–	–
Pagamento de garantias para investidas	–	–	–	(3.952)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	**11.677**	**(4.542)**	**(96.620)**	**(186.074)**
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos dos ativos mantidos para negociação	**–**	**–**	**12**	**545**
Efeito de caixa das empresas excluídas na consolidação	–	–	1.313	(5.351)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**52.855**	**6.121**	**94.467**	**57.092**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	26.711	20.590	99.670	42.578
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	79.566	26.711	194.137	99.670
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**52.855**	**6.121**	**94.467**	**57.092**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0A2B-1CA5-9009-3B5B.

... continuação

OTP S.A. (anteriormente denominada Odebrecht Transport S.A.)

de trabalho e fornecimento de máscaras de proteção para os profissionais não afastados ou em home office, suspensão de viagens não essenciais, suspensão de eventos e reuniões presenciais, disponibilização de ferramentas e incentivo para realização de reuniões por meio de videoconferência. A CRO aprimorou as medidas no combate do COVID-19, com instalação de proteção de acrílico transparente entre as baias conjugadas de trabalho dos integrantes, aferição de temperatura, afastamento integral das gestantes, reforço nas campanhas educativas, prevenção, e a importância da vacinação, apoio junto a entidades de classe para priorização da vacinação de nossos integrantes, assim como instalação de contêiner ambulatório em sua sede, contratação de profissionais da Saúde, aquisição de mil testes rápidos antígeno Covid-19 (Swab Nasofaríngeo), contratação de fisioterapeuta para integrantes em estado grave, e retorno de UTI e auxílio na compra de medicamentos anti-inflamatórios de alto custo. **Fluxo de Caixa:** Com a finalidade de manter os compromissos financeiros e a manutenção dos empregos, os fluxos de caixa da Controladora e de suas empresas controladas veem sendo reprogramados, por meio da postergação de investimentos não essenciais e da negociação com fornecedores para postergação de pagamentos, da renegociação com instituições financeiras, com a finalidade de postergar os pagamentos de determinadas obrigações financeiras e de outras ações operacionais. **Operações:** À medida em que houve avanço na vacinação para combate ao COVID-19 e a redução nos números de internações e óbitos, as atividades operacionais foram sendo liberadas e a economia retomada. Nessa linha, a CRO fechou o ano de 2021 com um crescimento total 9% no fluxo de tráfego dos veículos frente ao ano de 2020, marcado por restrições oriundas de medidas de biossegurança e consequente paralização de diversas atividades. Este crescimento ocorreu, principalmente, em decorrência do setor de agronegócios, da retomada na prestação de serviços essenciais e na melhora do escoamento de grãos para o mercado internacional ao longo do ano. **(e) Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação e Operações Descontinuadas: Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação:** A Companhia permanece comprometida com o plano de alienação de seus ativos, aprovado pelos Acionistas da Companhia em dezembro de 2017 ("Plano de Alienação"). Neste contexto, em abril de 2021, foram concluídas as alienações das participações acionárias, detidas pela OTP Rodovias, nas empresas CRA, CBN e CRC. No primeiro semestre de 2021, também houve um significativo avanço no processo de alienação da participação acionária da OTP Rodovias na CRO, com boas expectativas de concretização até o final de 2021. No entanto, conforme apresentado na Nota 1(a), o processo de alienação não evoluiu da forma esperada ao longo do 2º semestre de 2021, não havendo atualmente expectativas quanto à sua efetivação. Com isso, os saldos dos investimentos que haviam sido apresentados em linha específica nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2021, tanto no balanço patrimonial como na demonstração dos resultados, deixaram de ser apresentados em rubrica em separado. **Operações Descontinuadas:** Tendo em vista a crise no mercado de açúcar da região Nordeste, com a consequente redução na movimentação de cargas, a Administração da Agrovia buscou alternativas para a diversificação das cargas a serem movimentadas, com a finalidade de maximização da utilização do Terminal de Açúcar. Todavia, com o agravamento dos desequilíbrios contratuais e a crise na demanda, mesmo com a eventual diversificação das cargas, não foi possível obter a viabilidade do Terminal de Açúcar, tendo em vista as substanciais alterações que seriam necessárias ao objeto do Contrato de Arrendamento original. Desta forma, a Administração decidiu paralisar as operações do referido Terminal de Açúcar. Tendo em vista a paralização das atividades, os resultados da Agrovia estão sendo tratados como Operação Descontinuada e apresentados nas demonstrações dos resultados do exercício e no fluxo de caixa de forma consolidada, juntamente com os resultados dos "Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação". Por sua vez, os ativos e os passivos da Agrovia continuam a ser refletidos nas demonstrações contábeis consolidadas, conforme apresentados a seguir: Em 31 de dezembro de 2021, os principais ativos e passivos da Agrovia, refletidos nestas demonstrações contábeis, eram:

Ativo	**2021**	**2020**
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	46	54
Tributos a recuperar	2.171	2.171
Outros ativos	–	10
	2.217	**2.235**
Ativo não circulante		
Imobilizado	55.367	55.369
Intangível	8	13
	55.375	**55.382**
Total do ativo	**57.592**	**57.617**

Passivo e patrimônio líquido	**2021**	**2020**
Passivo circulante		
Fornecedores e contas a pagar	1.769	2.023
Debêntures	53.791	50.308
Obrigações sociais e trabalhistas	30	123
Impostos, taxas e contribuições sociais	150	136
	55.740	**52.590**
Passivo não circulante		
Partes relacionadas	2.907	1.603
Impostos, taxas e contribuições sociais	1.737	1.862
	4.644	**3.465**
Patrimônio líquido		
Capital social	63.356	61.953
Prejuízos acumulados	(66.148)	(60.391)
	(2.792)	**1.562**
Total do passivo e patrimônio líquido	**57.592**	**57.617**

(f) Acordos com Autoridades, Governança e *Compliance:* Em dezembro de 2016, a Novonor firmou um acordo de leniência ("Acordo") com o Ministério Público Federal ("MPF") e autoridades dos EUA e Suíça, responsabilizando-se pelos atos ilícitos que integram o objeto do Acordo, praticados em benefício de suas empresas, com exceção da Braskem S.A., que firmou um acordo próprio. Dessa forma, em 2017, como parte do Acordo, iniciou-se um processo de monitoramento externo, para verificação da eficácia dos programas de conformidade e ambiente de controle, tendo sua conclusão e certificação ocorrida em novembro de 2020. Em julho de 2018, a Novonor também celebrou um acordo de leniência com o Ministério da Transparência/Controladoria-Geral da União ("CGU") e com a Advocacia-Geral da União ("AGU"), mediante o qual serão extintas as ações de improbidade e os processos administrativos no âmbito do Executivo Federal Brasileiro. A Companhia, juntamente com as suas empresas controladas, possui compromisso de, continuamente, atuar com transparência e integridade, conforme as melhores práticas de governança e com as leis, normas e regulamentos aplicáveis. Nesse sentido, foi desenvolvido e implementado pela Companhia, desde 2017, um sistema de conformidade, que visa garantir e zelar uma conduta baseada em princípios e valores éticos. Na medida em que a Companhia, suas empresas controladas e nenhum administrador sofreu condenação, bem como não tem conhecimento de processos em curso envolvendo os mesmos, não há como determinar se haverá, para a Companhia e suas empresas controladas, algum impacto oriundo dos resultados do referido Acordo e de seus eventuais desdobramentos. A Administração, neste momento, entende que tais efeitos, caso eventualmente existam, não deverão afetar significativamente a Companhia e suas empresas controladas e, consequentemente, as suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021.

2. Resumo das Principais Políticas Contábeis – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 25 de março de 2022. **2.1. Base de Preparação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir a mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiros. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3. Conforme descrito na Nota 1(b), a Administração vem avaliando a capacidade da Companhia em continuar operando e está implementando ações para reestabelecer seu equilíbrio econômico-financeiro, de modo que tenha recursos para dar continuidade aos seus negócios. Portanto, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto. **2.2. Demonstrações Contábeis Individuais:** As demonstrações contábeis individuais da Companhia estão sendo publicadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Nas demonstrações contábeis individuais, as empresas controladas, empresas controladas em conjunto e empresas coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. **2.3. Demonstrações Contábeis Consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas emitidas pelo CPC. Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações contábeis consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às práticas utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as seguintes companhias em 31 de dezembro de 2021:

		Participação no capital social(%)	
Companhias consolidadas diretamente	**País**	**2021**	**2020**
Concessionária Rota do Horizonte S.A. ("CRH") (i)	Brasil	–	60,00
OTP Rodovias S.A. ("OTP Rodovias")	Brasil	100,00	100,00
Agrovia do Nordeste S.A. ("Agrovia")	Brasil	95,47	95,38
Odebrecht Mobilidade S.A. ("OM")	Brasil	60,00	60,00
OTP SPV Participações S.A. ("OTP SPV")	Brasil	100,00	100,00
Companhias consolidadas indiretamente			
Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. ("VLT GO")	Brasil	54,00	54,00
Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("CRC") (ii)	Brasil	–	74,13
Concessionário Rota do Oeste S.A. ("CRO")	Brasil	100,00	100,00
OM Linha 6 Participações S.A. ("OM Linha6")	Brasil	42,00	42,00

(i) Empresa extinta em 18 de junho de 2021. (ii) Investimento alienado em 26 de abril de 2021. **2.4. Reapresentação:** Conforme mencionado na Nota 21, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou a reclassificação contábil de ajustes de avaliação patrimonial de competência de exercícios anteriores a 2020 para a rubrica de prejuízos acumulados. Desta forma, o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto) do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, estão sendo reapresentadas, conforme previsto pelos pronunciamentos técnicos CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (aprovada pela NBC TG 23 (R-1), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade) e CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis (aprovada pela NBC TG 26 (R-3), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade), conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. **2.5. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua ("moeda funcional"). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real. **2.6. Ativo Intangível:** Os ativos intangíveis da Companhia são construídos em decorrência do contrato de concessão e registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos com a implementação de infraestrutura. O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a certos pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso, já que tal método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **2.7. Benefícios a Empregados: a) Participação nos Lucros:** O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma metodologia que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia, após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada. **b) Obrigações de Aposentadoria:** O Grupo mantém um convênio de adesão com a Vexty Previdência S.A. ("Vexty") (antiga Odebrecht Previdência S.A.), entidade fechada de previdência privada, instituída pela Novonor, constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A Vexty proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras. No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da Vexty estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação, nem responsabilidade, por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. Por se tratar de um plano de contribuição definida, cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano Vexty o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 – Benefícios a Empregados. **2.8. Novas Normas e Pronunciamentos Contábeis Ainda Não Adotados:** Uma série de novas normas contábeis serão adotadas para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022, a saber: • **Contratos Onerosos:** Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) – A partir de 1º de janeiro de 2022. • **Imobilizado:** Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16) – A partir de 1º de janeiro de 2022. • **Referência à Estrutura Conceitual:** (alterações ao CPC 15/IFRS 3) – A partir de 1º de janeiro de 2022. • **Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante:** (Alterações ao CPC 26/IAS 1) – A partir de 1º de janeiro de 2023. • **IFRS 17 Contratos de Seguros:** A partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas e não espera que as mudanças tenham impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos – Estimativas e julgamentos críticos são aqueles que requerem julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de se fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos planejados em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições usadas nas estimativas. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, estão apresentadas a seguir as principais variáveis e premissas utilizadas nas seguintes estimativas críticas. **a) Provisão para Perda no Valor Recuperável de Ativos ("*Impairment*"):** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos anualmente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o valor do ativo é superior ao seu valor de recuperação, um novo valor do ativo é determinado, mediante constituição de perda no valor recuperável. O Grupo determina o valor em uso do ativo através do valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, descontados a valor presente, usando taxas de descontos que reflitam as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Para a projeção do fluxo de caixa, são consideradas estimativas do número de usuários, índices de reajustes de tarifas, crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), elasticidade do PIB do negócio, custos operacionais, inflação, taxas de descontos e reequilíbrios contratuais. **b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, entretanto, sofrer alterações. As informações sobre imposto de renda e contribuição social diferidas estão apresentadas na Nota 17. **c) Reconhecimento de Margem da Receita de Construção:** Na apuração do valor justo da margem da receita de construção, cujo valor é próximo de zero, as empresas controladas utilizam o custo total incorrido, mais uma margem de lucro, quando aplicável, com base nos custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados. **d) Determinação da Amortização dos Ativos Intangíveis:** A amortização dos ativos intangíveis reflete a estimativa de quando os benefícios econômicos futuros dos ativos serão consumidos ou o prazo final da concessão, dos dois o que ocorrer primeiro. Caso não seja possível estimar os benefícios econômicos futuros, a amortização é feita de forma linear. O efeito da amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão é reconhecido com base nas projeções das curvas de demanda, limitado ao prazo final da concessão. A Administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais empresas do setor. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. **e) Provisões Cíveis, Trabalhistas e Previdenciárias:** A Companhia e suas empresas Controladas estimam e atualizam as provisões para as perdas prováveis com base nos desfechos em seus processos e na taxa média de êxito, calculada em conjunto e com amparo da opinião de seus consultores legais externos. **f) Provisão para Conserva Especial:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia e suas controladas define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato de concessão, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos ao valor presente, levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

4. Gestão de Risco Financeiro – 4.1. Fatores de Risco Financeiro: a) Considerações Gerais: As atividades da Companhia e de suas empresas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco do Grupo leva em consideração a imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para os diferentes negócios do Grupo. **b) Gerenciamentos de Riscos:** A Companhia e suas empresas controladas estão expostas: (i) aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber; e (iii) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços. A gestão de riscos de liquidez, de crédito e de mercado se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e do patrimônio. **c) Risco de Liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Grupo, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de assegurar a liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais dos negócios. **d) Risco de Crédito:** As operações que sujeitam a Companhia e suas empresas Controladas à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, o Grupo mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha, considerando parâmetros objetivos, tais como a classificação de risco por agências de Rating (S&P, Fitch, Moody's) e o respectivo Patrimônio Líquido das contrapartes. **e) Risco de Mercado/Taxas de Juros:** A Companhia e suas empresas controladas estão expostas ao risco da variação das taxas de juros e índices de inflação, que podem causar aumentos significativos em suas despesas financeiras, com o provisionamento de juros futuros. As dívidas atualmente contratadas estão sujeitas às variações da Taxa de Longo Prazo ("TLP"), do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), do Certificado de Depósito Bancário ("CDI") e da Taxa de Depósito Interfinanceiro ("DI"). Com a celebração do Instrumento de Inação pela CRO, mencionada na Nota 15, houve a alteração da metodologia de cálculo de juros sobre o valor do principal, que passou a utilizar o DI, em substituição à Taxa de Longo Prazo ("TLP"). As empresas controladas também estão expostas ao risco de variação de índices de preços nas receitas operacionais onde as tarifas são reajustadas pelo IPCA, sendo essa a situação na maioria dos casos das empresas da Companhia. **4.2. Gestão de Capital – Consolidado:** Os objetivos da Companhia e de suas empresas controladas, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade, possibilitando o retorno do capital investido aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital adequada que otimize seus custos e riscos. A Companhia e suas empresas controladas monitoram a sua estrutura de capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à Dívida Líquida dividida pelo Capital Total, o qual é representado pela soma do Patrimônio Líquido consolidado. O índice de alavancagem financeira do Grupo pode ser assim sumarizado:

	Nota	**2021**	**2020**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	1.915.467	1.867.637
Caixa e equivalentes de caixa	6	(194.137)	(99.670)
Aplicações financeiras	7	(133.929)	(130.349)
Dívida líquida		**1.587.401**	**1.637.618**
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	21	(502.753)	87.420
Total do capital próprio e de terceiros		1.084.648	1.725.038
Índice de alavancagem financeira – %		**146%**	**95%**

5. Instrumentos Financeiros por Categoria – Consolidado – A segregação dos instrumentos financeiros consolidados, por categoria, foi realizada da seguinte forma:

		Consolidado			
		Ativos ao valor justo por meio do resultado		**Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado**	
	Nota	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	6	–	–	194.137	99.670
Aplicações financeiras	7	133.929	130.349	–	–
Contas a receber	8	–	–	23.640	19.997
Demais contas a receber	9	–	–	132.327	192.771
Outros ativos		–	–	29.940	17.138
		133.929	**130.349**	**380.044**	**329.576**
Passivos, conforme o balanço patrimonial					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	–	–	1.915.467	1.867.637
Fornecedores	–	–	–	138.503	115.895
Arrendamento mercantil operacional	16	–	–	27.413	33.140
Partes relacionadas	10	–	–	41.820	33.752
Outras obrigações, excluindo obrigações legais	–	–	–	40.758	27.817
		–	**–**	**2.163.961**	**2.078.241**

6. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		**Consolidado**	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Recursos em bancos e em caixa	669	2.690	41.352	33.685
Aplicações financeiras (a)	78.897	24.021	152.785	65.985
	79.566	**26.711**	**194.137**	**99.670**

(a) Os recursos financeiros mantidos em aplicações financeiras estão aplicados em fundos de investimento de baixo risco, que buscam acompanhar a variação do CDI, podendo ser prontamente conversíveis em caixa. Em 31 de dezembro de 2021, os valores estavam aplicados em bancos de primeira linha, com remunerações entre 96% e 127% do CDI (2020: 96% e 142% do CDI).

7. Aplicações Financeiras – Consolidado

	2021	**2020**
Títulos de valores mobiliários (a)	133.929	130.349
	133.929	**130.349**

(a) Representa o valor das cotas do OTP CRB Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP OTP CRB"), constituído com a finalidade de deter a participação acionária de 15% do capital social da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("CRB"). Em 2021, a variação das cotas foi de R$ 3.580 (2020: R$ 13.102), decorrente, substancialmente, do reflexo do investimento detido na CRB. A CRB era controlada integral da OTP Rodovias, sendo o controle acionário alienado em 28 de maio de 2019. O Contrato de Concessão, assinado em abril de 2009, tem como objetivo a exploração, sob regime de concessão, do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I. A concessão, pelo prazo de 30 anos mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, recuperação especial, projetos, gerenciamento de obra, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outros.

8. Contas a Receber – Consolidado

	2021	**2020**
Meios de pagamentos eletrônicos	20.207	16.477
Outros	3.433	3.520
	23.640	**19.997**

O contas a receber é registrado pelos respectivos valores faturados e estão representados substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio (a receber pela CRO). Em 31 de dezembro de 2021, a Administração, com base em sua avaliação de risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de uma provisão para perdas esperadas desse crédito, tomando como base para essa avaliação, entre outros aspectos, (i) as informações históricas sobre os índices de inadimplência observados, (ii) a tradição e a reputação no mercado das contrapartes e (iii) informações publicadas na mídia e veículos especializados sobre as contrapartes.

9. Demais Contas a Receber

	Controladora		**Consolidado**	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Linha Universidade S.A.	75.456	109.917	132.327	192.771
	75.456	**109.917**	**132.327**	**192.771**
Ativo circulante	37.718	36.639	66.142	64.257
Ativo não circulante	37.738	73.278	66.185	128.514

A Companhia e a sua controlada Odebrecht Mobilidade S.A. ("OM") possuem valores a receber em decorrência da cessão do Contrato de Concessão da Linha 6 do Metrô de São Paulo, que era detido pela Concessionária Move São Paulo S.A. ("Move SP"). Tais valores decorrem basicamente dos pagamentos efetuados às instituições financeiras credoras dos empréstimos contraídos pela Move SP, em decorrência da execução de garantias financeiras previamente outorgadas pelos acionistas da Move SP. Os valores são devidos a título de sub-rogação, nos termos dos Artigos 346 a 351 da Lei nº 10.406/2002. Com a cessão do Contrato de Concessão, as obrigações de pagamento

continua ...

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0A2B-1CA5-9009-3B5B.

… continuação **OTP S.A.** (anteriormente denominada Odebrecht Transport S.A.)

da Move SP para suas acionistas foram assumidas pela Linha Universidade S.A., subsidiária da empresa Acciona Construcción S.A., dividido em 4 parcelas remuneradas a 3% a.a., tendo a primeira parcela sido paga em outubro de 2020 e a segunda em novembro de 2021, nos montantes de R$ 63.797 e R$ 68.498 respectivamente.

10. Partes Relacionadas

Controladora	**Ativo circulante**	**Ativo não circulante**	**Passivo circulante**	**Passivo não circulante**	**Resultado**
	Outros ativos	**Partes relacionadas**	**Forne-cedores**	**Partes relacionadas**	**Tran-sações**
Agrovia (a)	–	2.908	–	–	157
CBPO Engenharia Ltda. (“CBPO”) (b)	279	–	–	–	–
Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”) (b)	1.167	–	1.212	–	(528)
Odebrecht Ambiental S.A. (b)	137	–	–	–	–
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. (“OECI”) (c)	73	–	–	12.006	(2.316)
Odebrecht Mobilidade S.A. (“OM”) (a)	1.907	1.247	121	–	(55)
Odebrecht Overseas Ltd (“OOL”) (c)	–	–	–	29.814	(5.751)
OTP Rodovias (b) (f)	1.080	–	17	39.733	(49)
31 de dezembro de 2021	**4.643**	**4.155**	**1.350**	**81.553**	**(8.542)**
31 de dezembro de 2020	**3.537**	**58.013**	**1.587**	**33.752**	**(3.466)**

Consolidado	**Ativo circulante**	**Ativo não circulante**	**Passivo circulante**	**Passivo não circulante**	**Resultado**
	Outros ativos	**Adiantamento a fornecedores**	**Forne-cedores**	**Partes rela-cionadas**	**Tran-sações**
CBPO Engenharia Ltda. (“CBPO”) (b)	314	–	–	–	–
Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”) (b) (d)	1.194	71.402	2.411	–	(387)
Odebrecht Ambiental S.A. (b)	351	–	–	–	–
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. (“OECI”) (c) (e)	73	–	103.326	12.006	(18.545)
Odebrecht Overseas Ltd (“OOL”) (c)	–	–	–	29.814	(5.751)
Odebrecht Serviços e Participações S.A. (b)	2	–	4.827	–	–
31 de dezembro de 2021	**1.934**	**71.402**	**110.564**	**41.820**	**(24.683)**
31 de dezembro de 2020	**1.914**	**71.402**	**90.319**	**33.752**	**5.493**

(a) Os valores apresentados em Partes relacionadas (na Controladora) referem-se a operações de mútuos realizados pela Companhia com a Agrovia e com a OM, remuneradas a taxas de mercado, que são eliminados no Consolidado. Em 2021, a Companhia realizou uma provisão para perdas referente aos mútuos a receber da CRO, no montante de R$ 58.482. (b) Os valores apresentados em Outros ativos, Fornecedores decorrem do rateio e repasse de despesas administrativas, tais como aluguéis e serviços compartilhados (contabilidade, tesouraria, folha de pagamento e tecnologia da informação, dentre outros) e/ou repasse de passivos trabalhistas. (c) Os valores devidos à OECI e à OOL em Partes relacionadas decorrem, respectivamente, da cessão de recebíveis e da alienação de ações em favor da OTP, realizadas no processo de alienação do controle acionário da Supervia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. (“Supervia”). (d) O valor de Adiantamento a fornecedores (no Consolidado) refere-se a adiantamentos contratuais realizados pela CRO para a execução das obras de recuperação e ampliação da capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT (“Contrato EPC”), o qual está registrado como custo do ativo de contrato. Esse valor deve ser compensado com os valores contratuais devidos à OECI, conforme detalhado no item (e) abaixo, além das obrigações contratuais da CRO com a CNO, a serem endereçadas com o término do referido Contrato de EPC. (e) O valor apresentado em Fornecedores (no Consolidado) decorre de obrigações contratuais devidas pela CRO para a OECI em função da contratação para a execução das obras de recuperação e ampliação da capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT (“Contrato EPC”), realizada conforme critérios de mercado e especificações técnicas. (f) O valor apresentado em Partes relacionadas (na Controladora) refere-se às operações de mútuo realizadas para transferência de recursos oriundos da alienação da CRC, CBN e CRA, pela OTP Rodovias, destinados à amortização parcial de dívidas financeiras da Companhia.

11. Ativos Mantidos para Negociação e Operações Descontinuadas – Em 31 de dezembro de 2020, os “Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação” incluíam os saldos de investimentos nas empresas CBN, CRA e CRC, cujas alienações foram concluídas em abril de 2021. Os ativos estavam sendo mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda, conforme o valor de recuperabilidade (*impairment*). Os resultados dos “Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação” estão apresentados na rubrica “Operações Descontinuadas” na demonstração dos resultados e os ativos e passivos estão apresentados, respectivamente, nas rubricas “Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação” e “Passivos Relacionados a Ativos Não Circulante Mantidos para Negociação” no balanço patrimonial, conforme detalhados nos itens (a) e (b) a seguir. Adicionalmente, tendo em vista a paralização das operações da Agrovia, em virtude do processo de resilição do contrato de arrendamento e consequente descontinuidade das operações, os resultados apurados e os fluxos de caixa passaram a ser apresentados de forma consolidada, sendo os efeitos detalhados no item (b) a seguir.

a) Saldo Patrimonial em 31 de dezembro

				2020
Ativo	**OTP Rodovias**	**CRC**	**Eliminações**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa	–	9.634	–	9.634
Contas a receber	–	2.492	–	2.492
Tributos a recuperar	–	241	–	241
Outros ativos	–	103	–	103
Ativo circulante	**–**	**12.470**	**–**	**12.470**
Aplicações financeiras	–	7.969	–	7.969
Partes relacionadas	–	–	–	–
Impairment	–	–	–	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	2.952	–	2.952
Outros ativos	–	532	–	532
Investimento	71.812	–	(28.238)	43.574
Imobilizado	–	178	–	178
Intangível	–	62.210	–	62.210
Ativo não circulante	**71.812**	**73.841**	**(28.238)**	**117.415**
Total do ativo	**71.812**	**86.311**	**(28.238)**	**129.885**

				2020
Passivo	**OTP Rodovias**	**CRC**	**Eliminações**	**Total**
Fornecedores	–	310	–	310
Empréstimos e financiamentos	–	3.724	–	3.724
Partes relacionadas	–	33	–	33
Impostos, taxas e contribuições sociais	–	296	–	296
Obrigações sociais e trabalhistas	–	290	–	290
Outros passivos	–	1.302	–	1.302
Passivo circulante	**–**	**5.955**	**–**	**5.955**
Empréstimos e financiamentos	–	38.062	–	38.062
Partes relacionadas	–	896	–	896
Provisão para contingências	–	1.039	–	1.039
Outros passivos	–	2.267	–	2.267
Passivo não circulante	**–**	**42.264**	**–**	**42.264**
Total do passivo	**–**	**48.219**	**–**	**48.219**
Patrimônio líquido não controladores	–	–	9.855	9.855
Total do passivo e patrimônio líquido	**–**	**48.219**	**9.855**	**58.074**

b) Demonstração dos Resultados do Exercício Findo em 31 de dezembro

								2021
	Ativos circulantes mantidos para negociação				**Operação descontinuada**			**Total de**
Operações descontinuadas	**OTP**	**OTP Rodovias**	**CRC**	**Eliminações**	**OTP**	**Agrovia**	**Eliminações**	**efeitos**
Receita líquida	–	–	5.810	–	–	–	–	5.810
Custo dos serviços prestados	–	–	(3.215)	–	–	(2)	–	(3.217)
Lucro (prejuízo) bruto	**–**	**–**	**2.595**	**–**	**–**	**(2)**	**–**	**2.593**
Despesas gerais e administrativas	–	–	(1.599)	–	–	(953)	–	(2.552)
Resultado operacional	**–**	**–**	**996**	**–**	**–**	**(955)**	**–**	**41**
Equivalência patrimonial	–	–	–	–	(5.493)	–	5.493	–
Alienação de investimentos	–	(9.884)		(23)	–	–	–	(9.907)
Impairment	–	–		–	1.489	–	–	1.489
Resultado financeiro líquido	(417)	–	(973)	–	158	(4.802)	–	(6.034)
Resultado antes do impostos	**(417)**	**(9.884)**	**23**	**(23)**	**(3.846)**	**(5.757)**	**5.493**	**(14.411)**
Lucro (prejuízo) do exercício	**(417)**	**(9.884)**	**23**	**(23)**	**(3.846)**	**(5.757)**	**5.493**	**(14.411)**

							2020
	Ativos circulantes mantidos para negociação			**Operação descontinuada**			**Total de**
Operações descontinuadas	**OTP Rodovias**	**CRC**	**Eliminações**	**OTP**	**Agrovia**	**Eliminações**	**efeitos**
Receita líquida	–	18.781	–	–	–	–	18.781
Custo dos serviços prestados	–	(8.646)	–	–	(1.443)	–	(10.089)
Lucro (prejuízo) bruto	**–**	10.135	**–**	**–**	(1.443)	**–**	8.692
Despesas gerais e administrativas	–	(4.190)	–	(7.266)	(2.283)	–	(13.739)
Resultado operacional	**–**	5.945	**–**	(7.266)	(3.726)	**–**	(5.047)
Equivalência patrimonial	(7.037)	–	(1.374)	(7.272)	–	7.272	(8.411)
Alienação de investimentos	–	–	–	–	–	–	–
Impairment	12.254	–	–	1.731	–	–	13.985
Resultado financeiro líquido	–	(3.270)	–	–	(3.917)	–	(7.187)
Resultado antes do impostos	5.217	2.675	(1.374)	(12.807)	(7.643)	7.272	(6.660)
Lucro (prejuízo) do exercício	5.217	1.854	(1.374)	(12.807)	(7.643)	7.272	(7.481)

c) Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de dezembro

								2021
	Ativos circulantes mantidos para negociação				**Operação descontinuada**			
	OTP	**OTP Rodovias**	**CRC**	**Elimi-nações**	**OTP**	**Agrovia**	**Elimi-nações**	**Total de efeitos**
Fluxos de caixa das atividades operacionais								
Lucros (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	**(417)**	**(9.884)**	**23**	**(23)**	**(3.846)**	**(5.757)**	**5.493**	**(14.411)**
Ajustes para reconciliação do prejuízo do exercício								
Depreciação e amortização	–	–	1.268	–	–	7	–	1.275
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas	417	–	1.082	–	(158)	4.787	–	6.128
Resultado de equivalência patrimonial	–	–	–	–	5.493	–	(5.493)	–
Provisão para contingências	–	–		–	–	(585)	–	(585)
Provisão para conserva	–	–	102	–	–	–	–	102
Baixa de investimentos	–	9.884	–	23	–	–	–	9.907
Impairment	–	–	–	–	(1.489)	–	–	(1.489)
Outros	–	–	(4)	–	–	–	–	(4)
Total de ajustes para reconciliação	**417**	**9.884**	**2.448**	**23**	**3.846**	**4.209**	**(5.493)**	**15.334**
Variação nos ativos e passivos	**–**	**(4.427)**	**(208)**	**–**	**–**	**137**	**–**	**(4.498)**
Caixa proveniente das operações	**–**	**(4.427)**	**2.263**	**–**	**–**	**(1.411)**	**–**	**(3.575)**
Juros pagos	–	–	(1.212)	–	–	(454)	–	(1.666)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais	**–**	**(4.427)**	**1.051**	**–**	**–**	**(1.865)**	**–**	**(5.241)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos								
Adições ao imobilizado	–	–	(14)	–	–	–	–	(14)
Adições ao intangível	–	–	(448)	–	–	–	–	(448)
Alienação de investimentos		75.879		–				75.879
Aplicações financeiras	–	–	(49)	–	–	–	–	(49)
	–	75.879	(511)	–	–	–	–	75.368
Fluxos de caixa das atividades de financiamento								
Amortização de empréstimos	–	–	(1.641)	–	–	(693)	–	(2.334)
Arrendamento mercantil	–	–	(204)	–	–	–	–	(204)
Recursos recebidos	–	–	–	–	–	1.147	–	1.147
Aumento de capital social	–	–	–	–	–	1.403	–	1.403
	–	–	(1.845)	–	–	1.857	–	12
Efeito de caixa das empresas excluídas na consolidação	–	–	**1.305**	–	–	8	–	1.313
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**–**	**71.452**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**71.452**

							2020
	Ativos circulantes mantidos para negociação			**Operação descontinuada**			
	OTP Rodovias	**CRC**	**Elimi-nações**	**OTP**	**Agrovia**	**Elimi-nações**	**Total de efeitos**
Fluxos de caixa das atividades operacionais							
Lucros (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	**5.217**	**2.675**	**(1.374)**	**(12.807)**	**(7.643)**	**7.272**	**(6.660)**
Ajustes para reconciliação do prejuízo do exercício							
Depreciação e amortização	–	3.818	–	–	1.383	–	5.201
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas	–	3.595	–	–	2.883	–	6.478
Resultado de equivalência patrimonial	7.037	–	1.374	7.272	–	(7.272)	8.411
Provisão para contingências	–	86	–	–	(48)	–	38
Impairment	(12.254)	–	–	(1.731)	–	–	(13.985)
Ajuste valor justo	–	–	–	–	270	–	270
Outros	–	399	–	–	–	–	399
Total de ajustes para reconciliação	**(5.217)**	**7.898**	**1.374**	**5.541**	**4.488**	**(7.272)**	**6.812**
Variação nos ativos e passivos	**–**	**(1.232)**	**–**	**7.266**	**56**	**–**	**6.090**
Caixa proveniente das operações	**–**	**9.341**	**–**	**–**	**(3.099)**	**–**	**6.242**
Juros pagos	–	(773)	–	–	–	–	(773)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais	**–**	**8.568**	**–**	**–**	**(3.099)**	**–**	**5.469**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos							
Adições ao imobilizado	–	(53)	–	–	–	–	(53)
Adições ao intangível	–	(426)	–	–	–	–	(426)
Aplicações financeiras	–	(184)	–	–	–	–	(184)
	–	**(663)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(663)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento							
Partes relacionadas	–	33	–	–	–	–	33
Amortização de empréstimos	–	(792)	–	–	–	–	(792)
Arrendamento mercantil	–	(545)	–	–	(1.143)	–	(1.688)
Pagamento de dividendos	–	(1.016)	–	–	–	–	(1.016)
Aumento de capital social	–	–	–	–	4.008	–	4.008
	–	**(2.320)**	**–**	**–**	**2.865**	**–**	**545**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**–**	**5.585**	**–**	**–**	**(234)**	**–**	**5.351**

12. Investimentos – a) Informações Sobre as Investidas – Controladora

	Quantidade de ações possuídas		**Participação direta (%)**		**Patrimônio líquido**		**Lucro (prejuízo) líquido ajustado do exercício**	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Agrovia do Nordeste S.A.	53.940.447	52.537.447	95,46	95,34	(2.793)	1.561	(5.757)	(7.643)
Concessionária Rota das Horizonte S.A.	–	360.000	–	60,00	–	848	(23)	(31)
Odebrecht Mobilidade S.A.	54.508.258	66.508.258	60,00	60,00	95.010	111.580	(1.176)	3.353
OTP Rodovias S.A.	1.202.509.106	1.202.509.106	100,00	100,00	179.550	208.722	(417.648)	(388.929)
OTP SPV Participações S.A.	120.165.940	120.165.940	100,00	100,00	81.844	90.197	(8.352)	(27.121)

b) Movimentação dos Investimentos – Controladora

Investimentos	**Saldo no início do exercício**	**Adições**	**Baixas**	**Redução de capital (Nota 10(c))**	**Equivalência patrimonial**	**Ajustes de avaliação patrimonial**	**Operações descon-tinuadas**	**Outros**	**Saldo no final do exercício**
Agrovia do Nordeste S.A.	–	1.211	–	–	–	(56)	(1.155)	–	–
Concessionária Litoral Norte S.A. (“CLN”)	2.668	–	–	–	–	–	–	–	2.668
Concessionária Rota das Horizonte S.A. (i)	490	–	(476)	–	(51)	–	–	37	–
Odebrecht Mobilidade S.A.	66.948	–	–	(12.000)	799	2.094	–	(835)	57.006
OTP Rodovias S.A.	597.198	–	–	–	(417.648)	–	–	–	179.550
OTP SPV Participações S.A.	90.197	–	–	–	(8.353)	–	–	–	81.844
	757.501	**1.211**	**(476)**	**(12.000)**	**(425.253)**	**2.038**	**(1.155)**	**(798)**	**321.068**
Provisão para perda de investimento									
Agrovia do Nordeste S.A.	–	192	–	–	–	(9)	(2.849)	–	(2.666)
31 de dezembro de 2021	**757.501**	**1.403**	**(476)**	**(12.000)**	**(425.253)**	**2.029**	**(4.004)**	**(798)**	**318.402**
31 de dezembro de 2020	**782.798**	**4.474**	**(240)**	**–**	**(25.523)**	**(182)**	**(3.826)**	**–**	**757.501**

(i) Empresa extinta em 18 de junho de 2021, com devolução à OTP, do montante de R$ 476. **a) c) Movimentação Societárias – Controladora:** Ao longo de 2021, a Companhia subscreveu 1.403.000 novas ações ordinárias emitidas pela Agrovia, no valor de R$ 1.403, que foram totalmente integralizadas em moeda nacional corrente, sendo o recurso destinado à cobertura de despesas ordinárias da controlada. Em 18 de janeiro de 2021, foi aprovada a redução de capital da OM, no montante de R$ 20.000, com o cancelamento de 20.000.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, mediante devolução de forma proporcional à participação dos acionistas, realizada nos dias 23 e 24 de março de 2021, sendo R$ 12.000 para a Companhia e R$ 8.000 ao acionista minoritário.

d) Coligadas, Controladas em conjunto e Outros Investimentos – Consolidado	**2021**	**2020**
CLN	2.668	2.668
Move SP (*)	4.064	–
RTP (**)	81.844	90.197
Total dos investimentos	**88.576**	**92.865**

(*) Em 2021, a controlada OML6 reverteu o *impairment* do investimento detido na MSP, tendo em vista a sua previsão de recuperabilidade. (**) Participação residual indireta na Supervia detida pela OTP SPV, após a alienação do controle. No exercício findo em 2021, foi apropriada equivalência patrimonial negativa no montante de R$ 8.346.

13. Imobilizado – Consolidado

	Edificações e benfei-torias	**Máquinas, equipamentos e instalações**	**Móveis e utensílios**	**Veículos e embarcações**	**Direito de uso (**)**	**Total**
Custo	38.303	36.346	1.668	4.246	31.821	112.416
Depreciação acumulada	(3.652)	(9.846)	(1.149)	(2.558)	(4.558)	(21.795)
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**34.651**	**26.500**	**519**	**1.688**	**27.263**	**90.621**
Adições	162	227	11	4	–	404
Baixas, líquidas de depreciação	(8)	–	–	–	(2.588)	(2.596)
Operação descontinuada (*)	(9)	(75)	(2)	–	(1.294)	(1.380)
Depreciação	(507)	(418)	(131)	(462)	(3.511)	(5.029)
Saldo	**34.289**	**26.234**	**397**	**1.230**	**19.870**	**82.020**
Custo	40.250	33.901	1.333	2.581	25.999	104.064
Depreciação acumulada	(5.961)	(7.667)	(936)	(1.351)	(6.129)	(22.044)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**34.289**	**26.234**	**397**	**1.230**	**19.870**	**82.020**
Adições	77	762	19	286	921	2.065
Baixas, líquidas de depreciação	(4.091)	–	–	(102)	(6.252)	(10.445)
Depreciação	(302)	(370)	(118)	(443)	(2.118)	(3.351)
Saldo	**29.973**	**26.626**	**298**	**971**	**12.421**	**70.289**
Custo	32.293	34.662	1.353	2.533	16.218	87.059
Depreciação acumulada	(2.320)	(8.036)	(1.055)	(1.562)	(3.797)	(16.770)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**29.973**	**26.626**	**298**	**971**	**12.421**	**70.289**

(*) Referem-se aos saldos e/ou movimentações das controladas CRC e Agrovia que passaram a ser classificadas na rubrica de Ativos não circulantes mantidos para negociação e operações descontinuadas (Nota 11). **(**)** Representa os direitos de uso relativos aos contratos de arrendamento mercantil.

continua …

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0A2B-1CA5-9009-3B5B.

... continuação

OTP S.A. (anteriormente denominada Odebrecht Transport S.A.)

14. Intangível – Consolidado – a) Composição

	Consolidado	
	2021	**2020**
Infraestrutura (b)	1.982.524	1.882.021
Direito de uso	11.127	9.735
Outros	3.146	422
	1.996.797	**1.892.178**

b) Infraestrutura: Representa os custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão da CRO. O cálculo da parcela mensal, do consumo da infraestrutura, considerando os benefícios econômicos gerados, é reconhecido no resultado como amortização.

			2021	2020
	Custo	**Amortização**	**Líquido**	**Líquido**
Adiantamentos	72.043	–	72.043	951.631
Melhoramentos	901.006	(89.682)	811.324	68.643
Operação	98.708	(20.327)	78.381	789.672
Recuperação	1.145.321	(124.545)	1.020.776	72.075
	2.217.078	**(234.554)**	**1.982.524**	**1.882.021**

c) Movimentação

	Infraes-trutura	Direito de uso	Software e outros	Total
Custo	1.955.003	27.190	1.019	1.983.212
Amortização acumulada	(130.076)	(9.237)	(629)	(139.942)
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**1.824.927**	**17.953**	**390**	**1.843.270**
Adições	103.684	3.510	204	107.398
Baixas, líquidas de amortização	(3.513)	(141)	–	(3.654)
Amortização (**)	(43.077)	(11.587)	(172)	(54.836)
Saldo	**1.882.021**	**9.735**	**422**	**1.892.178**
Custo	2.067.731	32.419	1.224	2.101.374
Amortização acumulada	(185.710)	(22.684)	(802)	(209.196)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.882.021**	**9.735**	**422**	**1.892.178**
Adições (*)	150.887	12.988	3.175	167.050
Baixas, líquidas de amortização	(1.072)	–	(23)	(1.095)
Amortização (**)	(49.312)	(11.596)	(428)	(61.336)
Saldo	**1.982.524**	**11.127**	**3.146**	**1.996.797**
Custo	2.217.078	45.407	4.376	2.266.861
Amortização acumulada	(234.554)	(34.280)	(1.230)	(270.064)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.982.524**	**11.127**	**3.146**	**1.996.797**

(*) As adições em Infraestrutura referem-se a obras de ampliação de capacidade e melhorias no sistema rodoviário da BR-163/MT. Em 2021, do montante total das adições, apenas R$ 164.104 (2020: R$ 104.469) representaram impacto no impacto no caixa no exercício. (**) Parte da amortização relativa aos Direitos de uso, no montante de R$ 2.946 (2020: R$ 2.929), foi apropriada ao Ativo Intangível.

15. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Corporativo (b)	911.413	876.255	911.413	876.255
Captações estruturadas (c)	–	–	53.791	50.308
Capital de giro e Empréstimo Ponte (d)	–	–	950.263	946.361
(-) Custo de transação (e)	–	–	–	(5.287)
	911.413	**876.255**	**1.915.467**	**1.867.637**
Passivo circulante	911.413	876.255	1.915.467	1.867.637
Passivo não circulante	–	–	–	–

a) Movimentação	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Saldo inicial	**876.255**	**836.018**	**1.867.637**	**1.889.086**
Amortização de principal	(21.268)	–	(74.238)	(157.768)
Apropriação de juros	56.426	39.852	166.069	167.882
Pagamento de juros	–	–	(49.288)	(45.742)
Custos de transação	–	–	(4.496)	(10.249)
Amortização do custo	–	385	9.783	24.428
Saldo final	**911.413**	**876.255**	**1.915.467**	**1.867.637**

b) Corporativo: A Companhia possui empréstimos junto ao Banco do Brasil, no montante de R$ 210.455 (2020 – R$ 203.787), com taxa de juros de 132% do CDI a.a., e debêntures privadas, subscritas pelo Bradesco, no montante de R$ 700.952 (2020 – R$ 672.468), com remuneração de CDI + 2,28% a.a.. Em 31 de dezembro de 2021, estava sendo negociada a prorrogação do prazo de vencimento junto ao Banco do Brasil, a qual será provavelmente formalizada após definição dos termos e condições do Processo de Devolução da CRO. Já para as debêntures privadas subscritas pelo Bradesco, a última prorrogação de vencimento foi feita para o dia 15 de março de 2022, conforme Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") realizada em 15 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou índices financeiros inferiores aos exigidos na Escritura das Debêntures subscritas pelo Bradesco, sendo (i) limite de 0,5x do índice Endividamento Financeiro Líquido/Patrimônio Líquido limitado, na controladora; limite de 4,0x do Endividamento Financeiro Líquido/Dividendos, no consolidado; e/ou (ii) manutenção de caixa mínimo de R$ 200.000. A não observância desses indicadores pode trazer como consequência o vencimento antecipado da dívida, a ser deliberado em Assembleia de Debenturistas, que ocorre posteriormente à emissão das demonstrações financeiras da Companhia, sendo a dívida classificada no passivo circulante em 31 de dezembro de 2021. No entanto, como vem ocorrendo historicamente, a Companhia tem obtido a dispensa para essa exigência contratual ("*waiver*"). **c) Captações Estruturadas:** A Agrovia emitiu debêntures para a construção de infraestrutura no montante de R$ 35.000, com remuneração de CDI + 4,75% a.a. O saldo das debêntures em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 53.791 (2020 – R$ 50.308), sendo o prazo de vencimento em 15 de março de 2022, conforme deliberado na Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 15 de dezembro de 2021. **d) Capital de Giro e Empréstimo Ponte:** (i) A CRO possuía um contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no montante de R$ 762.000 ("Contrato de Financiamento Ponte BNDES"), destinado aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163/MT, tendo sido liberado o montante de R$ 590.000. Sobre o valor do principal da dívida incidiam juros de Taxa de Longo Prazo + 2,9% a.a. O vencimento vinha sendo prorrogado de forma sucessiva, sendo que em 15 de maio de 2019 foi celebrado um aditivo contratual, prorrogando novamente o prazo de vencimento para 15 de maio de 2020. Em 17 de fevereiro de 2020, o Banco Crédit Agricole Brasil S.A. ("Crédit Agricole"), o Banco Itaú S.A. ("Itaú"), o Banco ABC Brasil S.A. ("ABC"), o ING Bank N.V. ("ING") e o Banco Pine S.A. ("Pine") e, em 18 de fevereiro de 2020, o Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil" e em conjunto com Crédit Agricole, Itaú, ABC, ING e Pine, "Credores"), na qualidade de fiadores e principais pagadores das obrigações decorrentes do Contrato de Financiamento Ponte BNDES, realizaram o pagamento do valor total correspondente ao valor de principal e juros devidos pela CRO, conforme previamente acordado com os Credores e o BNDES, no âmbito do referido contrato, tornando-se credores diretos da CRO. (ii) Em decorrência do pagamento ao BNDES, em 25 de março de 2020, a CRO celebrou um Instrumento de Inação junto aos Credores, exceto Banco do Brasil, por meio do qual os Credores concordaram em não iniciar e/ou continuar ação de execução judicial ou extrajudicial contra a CRO e/ou seus acionistas, assim como em suspender os efeitos dos inadimplementos pela CRO e/ou pelas acionistas ocorridos nos termos dos documentos da operação, mediante as seguintes condições: **(1)** definição da participação de cada instituição na dívida consolidada, sendo: Banco do Brasil: 20,67%, Crédit Acricole – 20,67%, Itaú – 14,39%, Pine – 14,39%, ABC – 5,08% e ING – 24,80%; **(2)** em relação à participação na dívida consolidada aplicável ao Crédit Agricole, Pine, ABC e ING, atualização pela variação acumulada da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros, denominada Taxa DI, acrescida do percentual de 5,20% a.a.; **(3)** em relação à participação na dívida consolidada aplicável ao Itaú, atualização pela variação acumulada da Taxa DI, acrescida do percentual de 2,10% a.a.; **(4)** amortização no montante de 3,5% a.a. do valor de principal da dívida consolidada, conforme as participações aplicáveis a cada credor; e **(5)** as partes poderão acordar extensão do período de Inação por períodos sucessivos de 3 (três) ou 6 (seis) meses, até o limite de 15 de agosto de 2022. Por sua vez, dado que o Banco do Brasil não firmou o Instrumento de Inação, o mesmo assinou correspondências confirmando que não possuía, no respectivo momento, a intenção de praticar qualquer ato contrário ao Instrumento de Inação e buscaria aprovações internas para a celebração do Aditamento de Adesão ao Instrumento de Inação, além de empregar esforços para a celebração de referido aditamento. A CRO obteve junto aos Credores a prorrogação do prazo de vencimento e período de validade do Instrumento de Inação, conforme cartas de solicitação de prorrogação enviadas em 12 de maio de 2020, 21 de agosto de 2020 e 03 de setembro de 2020. (iii) Em novembro de 2020, foi realizado um pagamento parcial no montante de R$ 14.064 ao Banco do Brasil. Nos termos do Instrumento de Inação, o Banco do Brasil deveria receber da CRO, na data de celebração do aditamento ao Instrumento de Inação ("Aditamento de Adesão") os valores correspondentes conforme os pagamentos já realizados aos Credores. Com o objetivo de igualar o Banco do Brasil aos demais Credores com relação aos pagamentos feitos sob o Instrumento de Inação, os quais continuam a ser realizados pela CRO, e até que se concluíssem as negociações com os Credores e a CEF para equalização e reescalonamento de todas as dívidas, viabilizando a celebração pelo Banco do Brasil e demais Credores do Aditamento de Adesão, a CRO, as acionistas e os Credores concordaram com o pagamento dos Valores Adesão Banco do Brasil, atualizados até a data de 16 de novembro de 2020, incluindo o pagamento referente ao mês de novembro, antes da formalização do Aditamento de Adesão e com a inclusão do Banco do Brasil nos pagamento parciais. Em 09 de junho de 2021, foi realizado outro pagamento parcial no montante de R$ 18.975, aos Bancos Crédit Agricole Brasil S.A., Banco Itaú S.A., Banco ABC Brasil S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Pine S.A. e ING Bank N.V, de acordo com a participação de cada um em relação a dívida. Os recursos para a referida amortização foram provenientes da alienação, pela OTP Rodovias, das participações societárias em CRC, CBN e CRA. (iv) A CRO também captou um financiamento junto à Caixa Econômica Federal ("CEF"), no montante de R$ 300.000, com vencimento original em parcela única do principal mais juros em 20 de novembro de 2018. Sobre o principal da dívida incide juros de 3,5% a.a., acima da TLP, sendo o saldo atualizado em 31 de dezembro de 2021 de R$ 333.343 (2020 – R$ 310.002). Em 21 de dezembro de 2018, foi celebrado um novo aditivo contratual, prorrogando o prazo de vencimento do Contrato de Empréstimo Ponte da CEF para 20 de maio de 2019. Após diversas tentativas de acordo para renovação do empréstimo, em 23 de setembro de 2020, a CEF iniciou um processo de execução da dívida, resgatando o montante aplicado pela CRO no Fundo Atlântico, administrado pela CEF, além dos recursos disponíveis em sua conta corrente, totalizando R$ 118.226. Com a retomada das negociações, o processo de execução foi temporariamente suspenso. Diante dessa situação, os Credores e a CEF iniciaram uma discussão sobre qual seria a melhor alternativa para equalização e reescalonamento de todas as dívidas da CRO, de forma a atender aos interesses da CEF e dos Credores, preservando, ao mesmo tempo, a continuidade operacional da concessão, o que deveria, a princípio, ser formalizado através de um Aditivo ao Instrumento de Inação, no âmbito da dívida dos Credores, e um Termo de Tolerância, no âmbito da dívida da CEF, conforme negociações em curso desde setembro de 2020. Com os avanços das negociações, porém, as partes entenderam fazer mais sentido estarem todos os Credores e a CEF em um documento único (um novo Termo de Inação), o qual, atualmente se encontra em discussão, por meio do qual a CRO se comprometerá a fazer amortizações ordinárias, além de pagamentos extraordinários com o excedente de caixa, mantendo sempre um caixa mínimo de R$ 30 milhões na CRO. (v) No exercício de 2021, foram pagos pela CRO principal e juros nos montantes respectivos de R$ 52.276 e R$ 48.834 (2020 – R$ 157.768 e R$ 45.742). Também foram pagos custos de transação no montante de R$ 4.496 (2020 – R$ 10.249). **e) Custo de Transação:** Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. **f) Garantias:** (i) Os contratos de financiamento da CRO com a CEF e o Instrumento de Inação com os Bancos Credores possuem como garantia fidejussória fiança corporativa da OTP, alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios, além de cessão fiduciária sobre os valores oriundos da alienação das ações detidas pela OTP Rodovias em CRB, CBN, CRA e CRC, cessão fiduciária sobre os valores em função do sobejo da excussão de garantias sobre as ações CRB, CBN, CRA e CRC. Com a alienação das ações da CBN, CRA e CRC, a cessão fiduciária foi executada e parte dos recursos foi utilizado para a amortização parcial da dívida da CRO, em 09 de julho de 2021, no montante de R$ 18.976, sendo R$ 3.927 para o Banco do Brasil, R$ 3.927 para o Crédit Agricole, R$ 2.723 para o Itaú, R$ 2.723 para o Pine, R$ 975 para o ABC e R$ 4.701 para o ING. A parcela devida para a CEF, por sua vez, em função das negociações de equalização da dívida, deveria ser dividida entre os demais credores. No entanto, a CEF ainda não conseguiu enviar comunicação ao agente administrador da conta nesse sentido. Assim sendo, a referida parcela permanece na conta vinculada. (ii) Para o contrato de empréstimo ponte da Agrovia, a OTP disponibilizou fiança corporativa e alienação fiduciária das ações como garantia, além de cessão fiduciária sobre os valores oriundos da alienação das ações detidas pela OTP Rodovias em CRB, CBN, CRA e CRC, cessão fiduciária sobre os valores em função do sobejo da excussão de garantias, sobre as ações CRB, CBN, CRA e CRC e cessão fiduciária sobre os valores da alienação das ações da CRO e os valores em função do sobejo da excussão de garantias sobre as ações da CRO (eventual saldo do produto da excussão das ações da CRO). Com a alienação das ações da CBN, CRA e CRC, a cessão fiduciária foi executada e parte dos recursos foi utilizado para a amortização parcial da dívida da Agrovia, em 22 de julho de 2021, no montante de R$ 1.147 e outra parte para a amortização parcial da dívida da CRO, conforme comentado nesta Nota, no item "d" (ii), acima. (iii) Para os empréstimos corporativos junto ao Banco do Brasil e ao Bradesco, a OTP também disponibilizou cessão fiduciária sobre os valores oriundos da alienação das ações detidas pela OTP Rodovias em CRB, CBN, CRA e CRC, cessão fiduciária sobre os valores em função do sobejo da excussão de garantias sobre as ações CRB, CBN, CRA e CRC. Com a alienação das ações da CBN, CRA e CRC, a cessão fiduciária foi executada e parte dos recursos foi utilizado para a amortização parcial de referidas dívidas: em 09 de julho de 2021, no montante de R$ 16.252, para o Bradesco, e, em 10 de julho de 2021, no montante de R$ 5.016, para o Banco do Brasil. (iv) Além das garantias mencionadas, a Companhia forneceu um *Equity Support Agreement* ("ESA") para empréstimos e financiamentos contratados pela investida VLT RJ, na proporção da sua participação indireta original de 15%. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor total do VLT RJ junto ao BNDES é de R$ 925.782 (2020: R$ 878.926). (v) A OTP havia concedido fiança corporativa ao BNDES, em benefício da CRA, a ser liberada por decorrência da alienação das ações da participação societária detidas pela OTP Rodovias na CRA. Conforme disposto no Contrato de Compra e Venda, a compradora se comprometia, em até 60 dias a contar da Data de Fechamento, a formalizar a substituição ou liberação de referida garantia. Na hipótese de não observância desse prazo, ela se obrigava a formalizar, no 61º dia, uma fiança bancária em favor da vendedora e, caso a substituição não ocorresse até o 90º dia, ela se obrigaria ao pagamento de uma multa, não compensatória, à vendedora no montante de 5% calculada sobre o valor total das dívidas atreladas às garantias que não fossem substituídas e juros de mora de 1% ao mês.

16. Arrendamento Mercantil

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Saldo inicial	**22.527**	**24.705**	**33.140**	**47.980**
Adições	922	–	13.910	3.510
Amortização	(5.515)	(3.396)	(17.886)	(17.444)
Baixas (*)	(3.753)	–	(3.753)	(3.324)
Apropriação das despesas financeiras	1.385	1.218	2.002	2.418
Saldo final	**15.566**	**22.527**	**27.413**	**33.140**
Passivo circulante	1.913	3.363	10.966	11.800
Passivo não circulante	13.653	19.164	16.447	21.340

(*) Em 2021, na controladora, foi procedida a baixa do contrato de arrendamento relativa ao aluguel de escritório comercial. O reconhecimento inicial dos contratos de arrendamento e apropriação das despesas financeiras levam em consideração a taxa média de captação obtida, a qual varia entre 5,26% e 11,58%.

17. Imposto de Renda e Contribuição Social – Consolidado – a) Ativo e Passivo de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: Os saldos dos ativos e passivos de imposto de renda diferido apresentados de forma líquida, são decorrentes de:

	2021	2020
Juros, IOF, custos de transação capitalizados e AVP	(30.506)	(34.583)
Prejuízo fiscal e base negativa (*)	7.314	17.429
Provisão para Manutenção Especial – ICPC01	45.197	30.929
Outras diferenças temporárias	8.071	14.698
	30.076	**28.473**

(*) Refere-se, substancialmente, a impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL da CRO. Esses créditos têm projeção de realização até 2026. A expectativa da Companhia e de suas controladas quanto à realização total dos créditos fiscais acima referido está prevista para ocorrer da seguinte forma:

	2021	2020
2021	–	2.424
2022	1.285	1.285
2023 em diante	6.029	13.720
	7.314	**17.429**

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado das controladas e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da CRO. **b) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente no Resultado**

	2021		2020	
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**
CRO	(119)	(6.137)	(301)	(3.319)
OM	–	–	(289)	(113)
OTP Rodovias	–	–	(970)	(366)
	(119)	**(6.137)**	**(1.560)**	**(3.798)**

18. Provisão Cíveis, Trabalhistas e Previdenciárias – A Companhia e suas empresas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas e cíveis, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. O Grupo apresentava os seguintes saldos de provisões e de depósitos judiciais:

	2021		2020	
	Depósitos judiciais	**Provisões**	**Depósitos judiciais**	**Provisões**
Contingências trabalhistas e previdenciárias	179	(59)	165	(402)
Reclamações cíveis	835	(3.176)	237	(1.946)
Outros (i)/(ii)	968	–	942	(3.313)
	1.982	**(3.235)**	**1.344**	**(5.661)**

(i) Em agosto de 2021 foi revertido o saldo apresentado em Outras Provisões no montante de R$ 2.728, relativo a perdas estimadas pela CRO. (ii) Em 2020, foi efetuado depósito judicial no montante de R$ 933 em função de multas administrativas impostas pela ANTT à CRO. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avalia que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada processo são suficientes e representam sua melhor estimativa de perda, às quais são revisadas periodicamente. **Perdas Possíveis, Não Provisionadas no Balanço:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas empresas controladas possuem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R$ 10.905 (2020 – R$ 11.635).

19. Provisão para Perdas no Valor Recuperável de Investimentos

	2021	2020
CRO	873.584	353.026
Agrovia	–	1.489
	873.584	**354.515**

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de R$ 863.584 (2020 – R$ 354.515) se refere a provisão para perdas no valor recuperável de investimentos líquidos, e consideram, principalmente, os fluxos de caixa líquidos esperados provenientes destes investimentos. Em 2021, além das perdas decorrentes da participação societária da OTP Rodovias na CRO, no montante de R$ 54.368, foram apuradas perdas adicionais no montante de R$ 466.190 decorrentes da baixa probabilidade do recebimento dos créditos, da Companhia e da OTP Rodovias, oriundos de mútuos da CRO.

20. Provisão para Conserva Especial – Consolidado – Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo apresentava saldo de R$ 150.899 (2020 – R$ 105.194) referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura efetuada pela CRO, a qual teve a seguinte movimentação:

	2021	2020
Saldo inicial	**105.194**	**121.890**
Constituição de provisão ajuste a valor presente	(9.904)	(3.119)
Provisão de conserva especial	55.609	35.801
Reversão ajuste a valor presente	–	(5.044)
Reversão de provisão para conserva especial	–	(44.334)
Saldo final	**150.899**	**105.194**

Em 30 de junho de 2020, a Companhia apresentou proposta juntamente com um Plano de Cura à ANTT, representado por um novo projeto de retomada e realização dos investimentos a partir de 2021, com novos montantes e cronograma de investimentos, relacionados a duplicação da rodovia e a manutenção dos reajustes tarifários. Esse novo plano está sob avaliação da ANTT e, naturalmente, resultou na postergação dos investimentos previstos originalmente no contrato de concessão, em especial as obras de duplicação e melhorias. O planejamento dos ciclos de conserva especial é vinculado ao cronograma de duplicação, de maneira que a eventual postergação da duplicação impacta diretamente na curva de conserva especial. Como parte da nova proposta, houve também a revisão da solução técnica de pavimento, que passa a ser pavimento rígido, frente à premissa anterior que previa adoção de pavimento flexível em todo o segmento duplicado. Essa solução aumentará a vida útil do pavimento, reduzindo assim a necessidade de intervenção e, consequentemente, dos gastos com manutenção. Além desse aspecto, a intervenção em pavimento também está atrelada ao estudo do tráfego de longo prazo, revisado e alterado em 2020 a partir de projeções atualizadas de macroeconomia e produção agro do estado. Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram incorridos custos referentes à conserva especial. Por todos os aspectos anteriormente apresentados e em atendimento às boas práticas contábeis brasileiras para fins de determinação na melhor estimativa, a Administração da CRO revisou os critérios de apuração e alterou o valor da provisão para conserva especial em 30 de junho de 2020, resultando numa redução de R$ 49.378 no saldo da provisão, reconhecida no resultado.

21. Patrimônio Líquido – a) Capital Social: Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 1.610.713, composto por 214.666.816 ações ordinárias, distribuídas da seguinte forma:

	Número de ações		Participação no capital social (%)	
Acionistas	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Novonor	127.499.078	127.499.078	59,39%	59,39%
BNDES Participações S.A.	22.767.693	22.767.693	10,61%	10,61%
FI-FGTS	64.400.045	64.400.045	30,00%	30,00%
	214.666.816	**214.666.816**	**100,00%**	**100,00%**

b) Ajustes de Avaliação Patrimonial (Reapresentado) Criada pela Lei nº 11.638/07, com o objetivo de registrar os valores que, já pertencentes ao patrimônio líquido, não transitaram pelo resultado.

	2021	2020 (Reapresentado)
Saldo inicial	**31.495**	**31.677**
Ganho (perda) de variação de percentual de participação (*)	2.029	(182)
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	(2.698)	–
Saldo final	**30.826**	**31.495**

(*) Decorrem de alterações de percentual de participação nas investidas VLT RJ e Agrovia. (**) Realização de ajustes de avaliação patrimonial da CRC, em decorrência da alienação da participação societária ocorrida em abril de 2021. Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia identificou a realização de ajustes de avaliação patrimonial, decorrentes participações societárias alienadas em exercícios anteriores a 2020, sem que houvesse a reclassificação contábil para a rubrica Prejuízos acumulados. Nesse contexto, os efeitos foram reclassificados e os saldos de abertura das rubricas de "Ajustes de avaliação patrimonial" e "Prejuízos acumulados", dispostas no patrimônio líquido, estão sendo reapresentados, sendo:

	Em 1° de janeiro de 2020		
	Apresentado	**Ajuste**	**Reapresentado**
Capital social	1.610.713	–	1.610.713
Reserva de capital	621.483	–	621.483
Ajuste de avaliação patrimonial	(44.075)	75.752	31.677
Prejuízos acumulados	(2.146.267)	(75.752)	(2.222.019)
	41.854	**–**	**41.854**

22. Receita Líquida

	Consolidado	
	2021	**2020**
Receitas acessórias	5.001	4.922
Receitas de AVI (*"Automatic Vehicle Identification"*) (i)	307.747	253.857
Receitas de vale pedágio (ii)	67.585	68.661
Receitas em numerário	121.598	132.844
Outras receitas	56	–
Receita operacional	**501.987**	**460.284**
Receitas de construção (***)	150.453	103.684
Receita bruta	**652.440**	**563.968**
Tributos sobre serviços de operação	(41.420)	(38.319)
Outras deduções da receita	(38)	(26)
Receita operacional líquida	**610.982**	**525.623**

(i) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento *"Automatic Vehicle Identification" (AVI)* são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas para os usuários via empresas especializadas. (ii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários, mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas. (iii) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a CRO reconheceu, R$ 150.453 e R$ 103.684, respectivamente, como receita de construção ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura.

23. Gastos por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Classificadas por natureza:				
Alienação de investimentos	–	–	(5.137)	(7.158)
Depreciação e amortização	(2.412)	(4.122)	(61.741)	(56.936)
Gastos com pessoal	(11.510)	(13.800)	(81.705)	(74.977)
Impairment de recebíveis (Nota 19)	(58.482)	–	(466.190)	–
Impairment de outros ativos	–	–	(6.699)	(3.951)
Materiais e equipamentos	–	–	(3.262)	(2.075)
Provisão para conserva especial	–	–	(41.964)	15.881
Seguros	(339)	(583)	(19.294)	(20.167)
Serviços de terceiros	(4.694)	(8.447)	(61.908)	(57.480)

continua ...

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0A2B-1CA5-9009-3B5B.

Publicidade Legal

... continuação

OTP S.A. (anteriormente denominada Odebrecht Transport S.A.)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Outras receitas e despesas	715	663	(29.459)	(33.830)
	(76.722)	(26.289)	(777.359)	(240.693)
Classificadas por função				
Custos dos serviços prestados	–	–	(228.695)	(159.943)
Gerais e administrativas	(14.367)	(27.158)	(63.184)	(69.999)
Outras despesas, líquidas	(62.355)	869	(485.480)	(10.751)
	(76.722)	(26.289)	(777.359)	(240.693)

24. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Receitas com juros	7.404	5.953	14.627	19.455
Variações cambiais e monetárias	–	114	226	156
Outras	–	–	819	116
	7.404	6.067	15.672	19.727
Despesas financeiras				
Ajuste a valor presente	(1.386)	(1.219)	(5.637)	(405)
Amortização de custos de transação	–	(384)	(10.006)	(24.537)
Despesas com juros	(64.514)	(45.003)	(189.122)	(181.816)
Variações cambiais e monetárias	–	–	–	(1)
Outros	(12.722)	(288)	(14.693)	(3.055)
	(78.622)	(46.894)	(219.458)	(209.814)
Resultado financeiro, líquido	(71.218)	(40.827)	(203.786)	(190.087)

25. Prejuízo por Ação – O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

	Consolidado	
	2021	2020
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas titulares de ações ordinárias	(577.456)	(105.446)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	214.667	214.667
Prejuízo por ação (em Reais)	(2,69)	(0,49)

26. Eventos Subsequentes – Em 07 de janeiro de 2022, foram aprovadas a alteração da denominação social da controlada Odebrecht Mobilidade S.A. para OTP Mobilidade S.A. e a redução do seu capital social, no montante de R$ 26.000, com o cancelamento de 26.000.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, mediante as devoluções realizadas em 01 de fevereiro de 2022, sendo R$ 15.600 para a Companhia. Em 20 de janeiro de 2022, o TAC apresentado pela CRO junto à ANTT foi sobrestado, até que o Contrato de Concessão da CRO seja qualificado para relicitação. Em 01 de fevereiro de 2022, ocorreu o pagamento dos dividendos devidos pela OM aos seus acionistas no montante de R$ 1.392, sendo R$ 835 para a Companhia. Em 07 de março de 2022, a ANTAQ publicou o edital para o leilão relativo ao Contrato de Arrendamento da área localizada na Zona Portuária de Suape, que está sendo objeto de resilição pela Agrovia (Leilão 02/2022-ANTAQ-SUA07). A realização do leilão está prevista para ocorrer no dia 30 de março de 2022. Em 10 de março de 2022, a Diretoria Colegiada da ANTT, através da Deliberação nº 102, atestou a viabilidade técnica e jurídica do requerimento de relicitação da concessão da Rodovia BR-163/MT, apresentado pela CRO, nos termos do art. 4º do Decreto nº 9.957, de 6 de agosto de 2019. Adicionalmente, a ANTT determinou o envio do referido processo, no qual consta o requerimento de relicitação da CRO, ao Ministério da Infraestrutura, em atendimento ao art. 5º do Decreto nº 9.957, de 2019. Em 10 de março de 2022, foi celebrada Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), prorrogando o vencimento da dívida da Companhia junto ao Bradesco para 15 de dezembro de 2022. Em 14 de março de 2022, foi celebrada AGD, prorrogando o vencimento da dívida da Agrovia junto ao Banco Itaú para 15 de setembro de 2022. De 1º de janeiro de 2022 até a presente data, foram realizadas amortizações parciais das dívidas da Companhia e da CRO, nos montantes respectivos de R$ 30.701 e R$ 62.041.

Diretoria

Felipe Montoro Jens — **Adriano Lima Ferreira**

Contadora

Ana Claudia Cerqueira Santos – CRC nº 1BA 021.783/O-1 T SP

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
OTP S.A. (anteriormente denominada Odebrecht Transport S.A.) São Paulo-SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **OTP S.A. (anteriormente denominada Odebrecht Transport S.A.) ("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidadas da **OTP S.A. (anteriormente denominada Odebrecht Transport S.A.)** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que indica que a Companhia e suas controladas mantêm, em 31 de dezembro de 2021: *i)* passivo circulante superior ao ativo circulante nos montantes, individuais e consolidados, de R$ 811.162 mil e R$ 1.794.906 mil, respectivamente, principalmente em virtude de dívidas de curto prazo com instituições financeiras mantidas pela Companhia e pela controlada indireta Concessionária Rota do Oeste S.A. (CRO); *ii)* processos envolvendo a controlada indireta CRO relacionados a autos de infração lavrados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em discussão administrativa, e; *iii)* requerimento pela controlada indireta CRO e aprovado pelo poder concedente, ANTT – Agência Nacional de Transporte Terrestre, ainda sujeito às demais etapas determinadas pela Lei nº 13.448/2017. A não confirmação do sucesso dessas ações suscita a existência de incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, de seu respectivo plano de investimentos e de seus negócios. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 não contêm ajustes e/ou reclassificações por conta dessa incerteza. Nossa opinião não contém ressalvas relacionadas a esse assunto. **Ênfase: Reapresentação das demonstrações contábeis consolidadas de 31 de dezembro de 2020:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.4, o balanço patrimonial consolidado e a demonstração das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram alterados e estão sendo reapresentados de modo a incorporar a reclassificação contábil de ajustes de avaliação patrimonial de competência de exercícios anteriores a 2020 para a rubrica de prejuízos acumulados. Auditamos e concordamos com esse ajuste. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **OTP S.A. (anteriormente denominada Odebrecht Transport S.A.)** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu seu relatório em 08 de abril de 2021 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis e parágrafo de incerteza relevante relacionada à continuidade operacional da Companhia devido à existência de prejuízos líquidos recorrentes, geração de caixa negativa e passivos circulantes superiores aos ativos circulantes. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Cuiabá, 25 de março de 2022.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013.846/O-1 – S-MT

Eduardo Affonso de Vasconcelos
Contador CRC 1 SP 116.001/O-3 – S-MT

Paulo Mendes Pedroso
Contador CRC 1 SP 224011/O-9 – T-MT

Juros completam seis sessões de queda, alinhados a câmbio e petróleo

Os juros fecharam em baixa pela sexta sessão consecutiva, alinhados ao bom humor no exterior, onde os investidores operaram de olho no conflito entre a Rússia e a Ucrânia. As taxas acompanharam a dinâmica dos preços das commodities, do câmbio, mas no intraday diminuíram o ritmo no período da tarde, alinhadas ao fortalecimento do dólar e dos preços do petróleo.

A rodada de negociação entre Rússia e Ucrânia terminou sem acordo de cessar fogo para o conflito no leste europeu e os Estados Unidos mantiveram um discurso duro pela manutenção das sanções contra Moscou. Internamente, a perspectiva de fim do ciclo de aperto monetário em maio, sinalizada pelo Banco Central quase que diariamente desde a reunião do Copom, continua servindo de pano de fundo para devolução de prêmios, sobretudo até o trecho intermediário, mesmo com dados supostamente mais fortes de atividade, caso nesta terça do saldo do Caged.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2023 fechou a sessão regular em 12,69%, de 12,736% no ajuste anterior, e a do DI para janeiro de 2024 caiu de 12,026% para 12,005%. O DI para janeiro de 2025 terminou com taxa de 11,31%, de 11,41% no ajuste anterior, e a do DI para janeiro de 2027 passou de 11,265% para 11,21%.

Com a expressiva queima de prêmio na curva desde o começo da semana passada, a perda de fôlego vista à tarde é considerada natural pelos operadores, até porque petróleo e dólar ganharam um pouco de força. As taxas chegaram a cair 20 pontos-base pela manhã, mas terminaram com perda de no máximo 10 pontos. Os mercados operaram de olho no encontro nesta terça-feira entre Rússia e Ucrânia, com a informação de que a Moscou reduziria "fundamentalmente" as operações perto da capital da Ucrânia, Kiev, e de Chernigov, no norte do país.

A expectativa era por um avanço para um cessar fogo, mesmo os Estados Unidos tendo alertado que não viam sinais de melhora no diálogo. À tarde, a diretora de Comunicações da Casa Branca, Kate Bedingfield, afirmou que as tropas russas estão conduzindo "um reagrupamento e não uma retirada" na região.

Isto é Dinheiro

Moedas: dólar cai ante rivais e rublo russo dispara, em meio a negociações sobre guerra

O dólar se enfraqueceu ante rivais nesta terça-feira, 29, enquanto a maior busca por risco predominou nos mercados internacionais em meio às negociações entre Rússia e Ucrânia sobre a guerra. O rublo russo, por sua vez, disparou mais de 12% frente a divisa americana, neste cenário.

O índice DXY, que mede o dólar frente seis rivais, recuou 0,69%, a 98,404 pontos. No fim da tarde em Nova York, o dólar caía a 122,92 ienes, enquanto o euro subia a US$ 1,1086 e a libra, a US$ 1,3096.

Negociadores ucranianos e russos se encontraram em Istambul hoje, no entanto, as conversas não garantiram um cessar-fogo para o conflito. Ainda assim, a Rússia anunciou desescalada militar em Kiev. A movimentação de tropas foi confirmada pelo Pentágono, que pontuou terem sido poucas. Paralelamente, líderes do Ocidente se mostraram dispostos a ampliar sanções contra Moscou.

O debate sobre pagamentos de ativos de energia em rublos para Rússia teve continuidade. O Kremlin disse que empresas estrangeiras precisam pagar o gás russo na moeda do país, enquanto o presidente francês, Emmanuel Macron, afirmou não ser possível. Companhias do setor e outros líderes já fizeram afirmações semelhantes. Em meio ao que Moscou chama de "guerra econômica", o Ministério de Finanças informou que irá pagar os detentores de eurobônus que vencem no dia 4 de abril em rublos.

Isto é Dinheiro

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0A2B-1CA5-9009-3B5B.

Publicidade Legal

Allied Tecnologia S.A.

CNPJ/ME nº 20.247.322/0001-47 – NIRE 35.300.465.369
Código CVM nº 02533-0 – *Companhia Aberta*

Edital de Convocação

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 29 de abril de 2022

Allied Tecnologia S.A. ("Allied" ou "Companhia"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e dos artigos 3º e 5º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17/12/2009, conforme alterada ("ICVM 481/09)", convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ("Assembleia" ou "AGOE"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 29/04/2022, às 14h30, sob forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 4º, § 2º, inciso I e § 3º, e artigo 21-C, §§ 2º e 3º da ICVM 481/09, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **1. Em Assembleia Geral Ordinária:** 1.1. As demonstrações financeiras da Companhia contendo as notas explicativas, acompanhadas do relatório e parecer dos auditores independentes e do relatório anual e parecer do comitê de auditoria, relativos ao exercício social findo em 31/12/2021; 1.2. O relatório da administração e as contas dos administradores relativos ao exercício social findo em 31/12/2021; 1.3. A proposta da Administração para a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2021; 1.4. A fixação do número de assentos no Conselho de Administração da Companhia; 1.5. A eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; 1.6. A definição se os candidatos para o cargo de membros do Conselho de Administração são independentes; e 1.7. A fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2022. **2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** 2.1. Ratificar a alteração do jornal de grande circulação para as publicações legais da Companhia; 2.2. A alteração do caput do Artigo 5° do Estatuto Social da Companhia para atualizar o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia em razão dos aumentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, dentro do limite do capital autorizado; 2.3. A alteração do Parágrafo Segundo do Artigo 46 do Estatuto Social da Companhia; 2.4. A Consolidação do Estatuto Social da Companhia em razão da aprovação das deliberações anteriores; 2.5. A ratificação da nomeação e contratação, pela Companhia, da B4A Serviços Contábeis S/S, na qualidade de empresa especializada contratada para a elaboração do laudo de avaliação contábil do patrimônio líquido da Brused Comércio e Manutenção de Aparelhos Eletrônicos Ltda. ("Incorporada" e "Laudo de Avaliação Contábil", respectivamente); 2.6. A aprovação do Laudo de Avaliação Contábil; 2.7. O exame e apreciação do Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Incorporada pela Companhia; 2.8. A aprovação da incorporação da Incorporada pela Companhia, com a consequente extinção da Incorporada e a versão do seu acervo líquido para a Companhia; e 2.9. A autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima. As propostas de deliberação descritas nos itens 2.6 a 2.9 para assembleia geral extraordinária acima são negócios jurídicos totalmente interdependentes e vinculados, sendo que nenhuma será considerada aprovada, válida e eficaz individualmente a menos que as demais dessas deliberações da AGE também sejam aprovadas, válidas e eficazes. Dessa forma, as matérias constantes nos itens 2.6 a 2.9 da ordem do dia deste Edital de Convocação serão deliberadas como uma única matéria. **Informações Gerais: Documentos à disposição dos acionistas:** A Proposta da Administração ("Proposta") contemplando toda documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia da Assembleia, o boletim de voto a distância ("Boletim"), e todos os demais documentos previstos na ICVM 481/09 e outras informações relevantes para o exercício do direito de voto, foram disponibilizados nesta data e encontram-se à disposição dos acionistas no escritório administrativo da Companhia, localizado na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 23º andar, Brooklin Paulista, CEP 04578-911, bem como nos websites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br) e da Companhia (http://ri.alliedbrasil.com.br), em conformidade com as disposições da Lei das S.A. e da ICVM nº 481/09. **Participação dos acionistas na AGOE:** Conforme permitido pela Lei das S.A. e pela ICVM 481/09, a AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser: (a) via Boletim, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia e do Boletim, que podem ser acessados nos websites da Companhia (https://ri.alliedbrasil.com.br/), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br); e (b) via Plataforma Digital V-Casting ("Plataforma Digital"), pessoalmente ou por procurador devidamente constituído nos termos do artigo 21-C, §§ 2º e 3º da ICVM 481/09, caso em que o acionista poderá: (i) simplesmente participar da AGOE, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na AGOE, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim e que, caso queira, vote na AGOE, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas. **Documentos necessários para acesso à Plataforma Digital:** Os acionistas que desejem participar da Assembleia deverão enviar para o e-mail ri@alliedbrasil.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, com, no mínimo, 2 dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia **27/04/2022**, os seguintes documentos: (i) comprovante expedido pela instituição financeira, depositária das ações escriturais de sua titularidade, demonstrando a titularidade das ações em até 8 dias antes da data da realização da Assembleia; (ii) quando pessoa física: documento de identidade com foto do acionista ou, quando representado por procurador, documento de identidade de seu representante legal e cópia do documento que comprove os poderes do signatário; (iii) quando pessoa jurídica: cópia autenticada do último estatuto ou contrato social, ata de eleição de Conselho de Administração (se houver) e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia e/ou procuração, bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e (iv) quando fundo de investimento: cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). Não será admitido o acesso à Plataforma Digital de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto, nos termos do artigo 5º, § 3º da ICVM 481/09. A Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta Assembleia, a Companhia dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para o escritório da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. Excepcionalmente para fins desta AGOE, a Companhia admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico, através da plataforma de assinatura digital certificada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória 2.200-2 de 24/08/2001. Os boletins de voto a distância poderão ser enviados pelos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, conforme disposto no item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia e no Boletim. Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na AGOE, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital e para envio do Boletim, constam do Manual de Participação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que pode ser acessado nos websites da Companhia (http://ri.alliedbrasil.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br). **Voto Múltiplo:** Considerando o item 1.6 da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária indicada acima, para os efeitos do artigo 141 da Lei das S.A. e da Instrução CVM 165, de 11/12/1991, conforme alterada, bem como o artigo 4º, inciso I da ICVM 481/09, o percentual mínimo do capital votante para solicitação de adoção do processo de voto múltiplo na eleição de membros para compor o Conselho de Administração é de 5%. Jundiaí/SP, 30/03/2022.

Patrice Philippe Nogueira Baptista Etlin
Presidente do Conselho de Administração

(30, 31/03 e 01/04/2022)

Benner Sistemas S.A.

CNPJ/ME nº 02.288.055/0004-17

Assembléia Geral Extraordinária – Convocação

Convidamos os Senhores Acionistas desta Sociedade para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia **08** de **abril** de **2022**, às 16h00min, na sede social da empresa na Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 1681, 4º andar, sala 41-B, na cidade de São Paulo-SP, ou poderão participar via vídeoconferência, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** Reeleição do conselho de administração e **(ii)** Demais assuntos. São Paulo/SP, 29 de março de 2022. **A Diretoria**.

(29, 30 e 31/03/2022)

Faça um orçamento conosco:
comercial@datamercantil.com.br

Leitesol Indústria e Comércio S/A

CNPJ/MF nº 65.979.973/0001-60 – NIRE nº 35.300.131.321

Ata da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 08 de março de 2022

1) Data e Horário: 08 de março de 2022 às 11:00hs. **2) Local:** Sede Social, na cidade de Bragança Paulista, Estado de São Paulo, na Rodovia Alkindar Monteiro Junqueira, s/n.º – Km. 52,5 – Sala A. **3) Convocação:** dispensada a comprovação da convocação prévia pela imprensa, de acordo com o que faculta o § 4º do Artigo 124 e o Artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, bem como o Parágrafo Único do Artigo 12 do Estatuto Social. **4) Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme se verifica pelas assinaturas no livro de presença de acionistas. **5) Mesa:** Sr. Sebastian Luís Maraggi – Presidente e Sr. Alexandre Lima da Silva – Secretário. **6) Ordem do Dia: a)** Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Resultado do Exercício, Resultado Abrangente e Fluxos de Caixa, relativos ao exercício encerrado em 31.12.2021; **b)** Aprovar o parecer dos auditores independentes relativo ao balanço de 31.12.2021; **c)** Definir a destinação do saldo da conta de "Reserva de Lucros a Realizar" no balanço de 31.12.2021; **d)** Ratificar todos os atos da Diretoria da gestão 2021-2022; **e)** Eleger os Membros da Diretoria para o próximo exercício. **7) Deliberações Tomadas por Unanimidade:** Os acionistas aprovaram: **a)** O Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, devidamente publicado no Jornal Data Mercantil no dia 03 de março de 2022, versões impressa e digital; **b)** O Parecer dos Auditores Independentes "Deloitte Touche Tohmatsu – Auditores Independentes"; **c)** A distribuição de 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido remanescente, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, aos Acionistas, que corresponde ao valor de R$ 4.422.602 (Quatro milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, seiscentos e dois reais) a título de dividendos obrigatórios; **d)** A distribuição de R$ 2.113.215 (dois milhões, cento e treze mil, duzentos e quinze reais) a título de dividendos adicionais, do saldo remanescente dos dividendos distribuídos nas assembleias anteriores; **e)** Os dividendos distribuídos nos itens c) e d) acima serão pagos total ou parcialmente até 31 de dezembro de 2022, se houver disponibilidade financeira e desde que não comprometa o capital de giro necessário ao cumprimento das demais obrigações da sociedade. **f)** O saldo dos dividendos na presente data, após a distribuição dos itens c) e d) acima, totaliza R$ 14.440.221 (Quatorze milhões, quatrocentos e quarenta mil, duzentos e vinte e um reais), sendo R$ 7.391.983 (sete milhões, trezentos e noventa e um mil, novecentos e oitenta e três reais) à título de dividendos e R$ 7.048.238 (Sete milhões, quarenta e oito mil e duzentos e trinta e oito reais) à título de Juros sobre Capital Próprio (JCP), ambos já deliberados nas assembleias anteriores. **g)** A destinação do saldo remanescente do Lucro Líquido à conta de "Reserva de Retenção Lucros", na forma do artigo 197 da Lei 6.404/76, para distribuição futura na forma de dividendos ou reinvestimento na companhia, nos termos do estatuto social. **h)** E ratificaram todos os atos da Diretoria anterior, ou seja, aquela que foi eleita para a gestão 2021/2022; **(i) Eleição dos Membros da Diretoria:** os acionistas reelegem para o próximo exercício os seguintes diretores para o mandato de 01 (hum) ano: **para o cargo de Diretor Presidente – Sr. Sebastian Luís Maraggi**, argentino, casado, administrador de empresas, domiciliado na cidade de Barueri, na Alameda Madeira, 222 – 10º andar, Cédula de Identidade para Estrangeiro RNE nº V175734-3 e inscrito no CPF/MF sob o nº 213.509.268-17 e para o **cargo de Diretor Administrativo – Sr. Alexandre Lima da Silva**, brasileiro, casado, domiciliado na Cidade de Barueri, na Alameda Madeira, nº 222 – 10º andar, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.252.822-9 e inscrito no CPF/ME sob o nº 180.433.658-06, , que declaram, na forma da lei, que não estão condenados pela prática de qualquer crime, definitiva ou temporariamente, que os impeçam de assumir ou exercer a Diretoria da Companhia, assinando o competente Termo de Posse que segue como Anexo II da presente Ata. Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade dos votos. **8) Suspensão dos Trabalhos e Lavratura da Ata**: Nada mais havendo a tratar e como ninguém desejou fazer uso da palavra, declarou o Sr. Presidente encerrada a Assembleia, da qual lavrou-se a presente Ata que, lida e achada conforme, vai, afinal, assinada e registrada. Bragança Paulista-SP, 08 de março de 2022. **Secretário: Alexandre Lima da Silva; Presidente: Sebastian Luis Maraggi. Mastellone Hermanos Sociedad Anónima** P.p. Benedicto Celso Benício Jr.; **Mastellone San Luis Sociedad Anónima** P.p. Benedicto Celso Benício Jr. **Benedicto Celso Benício Jr.,** OAB.SP nº 131.896. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 157.345/22-1 em 24/03/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

KPR Investimentos S/A

CNPJ/ME nº 23.361.939/0001-87 – NIRE 35.300.529.740

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2021

Data, Horário e Local: Aos 23 dias do mês de dezembro do ano de 2021, às 12 horas, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 263, 5.º andar, conjunto 51, Vila Olímpia, CEP: 04551-060. **Presença, Convocação e Quórum:** Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença de acionistas da sociedade representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Sr. Paulo Aristakessian; Secretário: Sr. Raul Aristakessian. **Ordem do Dia:** Em **Assembleia Ordinária**, deliberar sobre: **(i)** Reeleição dos membros da diretoria, Sr. Paulo Aristakessian e Sr. Raul Aristakessian, para um novo mandato de 03 (três) anos a contar desta data, conforme previsão legal já prevista em seu estatuto social. Em **Assembleia Extraordinária**, deliberar sobre: **(ii)** Aumento no valor do capital da Companhia mediante a emissão de novas ações ordinárias e preferenciais, com a consequente alteração no *caput* do artigo 5º do Estatuto Social. **Deliberações:** Passando à ordem do dia foram aprovadas, por unanimidade de votos, as seguintes deliberações: Dando início à ordem do dia, em **Assembleia Ordinária**, com relação ao item "**(i)**", os acionistas decidiram reeleger os membros da diretoria da Companhia, Sr. Paulo Aristakessian, brasileiro, solteiro, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 28.762.614-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 276.041.278-43, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Jacutinga, nº 121, Apto. 161, Indianópolis, CEP 04515-030; e Sr. Raul Aristakessian, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 35.335.931-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 318.857.338-36, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Jacutinga, nº 121, Apto. 161, Indianópolis, CEP 04515-030; para um novo mandato de 03 (três) anos a contar desta data, sendo permitida a reeleição, conforme previsão legal já prevista em seu estatuto social, sendo ratificados todos e quaisquer atos praticados pelos diretores ora reeleitos até a presente data, em nome da Companhia. Os membros da diretoria ora reeleitos tomam posse mediante os respectivos termos de posse e declarações de desimpedimento, lavrados em livro próprio que se encontra arquivado na sede da Companhia. Os diretores ora reeleitos declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, contra a fé pública ou a propriedade. Em **Assembleia Extraordinária**, no tocante ao item "**(ii)**" da ordem do dia, também por unanimidade de votos, foi aprovado o aumento no valor do capital social da Companhia no montante de R$ 297.075,63 (duzentos e noventa e sete mil, setenta e cinco reais e sessenta e três centavos), passando o mesmo de R$ 3.245.046,00 (três milhões, duzentos e quarenta e cinco mil e quarenta e seis reais) para R$ 3.542.121,63 (três milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, cento e vinte e um reais e sessenta e três centavos), mediante a emissão de 4.699.140 (quatro milhões, seiscentas e noventa e nove mil, cento e quarenta) novas ações ordinárias, nominativas ao preço de emissão de R$ 0,063219 por ação; e a emissão de 2 (duas) novas ações preferenciais, nominativas ao preço de emissão de R$ 0,063219 por ação, determinado com base no Patrimônio Líquido de 30/09/2021, nos termos do artigo 170, § 1º, inciso II, da Lei nº 6.404/76. Todas as 4.699.140 (quatro milhões, seiscentas e noventa e nove mil, cento e quarenta) novas ações ordinárias nominativas e as 2 (duas) novas ações preferenciais nominativas foram subscritas e, serão integralizadas, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, pelos acionistas indicados no boletim de subscrição que, autenticado pela mesa, passa a fazer parte integrante desta ata como **Anexo I**, com a anuência do acionista AK 16 Empreendimentos e Participações Ltda., que neste ato renuncia ao seu direito de preferência; e com a anuência do acionista Rafael Hossni Ribeiro de Mendonça, que também neste ato renuncia ao seu direito de preferência. Ainda, foi consignada a integralização das 4.699.140 (quatro milhões, seiscentas e noventa e nove mil, cento e quarenta) novas ações ordinárias, nominativas; e a integralização das 2 (duas) novas ações preferenciais, nominativas, todas emitidas nos termos do aumento de capital, no valor de R$ 297.075,63 (duzentos e noventa e sete mil, setenta e cinco reais e sessenta e três centavos), em moeda corrente nacional, dentro do prazo de 30 (trinta) dias. Por fim, em vista da subscrição e integralização a prazo da totalidade das novas ações emitidas, foi homologado o aumento de capital da Companhia ora deliberado, passando o *caput* do artigo 5º do Estatuto Social, a vigorar com a seguinte redação: ***Artigo 5º*** *O capital social é de R$ 3.542.121,63 (três milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, cento e vinte e um reais e sessenta e três centavos), totalmente subscrito e parcialmente integralizado, em moeda corrente nacional, representado por 6.841.415 (seis milhões, oitocentas e quarenta e uma mil e quatrocentas e quinze) ações ordinárias nominativas e 1.102.773 (um milhão, cento e duas mil, setecentas e setenta e três) ações preferenciais nominativas.* **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o presidente da mesa fez constar que todas as decisões haviam sido unânimes e, suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, foi a presente ata lida, achada conforme e aprovada por todos os presentes que em seguida a assinam. A presente ata foi extraída do livro próprio. São Paulo, 23 de dezembro de 2021 Assinaturas: **Paulo Aristakessian** – *Presidente;* **Raul Aristakessian** – *Secretário. Acionistas:* **Paulo Aristakessian; Raul Aristakessian; AK 16 Empreendimentos e Participações Ltda.; Rafael Hossni Ribeiro de Mendonça; Thiago de Almeida Serra.** *Diretores da sociedade eleitos:* **Paulo Aristakessian; Raul Aristakessian.** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 110.185/22-5 em 23/02/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R$ 4,7480 / R$ 4,7486 **
Câmbio livre mercado - R$ 4,7550 / R$ 4,7570 *
Turismo - R$ 4,7630 / R$ 4,9270

(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado
no dia: -0,35%

OURO BM&F
R$ 291,500

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: 1,07%
Pontos: 120.014
Volume financeiro: R$ 32,721 bilhões
Maiores altas: Via ON (8,63%), Americanas ON (8,42%), Magazine Luiza ON (8,19%)
Maiores baixas: Cyrela Realt ON (-2,91%), Bradespar PN (-2,14%), Gerdau PN (-2,02%)

S&P 500 (Nova York): 1,23%
Dow Jones (Nova York): 0,97%
Nasdaq (Nova York): 1,84%
CAC 40 (Paris): 3,08%
Dax 30 (Frankfurt): 2,80%
Financial 100 (Londres): 0,86%
Nikkei 225 (Tóquio): 1,10%
Hang Seng (Hong Kong): 1,12%
Shanghai Composite (Xangai): -0,33%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -0,35%
Merval (Buenos Aires): -1,85%
IPC (México): 0,77%

Data Mercantil - A melhor opção para sua empresa

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0A2B-1CA5-9009-3B5B.

Allied Tecnologia S.A.

CNPJ/MF nº 20.247.322/0001-47

Relatório da Administração

É com muita satisfação que apresentamos o nosso relatório de resultados do quarto trimestre de 2021, um ano marcante na história da Allied com a finalização do nosso processo de abertura de capital (IPO) no mês de abril. Estamos muito orgulhosos em reportar resultados acima das expectativas no ano de 2021, resultado do engajamento dos nossos 1,9 mil colaboradores. Crescemos acima do mercado nas categorias de smartphones, tablets e videogames, mesmo em um ano desafiador e seguimos na nossa estratégia de crescimento e rentabilidade, com fortalecimento do canal digital, diversificação do portfólio e avanços nas iniciativas de omnicanalidade.

Distribuição

O nosso canal de vendas distribuição, em que atendemos anualmente 3,5 mil clientes, atingiu a receita líquida de R$ 4,3 bilhões no ano, o que representa um crescimento expressivo de 21,9% em relação a 2020 através da venda de 8,5 milhões de produtos. No período, a margem bruta neste canal foi de 10,8%, em linha com o ano anterior. No quarto trimestre, a receita líquida foi de R$ 1,2 bilhão, com margem bruta de 10,1%.

Estrategicamente, temos seguido no plano de diversificação de portfólio, com aumento da participação de categorias como linha branca e videogames no mix de receitas do canal. No entanto, é importante ressaltar que a categoria mobile continua expressiva no mix de receitas, e esperamos que se manterá assim, já que constitui o nosso maior mercado de atuação, estimado em R$ 56 bilhões em 2021 pelo GfK.

Varejo

O canal de Varejo da Allied inclui 248 pontos de venda físicos, 38 lojas online e serviços digitais cada vez mais interconectados através da omnicanalidade. Esse canal teve R$ 1,5 bilhões de receita líquida em 2021, o que representou um crescimento de 27,7% em relação a 2020. A margem bruta foi de 28,6% no ano, 1,5p.p. inferior ao apresentado em 2020. No 4º trimestre, a receita líquida do canal varejo somou R$ 533,5 milhões com margem bruta de 28,9%.

O destaque positivo no ano foi o varejo digital, que representou 63% da receita líquida e teve um crescimento de 32,8% em relação ao ano anterior. Já no varejo físico, a receita líquida aumentou 19,9% em relação a 2020. Ainda assim, optamos estrategicamente por fechar algumas operações no 4T21, relacionadas, principalmente, a quiosques que não tiveram o resultado de vendas esperado. Essa iniciativa está alinhada com o nosso direcionamento de enfatizar as operações mais rentáveis visando os níveis de venda pré-COVID-19.

Rentabilidade

Encerramos o ano de 2021 com uma margem bruta consolidada de 15,3%, versus 15,6% em 2020. Como resultado, o EBITDA e o Lucro Líquido Ajustados do ano foram de R$ 444,5 milhões e R$ 255,4 milhões, respectivamente, o que representa margens de 7,6% e 4,4% da receita líquida. Apesar do resultado desafiador que enfrentamos no 4º trimestre de 2021, o EBITDA e o Lucro Líquido Ajustados foram de R$ 129,2 milhões e R$ 72,3 milhões, respectivamente.

Estrutura de Capital

Encerramos o ano com R$ 734,0 milhões em caixa e uma dívida bruta de R$ 358,4 milhões, o que representa um caixa líquido de R$ 375,6 milhões ou 0,8x o EBITDA ajustado anual. No ano de 2021, a geração de caixa foi de R$ 351,7 milhões, impactada pela geração de caixa operacional, como consequência do lucro maior, das operações de antecipação de recebimentos e das prorrogações de pagamentos a fornecedores no final do ano. Em 2021, a Companhia declarou R$ 113,9 milhões em proventos para os seus acionistas, o que representou um dividend yield de 7,6% considerando a cotação de fechamento no dia 31 de dezembro de 2021.

Em suma, começamos 2022 satisfeitos com o resultado entregue em 2021, mas diligentes com o cenário desafiador que se coloca a nossa frente nos âmbitos setorial, macroeconômico e político. Continuamos resilientes na implementação da estratégia que foi traçada para gerar valor aos nossos acionistas.

A Allied anuncia seus resultados referentes ao quarto trimestre de 2021. Os resultados aqui apresentados devem ser lidos acompanhados das Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas, publicadas nesta data no website de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.alliedbrasil.com.br/)

A Administração

Balanços Patrimoniais 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Notas**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**642.170**	366.512	**733.966**	382.314
Contas a receber	5	**1.370.304**	1.399.404	**1.412.059**	1.401.512
Estoques	6	**711.770**	615.258	**852.762**	615.258
Tributos a recuperar	7	**199.292**	239.590	**199.587**	239.590
Partes relacionadas	14	**54.685**	4.218	**422**	3.212
Outros ativos	–	**139.672**	82.469	**141.792**	82.470
Total do ativo circulante		**3.117.893**	2.707.451	**3.340.588**	2.724.356
Não circulante					
Contas a receber	5	**23.999**	40.279	**23.999**	40.279
Estoques	6	**34.065**	26.707	**34.065**	26.707
Tributos a recuperar	7	**143.018**	–	**143.018**	–
Investimentos	9	**7.217**	3.310	**–**	–
Depósitos judiciais	15	**62.323**	–	**62.323**	–
Direito de uso	10	**133.597**	117.645	**133.597**	117.645
Imobilizado	–	**33.301**	33.828	**33.627**	33.828
Intangível	11	**735.071**	747.637	**740.916**	754.129
Outros ativos		**16.828**	19.040	**16.829**	19.040
Total do ativo não circulante		**1.189.419**	988.446	**1.188.374**	991.628
Total do ativo		**4.307.312**	3.695.897	**4.528.962**	3.715.984

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Notas**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Circulante					
Fornecedores	12	**1.880.998**	1.760.829	**2.064.182**	1.760.829
Obrigações contratuais com clientes	5.1	**60.608**	22.553	**60.608**	22.553
Arrendamento mercantil	10	**24.947**	17.294	**24.947**	17.294
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	**115.819**	79.018	**165.234**	98.935
Obrigações trabalhistas	–	**34.059**	34.654	**34.120**	34.654
Obrigações tributárias	–	**20.663**	21.642	**21.304**	21.779
Adiantamento de clientes	–	**48.497**	26.479	**48.501**	26.479
Dividendos a pagar	17.c	**68**	6.705	**68**	6.705
Partes relacionadas	14	**–**	21.047	**–**	21.047
Outros passivos	16	**11.029**	11.504	**11.029**	11.537
Total do passivo circulante		**2.196.688**	2.001.725	**2.429.993**	2.021.812
Não circulante					
Provisão para perda com investimento	9	**11.655**	–	–	–
Obrigações contratuais com clientes	5.1	**58.860**	47.288	**58.860**	47.288
Arrendamento mercantil	10	**120.054**	108.481	**120.054**	108.481
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	**230.607**	344.431	**230.607**	344.431
Provisão para demandas judiciais	15	**98.067**	3.043	**98.067**	3.043
Obrigações tributárias	–	**1.606**	2.008	**1.606**	2.008
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.a	**71.474**	48.092	**71.474**	48.092
Outros passivos	16	**6.584**	10.242	**6.584**	10.242
Total do passivo não circulante		**598.907**	563.585	**587.252**	563.585
Patrimônio líquido					
Capital social	17.a	**1.021.575**	786.418	**1.021.575**	786.418
Reserva de capital		**6.483**	11.525	**6.483**	11.525
Gastos com emissão de ações		**(30.054)**	–	**(30.054)**	–
Reservas de lucros	17.b	**513.652**	332.644	**513.652**	332.644
Ajuste de avaliação patrimonial		**61**	–	**61**	–
Total do patrimônio líquido		**1.511.717**	1.130.587	**1.511.717**	1.130.587
Total do passivo e patrimônio líquido		**4.307.312**	3.695.897	**4.528.962**	3.715.984

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Receita líquida de vendas	19	**5.611.303**	4.720.011	**5.738.533**	4.722.413
Custo dos produtos vendidos	20	**(4.814.877)**	(3.981.741)	**(4.930.710)**	(3.984.134)
Lucro bruto		**796.426**	738.270	**807.823**	738.279
Receitas/(despesas) operacionais					
Com vendas	21	**(365.161)**	(342.543)	**(380.320)**	(341.931)
Gerais e administrativas	22	**(137.007)**	(132.986)	**(143.369)**	(132.999)
Equivalência patrimonial	9	**(13.448)**	(423)	**–**	–
Outras despesas e receitas operacionais, líquidas	23	**126.026**	8.041	**123.376**	7.036
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**406.836**	270.359	**407.510**	270.385
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	24	**(122.560)**	(89.614)	**(123.375)**	(89.640)
Receitas financeiras	24	**27.337**	11.515	**27.724**	11.515
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**311.613**	192.260	**311.859**	192.260
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente		**–**	(1.092)	**(246)**	(1.092)
Diferido	8.b	**(23.382)**	(23.523)	**(23.382)**	(23.523)
Lucro líquido do exercício		**288.231**	167.645	**288.231**	167.645
Lucro por ação					
Básico (reais por ação)	27	**3,0919**	1,7984	**3,0919**	1,7984
Diluído (reais por ação)	27	**2,9170**	1,6966	**2,9170**	1,6966

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Lucro líquido do exercício	**288.231**	167.645	**288.231**	167.645
Conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior	**61**	–	**61**	–
Resultado abrangente do exercício	**288.292**	167.645	**288.292**	167.645

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Receitas, líquidas das devoluções, descontos e abatimentos	19	**6.900.505**	5.752.001	**7.028.784**	5.754.462
Outras receitas	23	**126.027**	8.041	**123.377**	7.036
Receitas		**7.026.532**	5.760.042	**7.152.161**	5.761.498
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	20	**(4.795.183)**	(3.967.622)	**(4.911.016)**	(3.970.015)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	21/22	**(250.011)**	(257.526)	**(269.577)**	(256.927)
Insumos adquiridos de terceiros		**(5.045.194)**	(4.225.148)	**(5.180.593)**	(4.226.942)
Valor adicionado bruto		**1.981.338**	1.534.894	**1.971.568**	1.534.556
Depreciação, amortização e exaustão	20/21/22	**(68.491)**	(58.393)	**(69.871)**	(58.393)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		**1.912.847**	1.476.501	**1.901.697**	1.476.163
Resultado de equivalência patrimonial	9	**(13.448)**	(423)	**–**	–
Receitas financeiras	24	**27.337**	11.515	**27.724**	11.515
Valor adicionado recebido em transferências		**13.889**	11.092	**27.724**	11.515
Valor adicionado total a distribuir		**1.926.736**	1.487.593	**1.929.421**	1.487.678
Remuneração direta e tributos sobre a folha de pagamento	20/21/22	**(201.324)**	(176.362)	**(201.716)**	(176.362)
Pessoal		**(201.324)**	(176.362)	**(201.716)**	(176.362)
Federais (diretos e indiretos)	19	**(624.795)**	(506.208)	**(625.867)**	(506.227)
Estaduais		**(660.560)**	(520.950)	**(660.611)**	(520.990)
Municipais		**(3.846)**	(5.924)	**(4.020)**	(5.924)
Outros		**(23.382)**	(23.523)	**(23.382)**	(23.523)
Tributos, taxas e contribuições		**(1.312.583)**	(1.056.605)	**(1.313.880)**	(1.056.664)
Despesas financeiras	24	**(122.560)**	(89.614)	**(123.376)**	(89.640)
Aluguéis	21/22	**(2.038)**	2.633	**(2.218)**	2.633
Remuneração de capitais de terceiros		**(124.598)**	(86.981)	**(125.594)**	(87.007)
Valor adicionado distribuído		**288.231**	167.645	**288.231**	167.645
Remuneração de capitais de próprios		**288.231**	167.645	**288.231**	167.645
Dividendos		**61.799**	6.705	**61.799**	6.705
Lucros retidos		**226.432**	160.940	**226.432**	160.940

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**31/12/2021**	**31/12/2020 (reapresentado)**	**31/12/2021**	**31/12/2020 (reapresentado)**
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**311.613**	192.260	**311.859**	192.260
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de Caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização		**68.491**	58.392	**69.871**	58.392
Obrigações contratuais com clientes		**49.627**	47.841	**49.627**	47.841
Provisão (reversão) para devedores duvidosos	5	**200**	47.578	**7.784**	47.578
Provisão (reversão) para perdas dos estoques	6	**3.187**	5.320	**3.187**	5.325
Provisão (reversão) para demandas judiciais		**95.024**	(1.231)	**95.024**	(1.231)
Encargos financeiros (outras contas a pagar)		**665**	892	**665**	892
Encargos financeiros (empréstimos e financiamentos)		**22.710**	19.727	**25.241**	19.727
Encargos financeiros (arrendamento mercantil)	10	**13.634**	12.672	**13.634**	12.672
Resultado de equivalência patrimonial	9	**13.448**	423	**–**	–
Resultado pela baixa de ativos		**2.039**	735	**2.052**	735
Custos incorridos na transação com debêntures		**2.057**	2.056	**2.057**	2.056
Plano de opção de compra de ação		**(4.857)**	–	**(4.857)**	–
Reversão de indenização contratual		**(1.840)**	(13.218)	**(1.840)**	(13.218)
Ajuste de avaliação patrimonial		**–**	–	**61**	–
(Acréscimo) e decréscimo de ativos:					
Contas a receber		**45.180**	(204.480)	**(1.892)**	(211.080)
Estoques		**(107.057)**	(227.854)	**(247.965)**	(225.448)
Tributos a recuperar		**(100.492)**	4.442	**(100.786)**	4.673
Partes relacionadas		**(50.466)**	(1.621)	**2.426**	(1.621)
Outros ativos		**(132.132)**	(30.452)	**(134.247)**	(28.695)
Acréscimo e (decréscimo) de passivos:					
Fornecedores		**(175.816)**	183.294	**7.262**	183.632
Obrigações trabalhistas		**(595)**	2.238	**(558)**	2.238
Obrigações tributárias		**10.366**	(385)	**10.454**	(367)
Adiantamento de clientes		**22.018**	1.120	**21.996**	169
Outros passivos		**4.521**	(937)	**4.518**	101
Caixa líquido oriundos das atividades operacionais antes dos impostos pagos		**91.525**	98.812	**135.573**	96.631
Imposto de renda e contribuição social pagos		**(11.353)**	(32)	**(11.354)**	(32)
Caixa líquido oriundo das atividades operacionais		**80.172**	98.780	**124.219**	96.599
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível		**(37.632)**	(55.765)	**(38.661)**	(57.446)
Recebimento pela venda de bens do ativo imobilizado e intangível		**2.186**	4.728	**2.186**	423
Aquisição de títulos e valores mobiliários		**–**	2.000	**–**	2.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		**(5.878)**	–	**–**	–
Aquisição de controladas		**–**	(4.306)	**–**	–
Caixa líquido aquisição de/oriundo da aquisição e incorporação de controladas		**–**	2.753	**161**	–
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos		**(41.324)**	(50.590)	**(36.314)**	(55.023)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Ingressos de empréstimos e financiamentos	13	**–**	9.842	**35.706**	32.463
Ingressos com fornecedores conveniados	12	**295.985**	230.164	**295.985**	230.164
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	13	**(79.489)**	(90.353)	**(88.228)**	(93.492)
Custos incorridos na transação com debêntures		**–**	(322)	**–**	(322)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	13	**(22.301)**	(19.748)	**(22.301)**	(19.748)
Pagamento de partes relacionadas		**(21.202)**	(25.578)	**(21.202)**	(25.578)
Pagamento do principal de parcelamento de impostos		**(394)**	(734)	**(424)**	(734)
Pagamento arrendamento mercantil	10	**(34.341)**	(27.716)	**(34.341)**	(27.716)
Pagamento de outras contas a pagar ex-sócios		**(7.478)**	(32.610)	**(7.478)**	(32.610)
Caixa líquido oriundo das atividades de financiamento		**130.780**	42.945	**157.717**	62.427
Fluxo de caixa das atividades de financiamento com os acionistas					
Aumento de capital		**235.157**	–	**235.157**	–
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	17	**(113.861)**	(937)	**(113.861)**	(937)
Gasto com emissão de ações		**(15.236)**	(13.020)	**(15.236)**	(13.020)
Outros		**(30)**	–	**(30)**	–
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades de financiamento com acionistas		**106.030**	(13.957)	**106.030**	(13.957)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		**275.658**	77.178	**351.652**	90.046
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**366.512**	289.334	**382.314**	292.268
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**642.170**	366.512	**733.966**	382.314
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		**275.658**	77.178	**351.652**	90.046

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua …

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0A2B-1CA5-9009-3B5B.

... continuação

Allied Tecnologia S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Notas	Capital social	Gastos com emissões de ações	Reserva de capital	Reservas de lucros – Legal	Reservas de lucros – Incentivos fiscais	Reservas de lucros – Lucros retidos a distribuir	Lucro líquido do exercício	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2019		772.741	–	25.678	13.063	133.332	25.309	–	–	970.123
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	167.645	–	167.645
Aumento de capital – RCA 08/09/2020	17.a	13.677	–	–	–	–	–	–	–	13.677
Recompra de opções de compra de ações – RCA 19/10/2020	17.a	–	–	(13.677)	–	–	–	–	–	(13.677)
Juros com notas promissórias		–	–	(1.279)	–	–	–	–	–	(1.279)
Constituição da reserva legal		–	–	–	8.382	–	–	(8.382)	–	–
Constituição de reserva de incentivos fiscais	17.b	–	–	–	–	132.443	–	(132.443)	–	–
Dividendos estatutários	17.c	–	–	–	–	–		(6.705)	–	(6.705)
Dividendos adicionais propostos							10.986	(10.986)		–
Lucros retidos no exercício	17.b	–	–	–	–	–	9.129	(9.129)	–	–
Outros				803						803
Em 31 de dezembro de 2020		786.418	–	11.525	21.445	265.775	45.424	–	–	1.130.587
		786.418	**–**	**11.525**	**21.445**	**265.775**	**45.424**	**–**	**–**	**1.130.587**
Lucro líquido do exercício		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**288.231**	**–**	**288.231**
Dividendos adicionais propostos RCA 11/02/2021	17.c	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(36.295)**	**–**	**–**	**(36.295)**
Dividendos intercalares RCA 10/09/2021	17.c	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(2.661)**	**–**	**(2.661)**
Dividendos intermediários RCA 10/09/2021	17.c	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(9.129)**	**–**	**–**	**(9.129)**
Juros sobre capital próprio RCA 10/09/2021	17.c	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(31.423)**	**–**	**(31.423)**
Juros sobre capital próprio RCA 13/12/2021	17.c	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(27.715)**	**–**	**(27.715)**
Aumento de capital RCA 22/02/2021	17.a	**8.863**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**8.863**
Aumento de capital RCA 8/04/2021	17.a	**180.000**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**180.000**
Aumento de capital RCA 14/04/2021	17.a	**746**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**746**
Aumento de capital RCA 11/05/2021	17.a	**8.795**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**8.795**
Aumento de capital RCA 29/06/2021	17.a	**13.279**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**13.279**
Aumento de capital RCA 01/09/2021	17.a	**23.283**	**–**		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**23.283**
Aumento de capital RCA 01/12/2021	17.a	**191**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**191**
Dividendos adicionais propostos		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**53.228**	**(53.228)**	**–**	**–**
Gastos com emissões de ações		**–**	**(30.054)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(30.054)**
Constituição da reserva legal		**–**	**–**	**–**	**14.412**	**–**	**–**	**(14.412)**		**–**
Juros com notas promissórias		**–**	**–**	**(155)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(155)**
Constituição de reserva de incentivos fiscais	17.b	**–**	**–**	**–**	**–**	**158.792**		**(158.792)**		**–**
Plano de opções de ações		**–**	**–**	**(4.887)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(4.887)**
Outros resultados abrangentes		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**61**	**61**
Em 31 de dezembro de 2021		**1.021.575**	**(30.054)**	**6.483**	**35.857**	**424.567**	**53.228**	**–**	**61**	**1.511.717**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A Allied Tecnologia S.A. ("Companhia"), com sede em Jundiaí, estado de São Paulo, com negócios em diversas filiais pelo Brasil, é uma sociedade anônima de capital aberto, listada no Novo Mercado da B3 S.A. ("B3"), sob o código ALLD3, desde abril de 2021. A Companhia tem como acionistas controladores os FIPs Brasil Investimentos 2015 I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Brasil Investimentos 2015 II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (conforme composição acionária na nota explicativa nº 17), tendo como cotistas empresas de investimento geridas pela Advent International Corporation ("Advent"). Fundada em 2001, a Companhia tem em suas atividades atuais, exercidas por si ou por suas controladas, o comércio atacadista e varejista em geral de aparelhos de telefonia, informática, eletroeletrônicos, seus acessórios e periféricos, assim como a prestação de serviços de logística de distribuição, desenvolvimento de programas e seu licenciamento, tratamento de imagens, serviços financeiros e serviços relacionados à habilitação de plano de dados, voz e recarga aos usuários na área de telecomunicação. Em agosto de 2019, a Companhia constituiu sociedade empresária limitada que atua sob a denominação social de Soudi Pagamentos Ltda. ("Soudi"). A controlada tem como principal objetivo a prestação de serviços de pagamento, aporte, transferência e/ou saque de recursos, gerenciamento de contas de pagamento, emissão de instrumentos de pagamento, entre outros. Em 1º de janeiro de 2020, ocorreu a incorporação da Wooza Tecnologia e Representações S.A. pela Companhia, controlada que tinha como principal objetivo a prestação de serviços de habilitação de planos de dados, voz e recarga e desenvolvimento de sistemas tecnológicos, tendo sua consequente extinção, com a incorporação total do acervo patrimonial. Todas as quotas de emissão da Wooza Tecnologia e Representações S.A. foram canceladas, sendo que a versão do patrimônio líquido da Wooza para a Companhia não resultou aumento do capital social. Em 1 de novembro de 2020, ocorreu a incorporação da Mobcom Tecnologia Ltda. ("Mobcom"), controlada que tinha como principal objetivo o comércio varejista de eletrônicos (e-commerce), tendo sua consequente extinção e incorporação total do acervo patrimonial, eliminado com o investimento existente, não resultando em aumento do capital social. Em 25 de novembro de 2020, a Companhia teve o registro concedido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme instrução normativa 480/2009, ficando admitida à negociação futura de suas ações em mercados regulamentados de valores mobiliários. Em 8 de abril de 2021, o Conselho de Administração aprovou a Oferta pública restrita de ações ordinárias da Companhia, conduzido por instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. Em 3 de abril de 2021, a Companhia adquiriu a Kaaru Sociedad Anónima ("Kaaru"), domiciliada na cidade de Asunción, no Paraguai, que tem como principal objetivo atividades comerciais de compra, venda, importação, exportação e distribuição de produtos eletrônicos. Em 30 de agosto de 2021 a Companhia adquiriu a totalidade das cotas da Companhia BrUsed Comércio e Manutenção de Aparelhos Eletrônicos Ltda. ("BrUsed)". A Controlada tem como principal objetivo o comércio varejista de equipamentos de telefonia e comunicação. A aquisição está inserida na estratégia da Companhia de expansão no mercado de aparelhos eletrônicos seminovos e usados. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuem 248 estabelecimentos comerciais (256 em 31 de dezembro de 2020) localizados em diversos estados, concentrados em sua maioria na região Sul e Sudeste do país. A conclusão das demonstrações contábeis da controladora e consolidado aqui presentes foram aprovadas e autorizadas à publicação pelo Conselho de Administração da Companhia 29 de março de 2022.

2. Apresentação das demonstrações contábeis – **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da controladora e do consolidado da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis da controladora e do consolidado, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Companhia na sua gestão. A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis da controladora e do consolidado foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.2. Reclassificação dos valores correspondentes nas demonstrações dos fluxos de caixa** – As demonstrações dos fluxos de caixa da controladora e do consolidado do exercício anterior findo em 31 de dezembro de 2020 foram reapresentadas para melhor comparabilidade, face à mudança de política de apresentação das movimentações dos saldos de fornecedores conveniados, os quais estavam classificados como atividade operacional e foram reclassificados para atividade de financiamento para permitir que os usuários possam comparar as referidas transações ao longo do tempo e identificar tendências no desempenho dos fluxos de caixa da Companhia, conforme previsto nos itens 14.b e 15 do CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro. Demonstrações dos fluxos de caixa-exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

	Controladora – Originalmente apresentado	Controladora – Reclassificação	Controladora – Valores reapresentados	Consolidado – Originalmente apresentado	Consolidado – Reclassificação	Consolidado – Valores reapresentados
Fornecedores – (a)	413.458	(230.164)	183.294	413.796	(230.164)	183.632
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	328.944	(230.164)	98.780	326.763	(230.164)	96.599
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos	(50.590)	–	(50.590)	(55.023)	–	(55.023)
financiamento no						
Ingressos com fornecedores conveniados – (a)	–	230.164	230.164	–	230.164	230.164
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(187.219)	230.164	42.945	(167.737)	230.164	62.427
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades de financiamento com acionistas	(13.957)	–	(13.957)	(13.957)	–	(13.957)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	77.178	–	77.178	90.046	–	90.046

(a) Fornecedores convênios, apresentados na rubrica de fornecedores e detalhado na nota explicativa 12, foram reclassificados para atividade de financiamento, como mudança de política de apresentação pra melhor comparabilidade. **2.3. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis da controladora e do consolidado foram preparadas com base no custo histórico (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas normas contábeis. **2.4. Impactos da Covid-19:** A pandemia do COVID-19 no Brasil em 2021 arrefeceu com o advento da vacinação, com relação ao ano de 2020, embora tenha ocorrido ainda momentos de restrição parcial no funcionamento dos comércios e circulação de pessoas, alterando o perfil de consumo das famílias. A Companhia teve crescimento de receita em suas lojas físicas comparado com 2020, bem como recuperou parte da queda nas vendas em relação a períodos pré-pandêmicos. Concomitantemente, em 2021, as lojas online da Allied seguiram sua trajetória de crescimento em relação a 2020 e 2019. Desde o início da pandemia, a Companhia adota as seguintes ações: 2.4.1. Pessoas: Para minimizar a exposição ao vírus, a Administração manteve a dinâmica de trabalho em home office para colaboradores dos escritórios, e para colaboradores do centro de distribuição e pontos de vendas foram adequadas jornadas de trabalho de acordo com o permitido pelas jurisdições, com toda a proteção e segurança que os órgãos de saúde informam serem necessários. A retomada do modelo de trabalho híbrido foi postergada para 2022 em decorrência da nova variante omicron. 2.4.2 Negócios: A Companhia se preparou para promover a proteção dos negócios desenvolvidos por meio de agilidade nas ações para aumentar sua resiliência. Nesse contexto, foram particularmente relevantes ações de: (i) Monitoramento de risco de crédito de clientes; (ii) Monitoramento em maior escala do nível de estoques e compras; (iii) Negociação de maior prazo de pagamento com os fornecedores. Com as adaptações necessárias trazidas pela COVID-19, a Administração manteve e aprimorou as medidas para atender à crescente demanda online, utilizando a omnicanalidade (venda e entrega conforme escolha do cliente) e a expansão de vendas para varejistas que encontravam dificuldades de comprar diretamente dos fabricantes, com a necessária análise criteriosa dos créditos. Adicionalmente, apesar da vacinação iniciada em escala global a restrição de componentes eletrônicos persiste e gera pressão na demanda mundial, fato que impulsionou venda e margem no segmento de distribuição, principalmente até o terceiro trimestre. A Companhia avaliou os possíveis impactos em seus negócios relacionados ao avanço do COVID-19, reavaliando com prudência suas premissas. Abaixo estão os principais temas que foram avaliados durante a elaboração das demonstrações contábeis da controladora e consolidado da Companhia: (a) Continuidade operacional: dado a incerteza de cenário, a Companhia atualizou seu plano de negócio de curto, médio e longo prazo, considerando premissas de momento. Analisando e projetando alguns cenários, a Companhia não identificou elementos que mostrem um risco de continuidade operacional. (b) Redução do valor recuperável ("impairment"): A Companhia projetou o fluxo de caixa de sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) e concluiu não ser necessário ajustar o valor em uso dos ativos (Nota 11). (c) Liquidez: a Companhia adotou medidas de precaução para aumentar sua posição de caixa e preservar sua liquidez através, principalmente, de negociação de prazos com fornecedores. Essas medidas foram avaliadas e feitas de forma pontual. (d) Provisão para perda de créditos esperadas: ao longo de 2021 constatou-se que o nível de provisão de possíveis perdas, o qual havia sido aumentado de forma precavida em 2020, poderia ser reduzido, se mantendo ainda acima dos níveis pré-pandêmicos (nota explicativa nº 5). (e) Realização dos estoques: a Companhia avaliou o valor recuperável de seus estoques em 31 de dezembro de 2021, considerando as projeções mencionadas no item "a" acima e um provável reajuste dos valores de venda de seus produtos, visando o seu rápido escoamento. A Companhia concluiu já possuir provisão em nível adequado para perdas em estoque, não sendo necessária uma provisão adicional. **2.5. Demonstrações contábeis consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas de 31 de dezembro de 2021 e 2020 incluem as operações das controladas Mobcom e Soudi, desde sua constituição, Kaaru e BrUsed, a partir das datas de suas aquisições (nota explicativa nº 1). a) Procedimentos de consolidação

Subsidiária	País	Participação Direta (%) 31/12/2021	Participação Direta (%) 31/12/2020	Participação Indireta (%) 31/12/2021	Participação Indireta (%) 31/12/2020
Soudi	Brasil	**100%**	100%	–	–
Kaaru (i)	Paraguai	**96,67%**	–	**3,33%**	–
BrUsed	Brasil	**100%**	–	**–**	–

(i) A Soudi tem 3,33% de participação na Kaaru, tendo a Companhia participação indireta. Os principais procedimentos de consolidação foram: • Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre a Companhia e entidades consolidadas; • Eliminação da participação no capital, reservas e lucros acumulados da Companhia e entidades consolidadas; • Eliminação dos saldos de receitas e despesas entre a Companhia e entidades consolidadas.

3. Sumário das principais práticas contábeis – As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: a) Caixa e equivalentes de caixa: Correspondem ao caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas de contratação e com risco insignificante de mudança no rendimento pactuado, e prontamente conversíveis em caixa. b) Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas pelo montante nominal e realizável dos títulos decorrentes das vendas de produtos. A Companhia apresenta a rubrica de contas a receber, no ativo circulante líquida das verbas a repassar de fabricantes. Um recebível representa o direito da Companhia a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). c) Provisão para perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes: A provisão para perdas de créditos esperadas é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de recuperar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber e não houver seguro de crédito correspondente contratado. A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber de clientes. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários tipos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras). A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito e expectativa de deterioração de crédito. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas no próximo ano (por exemplo, a taxa de desemprego), o que pode levar a um aumento na inadimplência no setor de varejo, as taxas de perda históricas são ajustadas. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. d) Estoques: Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões de baixa rotatividade e obsolescência são constituídas quando não há expectativa de realização destes estoques. Além disso, a provisão para ajuste ao valor de realização é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz recuperar os custos incorridos nos produtos revendidos. e) Imposto de renda e contribuição social – correntes: As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço patrimonial. No Brasil, a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda, sob forma de tributação pelo lucro real, é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240 no exercício de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto as adições ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. f) Imposto de renda e contribuição social – diferidos: Tributos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e sobre as diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão pode ser controlado e é provável que estas diferenças não sejam revertidas no futuro próximo. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que estas diferenças possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. O valor contábil dos tributos diferidos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos são revisados a cada data do balanço patrimonial e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço patrimonial. O tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que o originou, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e são relacionados e sujeitos à mesma autoridade tributária. g) Tributos sobre as vendas: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de vendas estão sujeitas à tributação pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada região e à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade não cumulativa às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e a COFINS, respectivamente, exceto quando algum produto tiver alíquota diferente e pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada Estado. h) Depósitos judiciais: Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. i) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis: A moeda funcional da Companhia é o Real (BRL), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis da controladora (Companhia) e consolidadas. As demonstrações contábeis, de cada controlada incluída na consolidação da Companhia, utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Real – BRL) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. j) Intangível: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível pode ser definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa con-

continua ...

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0A2B-1CA5-9009-3B5B.

... continuação **Allied Tecnologia S.A.**

sistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável no nível da Unidade Geradora de Caixa (UGC). A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. k) Combinações de negócios: As combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia mensura o ágio como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e passivos assumidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades. l) Investimentos: Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, para fins de demonstrações contábeis da controladora. Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora. m) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou da Unidade Geradora de Caixa (UGC) é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital da UGC. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos. n) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes) Um ativo é registrado no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seus custos ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorretos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, demonstrados como não circulantes. o) Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. p) Ativos e passivos contingentes: As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos contingentes são as seguintes: (i) Ativos contingentes praticamente certos são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. (ii) Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados. q) Benefícios a empregados – remuneração com base em ações: A Companhia oferece aos administradores e empregados estratégicos um plano de remuneração, liquidado em ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa durante o período no qual o direito é adquirido, que representa o período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. A contrapartida é registrada a crédito em reservas de capital – outorga de opções de ações no patrimônio líquido. Nas datas dos balanços, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas. O impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, é reconhecido na demonstração do resultado, prospectivamente. r) Empréstimos e debêntures: Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, os juros pagos são apresentados na atividade de financiamento conforme facultado pela NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (CPC 03 (R2). As Debêntures são inicialmente registradas pelo seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua emissão. Posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os juros e atualização monetária, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. s) Reconhecimento de receita: A receita compreende o valor faturado pela venda de produtos, deduzidas dos descontos inerentes do negócio. É mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. As receitas são reconhecidas pela transferência de bens ou serviços prometidas aos clientes a um valor que reflita a contraprestação. Para isso, devem ser considerados os termos do contrato e todos os fatos e circunstância relevantes aplicados a estes, incluindo os custos incrementais e custos incorridos para obtenção e cumprimento do contrato. A receita deve ser reconhecida quando uma obrigação de performance for satisfeita pelo preço da transação. O preço da transação é o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente, e pode incluir valores fixos, variáveis ou ambos. A Companhia utiliza a rubrica obrigações contratuais com clientes para registrar os valores de vendas com contraprestação a realizar. Em atendimento ao CPC 47/IFRS 15, a Companhia reconhece os incentivos e bonificações pagos aos clientes como deduções de venda, e aplica o modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e determina que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente. A norma exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração: (i) A identificação do contrato com o cliente; (ii) A identificação das obrigações de desempenho; (iii) A determinação do preço da transação; (iv) A alocação do preço da transação; e (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. t) Ajuste a valor presente: Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. u) Instrumentos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. *Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:* Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com a NBC TG 47. *Mensuração subsequente:* A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço patrimonial de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida) Esta categoria é a mais relevante para a Companhia. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. *Desreconhecimento:* Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; • A Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo. *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:* A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia adota o descrito no item "c" dessa política. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. *Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. *Mensuração subsequente:* A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios da NBC TG 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. *Empréstimos e recebíveis:* Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. *Desreconhecimento:* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. Instrumentos financeiros derivativos: Esporadicamente a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente, hedge financeiro para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. A Companhia não operou com *Hedge Accounting* durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021. v) Arrendamento mercantil: *Ativos de direito de uso:* A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início da locação (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos do direito de uso são mensurados pelo custo, deduzido de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos feitos antes ou na data de início menos os incentivos de arrendamento recebidos. A menos que seja razoavelmente certo que a Companhia obtenha a propriedade do ativo arrendado ao final do prazo do arrendamento, os ativos de direito de uso reconhecidos são depreciados pelo método linear durante o período de sua vida útil estimada e do prazo do arrendamento. *Passivos de arrendamento:* Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na substância) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos de arrendamento variáveis que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos da locação também incluem o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certo de ser exercido pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão de uma locação, se o prazo da locação refletir a Companhia que exerce a opção de rescisão. Os pagamentos variáveis do arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesa no período em que o evento ou condição que determina o pagamento ocorre. Ao calcular o valor presente dos pagamentos da locação, a Companhia usa a taxa de captação de empréstimo incremental na data de início da locação se a taxa de juros implícita na locação não for facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento feitos. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento mercantil, uma mudança nos pagamentos fixos de arrendamento de substância ou uma mudança na avaliação para comprar o ativo subjacente. *Arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor:* A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos que têm um prazo de arrendamento de 12 meses ou menos a partir da data de início e não contêm opção de compra). Também aplica a locação de isenção de reconhecimento de ativos de arrendamentos de equipamentos de escritório que são considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. *Arrendamentos sem o controle do bem:* A Companhia também aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento para os bens que ela não possui o controle total do bem, podendo ter que devolver o espaço arrendado a qualquer momento pela solicitação do arrendador. Os pagamentos desse tipo de arrendamento são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do contrato. w) Demonstração do valor adicionado: A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), controladora e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. x) Informações por segmento: A Companhia desenvolve suas atividades considerando um único segmento operacional divulgável, que é consistente com os relatórios gerenciais utilizados pelos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais para fins de avaliação de desempenho da Companhia. y) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: *Julgamentos:* As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, recuperabilidade de tributos diferidos, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Estimativas e premissas são revistas pelo menos anualmente pela Companhia: *Valor justo de instrumentos financeiros:* Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros: *Impostos:* Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia, de suas filiais e de suas controladas. *Provisões para demandas judiciais:* A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021:** Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência: As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: • Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado. • Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado. • Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações contábeis da controladora e do consolidado e a Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis. **3.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** Não se espera que as novas normas e alterações em normas existentes, que possuem início de vigência em exercícios posteriores ao findo em 31 de dezembro de 2021 tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Caixa	**1.166**	1.745	**1.166**	1.745
Bancos	**33.925**	26.407	**111.910**	40.315
Aplicações financeiras (a)	**607.079**	338.360	**620.890**	340.254
	642.170	366.512	**733.966**	382.314

(a) As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por aplicações em CDB-DI e Operações Compromissadas, com rendimentos diários médios equivalentes às taxas de 0,52% a.m. (0,19% a.m. em 2020), podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo significativo da remuneração pactuada e valores aplicados.

5. Contas a receber e obrigações contratuais com clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Contas a receber (a)	**1.454.261**	1.499.441	**1.504.103**	1.502.051
(-) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	**(59.958)**	(59.758)	**(68.045)**	(60.260)
	1.394.303	1.439.683	**1.436.058**	1.441.791
Circulante	**1.370.304**	1.399.404	**1.412.059**	1.401.512
Não circulante	**23.999**	40.279	**23.999**	40.279

(a) A Companhia possuía créditos antecipados com as adquirentes de cartões de créditos e títulos cedidos com instituições financeiras, sem direito de regresso, no montante de R$228.199 (R$212.923 em 31 de dezembro de 2020), sobre os quais é aplicado um desconto médio de CDI + 2,72% a.a. (desconto médio de CDI + 2,07% a.a. em 2020). Abertura por vencimento das duplicatas a receber:

continua ...

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0A2B-1CA5-9009-3B5B.

... continuação

Allied Tecnologia S.A.

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2021	Perda esperada	31/12/2020	Perda esperada	31/12/2021	Perda esperada	31/12/2020	Perda esperada
A vencer	**1.151.034**	**(24.184)**	1.394.050	(31.715)	**1.191.882**	**(24.324)**	1.391.398	(31.789)
Títulos vencidos	**303.227**	**(35.774)**	105.391	(28.043)	**312.221**	**(43.721)**	110.653	(28.471)
De 1 a 30 dias	**124.181**	**(136)**	43.657	(23)	**128.963**	**(178)**	45.354	(35)
De 31 a 60 dias	**134.188**	**(63)**	21.861	(11)	**135.676**	**(2.827)**	22.733	(37)
De 61 a 90 dias	**8.525**	**(36)**	10.271	(15)	**9.319**	**(2.749)**	11.064	(94)
De 91 a 180 dias	**2.039**	**(1.245)**	1.648	(40)	**3.969**	**(3.673)**	2.429	(351)
De 181 a 365 dias	**2.820**	**(2.820)**	674	(674)	**2.820**	**(2.820)**	1.793	(674)
Vencidos acima de 365 dias	**31.474**	**(31.474)**	27.280	(27.280)	**31.474**	**(31.474)**	27.280	(27.280)
Total	**1.454.261**	**(59.958)**	1.499.441	(59.758)	**1.504.103**	**(68.045)**	1.502.051	(60.260)

A Companhia efetua o ajuste a valor presente para títulos a receber não circulantes dos acordos com clientes, utilizando a taxa de 7,82% a.a. (3,78% a.a. em 2020) referente CDI médio + spread bancário. A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	**(59.758)**	(26.764)	**(60.260)**	(26.746)
Adições	**(21.779)**	(47.578)	**(29.364)**	(48.081)
Reversões	**21.579**	14.584	**21.579**	14.567
Saldo final	**(59.958)**	(59.758)	**(68.045)**	(60.260)

Os impactos da COVID-19 no ambiente de negócios fizeram com que a Companhia revisasse a estimativa das perdas estimadas com recebíveis. A Companhia incorporou no cálculo da perda estimada com recebíveis um fator de risco de crédito adicional ao nível histórico de perdas. Esta premissa é avaliada periodicamente e será alterada na medida que mude a percepção de risco sobre sua carteira de recebíveis. A análise de risco de crédito está apresentada na nota explicativa nº 25. **5.1. Obrigações contratuais com clientes:** A Companhia mantém saldo de provisão para perdas futuras que podem ser geradas por meio de cancelamentos ou retorno de vendas efetuados por seus clientes, por vendas não performadas, gerando um passivo de restituição ou contraprestação ao cliente, conforme quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações contratuais com clientes	**119.468**	69.841	**119.468**	69.841
	119.468	69.841	**119.468**	69.841
Circulante	**60.608**	22.553	**60.608**	22.553
Não circulante	**58.860**	47.288	**58.860**	47.288

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Telefone celular	**409.840**	432.135	**550.832**	432.135
Acessórios	**109.859**	114.951	**109.859**	114.951
Computadores	**191.447**	66.042	**191.447**	66.042
Televisores	**24.821**	13.135	**24.821**	13.135
Outros	**14.754**	17.401	**14.754**	17.401
Provisão para perdas	**(4.886)**	(1.699)	**(4.886)**	(1.699)
	745.835	641.965	**886.827**	641.965
Circulante	**711.770**	**615.258**	**852.762**	**615.258**
Não circulante	**34.065**	26.707	**34.065**	26.707

A movimentação da provisão para perdas está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	**(1.699)**	(7.407)	**(1.699)**	(7.411)
Adições	**(11.398)**	(5.320)	**(11.398)**	(5.325)
Baixas	**8.211**	11.028	**8.211**	11.037
Saldo final	**(4.886)**	(1.699)	**(4.886)**	(1.699)

Não houve impactos relevantes no grupo de estoques em função da pandemia causada pelo coronavírus (Covid-19) vide nota explicativa nº 2.4.

7. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ICMS (a)	**76.477**	100.639	**76.556**	100.639
ICMS – ST (b)	**22.447**	17.728	**22.447**	17.728
PIS e COFINS (c)	**211.900**	95.294	**211.900**	95.294
IPI a recuperar	**3.852**	15.656	**3.852**	15.656
IRRF a recuperar	**1.319**	1.639	**1.535**	1.639
Outros impostos	**26.315**	8.634	**26.315**	8.634
	342.310	239.590	**342.605**	239.590
Circulante	**199.292**	239.590	**199.587**	239.590
Não circulante	**143.018**	–	**143.018**	–

(a) De acordo com o artigo 73 do RICMS/SP, os créditos podem ser utilizados para pagamento de fornecedores, mediante a transferência de créditos de ICMS, quando homologados pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. (b) A Companhia possui estabelecimento que opera como contribuinte substituído no estado de São Paulo, gerando créditos de ICMS em decorrência de operações realizadas para outros estados. Os créditos poderão ser ressarcidos nos termos do artigo 270 do RICMS/SP. (c) A Allied Tecnologia S.A. opera no regime da não cumulatividade para apuração do PIS e da COFINS, conforme Leis nos 10.637/02 e 10.833/03, que permite o aproveitamento dos créditos de PIS e COFINS em relação aos custos e despesas (Insumos), expressamente relacionados nos incisos I ao IX do artigo 3º das leis em questão. Exclusão do ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS Em março de 2017, a Companhia ingressou com uma ação judicial para exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, tendo decisão favorável na 1a instância, publicada em setembro de 2017 e em 2a instância, publicado em março de 2021. Atualmente a Fazenda opôs embargos de declaração e a administração está aguardando decisão final. Em maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou o entendimento de que a exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS está válida desde março de 2017 e, empresas que contestaram o tema na justiça até essa data, poderão também reaver valores pagos anteriormente (5 anos retrospectivamente). Mediante a referida decisão do STF, a Companhia avaliou o ganho do processo como praticamente certo de ressarcimento, não sendo mais tratado como ativo contingente. Dessa forma, a Companhia apurou e registrou, com suporte de consultores especializados, os créditos entre o período de março de 2012 a fevereiro de 2017 no valor total de R$133.593, sendo R$116.827 de principal e R$16.766 de atualização monetária, tratados como ativo não circulante.

8. Imposto de renda e contribuição social – a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Ativo diferido				Passivo diferido			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo fiscal de imposto de renda	**43.390**	42.997	**43.390**	42.997	**–**	–	**–**	–
Contencioso trabalhista e tributário	**33.343**	1.035	**33.343**	1.035	**–**	–	**–**	–
Provisão para perdas de créditos esperadas	**20.386**	20.318	**20.386**	20.318	**–**	–	**–**	–
Base negativa da CSLL	**15.620**	15.479	**15.620**	15.479	**–**	–	**–**	–
Provisão de fornecedores (i)	**10.426**	11.897	**10.426**	11.897	**–**	–	**–**	–
Amortização dos ativos da Wooza	**4.437**	5.496	**4.437**	5.496	**–**	–	**–**	–
Efeito CPC (47) IFRS 15	**4.067**	–	**4.067**	–	**–**	–	**–**	–
Efeito CPC (06) IFRS 16	**4.002**	2.823	**4.002**	2.823	**–**	–	**–**	–
Provisão para perda de crédito de ICMS	**1.245**	1.540	**1.245**	1.540	**–**	–	**–**	–
Provisão para perda no estoque	**1.661**	578	**1.661**	578	**–**	–	**–**	–
Provisão para perda de ativo fixo	**500**	334	**500**	334				
Amortização ativos Arte Telecom	**149**	172	**149**	172	**–**	–	**–**	–
Ajuste a valor presente	**568**	106	**568**	106	**–**	–	**–**	–
ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS	**–**	–	**–**	–	**39.721**	–	**39.721**	–
Amortização fiscal do ágio (ii)	**–**	–	**–**	–	**171.547**	150.867	**171.547**	150.867
	139.794	102.775	**139.794**	102.775	**211.268**	150.867	**211.268**	150.867
Passivo líquido total	**–**	–	**–**	–	**71.474**	48.092	**71.474**	48.092
Receita (despesa) de impostos reconhecidos a resultado	**–**	–	**–**	–	**(23.382)**	(23.523)	**(23.382)**	(23.523)

(i) As obrigações com fornecedores de serviços são reconhecidas conforme o princípio da competência, enquanto não houver o recebimento dos documentos de cobrança emitidos para registro na rubrica de "Fornecedores". (ii) O IRPJ e a CSLL diferidos resultam do benefício fiscal decorrente do ágio de rentabilidade futura, na incorporação pela Allied Tecnologia S.A. das incorporadas Allied S.A, Arte Telecom e Wooza Representações. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos em decorrência substancial sobre o prejuízo fiscal e base negativa acumulados, principalmente, por efeito do benefício da dedutibilidade do ágio pela incorporação das controladas Allied S.A., Arte Telecom e Wooza Representações e foram avaliados como recuperáveis em um prazo estimado máximo de nove anos, conforme estudos preparados pela Administração, quanto à geração de lucros tributáveis futuros e expectativa de realização das diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis, que possibilitem a realização total desses valores nos próximos anos. As projeções dos lucros tributáveis futuros consideram estimativas que estão relacionadas, entre outros, com o desempenho da Companhia, assim como o comportamento do seu mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Os valores reais podem diferir das estimativas adotadas em vista às incertezas inerentes a essas expectativas. A Companhia prevê que a realização dos tributos diferidos se dará como segue:

	Controladora e Consolidado
2022	12.355
2023	11.900
2024	11.521
2025	29.822
2026	18.791
2027	15.286
2028	17.417
2029	18.549
2030	4.153
Total	**139.794**

b) Conciliação do imposto de renda e contribuição social: A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota nominal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**311.613**	192.260	**311.859**	192.260
Alíquota nominal (25% de IR e 9% de CSLL)	**34%**	34%	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social, nominais	**(105.948)**	(65.368)	**(106.032)**	(65.368)
Benefício compete – Nota 17.b	**53.989**	45.031	**53.989**	45.031
Juros sobre capital próprio	**20.107**	–	**20.107**	–
Gastos com emissão de ações	**9.934**	–	**9.934**	–
Selic sobre indébitos tributários	**5.700**	–	**5.700**	–
Stock options	**(366)**	–	**(366)**	–
Equivalência patrimonial	**(5.104)**	(144)	**–**	–
Outros	**(1.694)**	(4.134)	**(6.960)**	(4.278)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício	**(23.382)**	(24.615)	**(23.628)**	(24.615)
Imposto corrente	**–**	(1.092)	**(246)**	(1.092)
Imposto diferido	**(23.382)**	(23.523)	**(23.382)**	(23.523)
Alíquota efetiva	**8%**	13%	**8%**	13%

9. Investimentos

Movimentação dos investimentos	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	**3.310**	180.637
Equivalência patrimonial	**(13.448)**	(423)
Wooza – reclassificação do ágio para intangível (a)	**–**	(171.544)
Wooza – acervo líquido (a)	**–**	(10.114)
Mobcom – acervo líquido (b)	**–**	448
Soudi	**–**	4.306
Kaaru – controlada no exterior (c)	**5.079**	–
BrUsed (d)	**799**	–
BrUsed – ativos incorporados à valor justo (d)	**(252)**	–
Ajustes na conversão do investimento da controlada no exterior – Kaaru	**61**	–
Outros	**13**	–
Saldo líquido no final do exercício	**(4.438)**	3.310
Investimentos – ativo	**7.217**	3.310
Provisão para perda com investimento – passivo	**(11.655)**	–
	(4.438)	3.310

(a) Em 1º de janeiro de 2020, ocorreu a incorporação da Wooza Tecnologia e Representações S.A. pela Companhia, com sua consequente extinção e incorporação total do acervo patrimonial. Com a incorporação todas as ações da Wooza foram canceladas, sendo que o acervo patrimonial da Wooza para a Companhia não acarretou aumento do capital social. Em decorrência da incorporação, o ágio de R$171.544 foi reclassificado para o intangível na Controladora. (b) Em 1º de novembro de 2020, ocorreu a incorporação da Mobcom Tecnologia Ltda. pela Companhia, com sua consequente extinção e incorporação total do acervo patrimonial. Com a incorporação todas a quotas de emissão foram canceladas, sendo que a versão do patrimônio líquido da Mobcom para a Companhia não acarretou aumento do capital social. (c) Em 3 de abril de 2021, a Companhia adquiriu a Kaaru Sociedad Anónima (Kaaru), conforme nota explicativa nº 1, no valor de R$30, e fez adiantamentos para futuro aumento de capital de no valor de R$5.047. (d) Em 30 de agosto de 2021, a Companha adquiriu a BrUsed Comércio e Manutenção de Aparelhos Eletrônicos Ltda. (BrUsed), conforme nota explicativa nº1 e, em contrapartida assumiu os ativos e passivos declarados da investida. Os montantes dos ativos e passivos identificáveis não são materiais para divulgações adicionais.

10. Arrendamento mercantil – A Companhia detém principalmente arrendamento de imóveis, como lojas físicas, centros de distribuição e escritórios corporativos, e os efeitos trazidos pelo CPC 06 estão demonstrados na rubrica "arrendamento mercantil" no passivo circulante e não circulante, e sua contrapartida no ativo não circulante, na rubrica "direito de uso". Para os contratos adicionados em 2020, as taxas de descontos foram revisadas conforme taxa nominal utilizada pela Companhia em sua última captação de debêntures ao mercado, de 100% do CDI, acrescidos a 1,6% a.a., compondo a taxa incremental, sendo o CDI projetado considerando cada vencimento contratual. Em 2021, a Companhia fez cotações de empréstimos juntos as instituições financeiras e utilizou o custo de captação de CDI, acrescidos 2,3% a.a. compondo a taxa incremental, sendo o CDI projetado considerando cada vencimento contratual, conforme tabela abaixo:

Ano	CDI projetado	Spread	Taxa incremental
1	2,37%	2,3% a.a.	4,73%
2	3,45%	2,3% a.a	5,83%
3	4,25%	2,3% a.a	6,65%
4	4,90%	2,3% a.a	7,31%
5	5,38%	2,3% a.a	7,81%
6	5,71%	2,3% a.a	8,14%
7	5,98%	2,3% a.a	8,42%
8	6,23%	2,3% a.a	8,67%
9	6,46%	2,3% a.a	8,91%
10	6,64%	2,3% a.a	9,09%

O valor justo dos ativos e passivos de arrendamento estavam assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos				
Saldo inicial	**117.645**	107.246	**117.645**	111.554
Incorporação direito de uso controlada	**–**	4.308	**–**	–
Adição e remensuração	**42.507**	29.097	**42.507**	29.097
Baixas	**(2.380)**	(3.806)	**(2.380)**	(3.806)
Depreciação	**(24.175)**	(19.200)	**(24.175)**	(19.200)
	133.597	117.645	**133.597**	117.645
Passivo				
Saldo inicial	**125.775**	111.265	**125.775**	115.774
Incorporação	**–**	4.509	**–**	–
Adição e remensuração	**42.507**	29.097	**42.507**	29.097
Baixas	**(2.574)**	(4.052)	**(2.574)**	(4.052)
Pagamentos	**(34.341)**	(27.716)	**(34.341)**	(27.716)
Juros incorridos	**13.634**	12.672	**13.634**	12.672
	145.001	125.775	**145.001**	125.775
Passivo circulante	**24.947**	17.294	**24.947**	17.294
Passivo não circulante	**120.054**	108.481	**120.054**	108.481

Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento reconhecido no passivo não circulante:

	Controladora		Consolidado	
Ano	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
2022	**–**	19.107	**–**	19.107
2023	**25.495**	19.519	**25.495**	19.519
2024	**21.918**	16.893	**21.918**	16.893
2025	**20.395**	15.650	**20.395**	15.650
2026	**20.625**	15.788	**20.625**	15.788
2027	**16.998**	13.054	**16.998**	13.054
2028	**8.964**	6.331	**8.964**	6.331
2029	**3.553**	1.896	**3.553**	1.896
2030	**1.723**	227	**1.723**	227
2031	**383**	16	**383**	16
	120.054	108.481	**120.054**	108.481

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 113 contratos de aluguel (103 em 31 de dezembro de 2020) reconhecidos como operações de arrendamento mercantil. A Companhia aplicou o expediente prático da Deliberação CVM nº 859/20, segundo a qual o arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado ao Covid-19, concedido em um contrato de arrendamento, é uma modificação do contrato e, assim, contabilizar as mudanças resultantes nos pagamentos de arrendamento no resultado do exercício, destacados nas notas explicativas 20 e 21. A Companhia reconheceu despesas relacionadas aos pagamentos de aluguéis variáveis, ativos de baixo valor e de curto prazo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, demonstradas na notas explicativa 21. Para os contratos de aluguel de lojas e quiosques que estabelecem valores de aluguel variável, com base em percentual sobre a venda líquida, de acordo com as formas contratuais, foram registradas despesas no montante de R$332 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R$3.095 em 31 de dezembro de 2020). Adicionalmente, a Companhia efetuou estimativas dos reajustes inflacionários nos fluxos de caixa. Os compromissos futuros oriundos destes contratos, atualizados monetariamente, estão demonstrados conforme quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
Ano	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
2021	**–**	14.339	**–**	14.339
2022	**19.537**	17.011	**19.537**	17.011
2023	**21.046**	18.138	**21.046**	18.138
2024	**19.276**	15.947	**19.276**	15.947
2025	**19.472**	15.764	**19.472**	15.764
2026	**20.574**	16.385	**20.574**	16.385
2027	**17.397**	13.347	**17.397**	13.347
2028	**8.662**	4.654	**8.662**	4.654
2029	**3.579**	58	**3.579**	58
2030	**1.662**	–	**1.662**	–
2031	**566**	–	**566**	–
	131.771	115.643	**131.771**	115.643

11. Intangível

Controladora	(%) amortização anual	31/12/2020	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	31/12/2021
Intangível							
Softwares (a)	10/20	22.178	**6.787**	**(9)**	**(7.613)**	**4.290**	**25.633**
Fundo de comércio	20	46.009	**13.928**	**(2.774)**	**(17.134)**	**–**	**40.029**
Marcas e patentes	–	–	**119**	**–**	**–**	**–**	**119**
Ágio na aquisição de controladas	–	618.580	**–**	**–**	**–**	**–**	**618.580**
Carteira de Clientes – Wooza	10	46.434	**–**	**–**	**(6.633)**	**–**	**39.801**
Franquias – Arte Telecom	10	11.629	**–**	**–**	**(1.534)**	**–**	**10.095**
Outros	–	2.807	**4.010**	**–**	**(1.713)**	**(4.290)**	**814**
Total		747.637	**24.844**	**(2.783)**	**(34.627)**	**–**	**735.071**

Consolidado	(%) amortização anual	31/12/2020	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	31/12/2021
Intangível							
Softwares (a)	10/20	22.208	**7.399**	**(9)**	**(7.688)**	**4.311**	**26.221**
Fundo de comércio	20	46.009	**13.928**	**(2.774)**	**(17.134)**	**–**	**40.029**
Marcas e patentes	–	4	**132**	**–**	**(1.297)**	**6.472**	**5.311**
Ágio na aquisição de controladas	–	618.580	**–**	**–**	**–**	**–**	**618.580**
Carteira de clientes Wooza	10	46.434	**–**	**–**	**(6.633)**	**–**	**39.801**
Franquias – Arte Telecom	10	11.629	**–**	**–**	**(1.534)**	**–**	**10.095**
Outros	–	9.265	**4.114**	**–**	**(1.717)**	**(10.783)**	**879**
Total		754.129	**25.573**	**(2.783)**	**(36.003)**	**–**	**740.916**

(a) Softwares: As amortizações referentes à Companhia Allied são realizadas com taxa de 20% ao ano. Já os valores alocados no valor do preço pago à Wooza são amortizados à taxa de 10% ao ano, conforme vida útil definida no laudo de avaliação a valor

continua ...

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0A2B-1CA5-9009-3B5B.

... continuação

Allied Tecnologia S.A.

justos dos ativos e passivos adquiridos/identificados. Testes de recuperabilidade do ágio e intangíveis: O ágio e outros ativos intangíveis de vida útil indefinidas foram submetidos a teste de recuperabilidade a luz do CPC 01 R1. O teste de recuperabilidade para o ágio e outros intangíveis compreendeu o cálculo do valor recuperável da UGC. A administração elaborou uma estimativa do valor recuperável da UGC com base no critério do valor em uso. A UGC corresponde à entidade Allied Tecnologia S.A. ("Allied"), controladora, contendo os resultados de suas controladas. O valor em uso da UGC é apurado segundo o método do fluxo de caixa descontado, considerando-se a seguinte taxa de desconto: • Método: WACC; • Taxa: 11,8% As premissas de fluxos de caixa futuros e perspectivas de crescimento para a UGC baseiam-se no orçamento anual da Companhia e nos planos de negócios dos próximos cinco exercícios aprovados pela Administração, bem como em dados de mercado comparáveis, representando a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante a vida econômica útil da Companhia de ativos geradores de fluxos de caixa. A Administração revisou as projeções futuras das suas unidades geradoras de caixa (UGC), utilizando como taxa de desconto a WACC para um prazo de dez anos e não identificou fatores que indiquem perdas relevantes na constituição de impairment, bem como não possui ocorrência de reavaliação ou existência de ociosidade de ativos imobilizados e intangíveis. Os ativos consolidados alocados a cada UGC estão apresentados na tabela a seguir:

	UGC Allied		UGC Controladas		Total	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imobilizado	**33.301**	**33.828**	**326**	**–**	**33.627**	**33.828**
Outros intangíveis	**116.491**	**129.057**	**5.845**	**6.492**	**122.336**	**135.549**
Ágio	**618.580**	**618.580**	**–**	**–**	**618.580**	**618.580**
	768.372	**781.465**	**6.171**	**6.492**	**774.543**	**787.957**

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores nacionais	**1.055.094**	1.244.739	**1.238.278**	1.244.739
Fornecedores estrangeiros	**21.590**	7.761	**21.590**	7.761
Fornecedores convênio (a)	**804.314**	508.329	**804.314**	508.329
	1.880.998	1.760.829	**2.064.182**	1.760.829

(a) A Companhia mantém convênios firmados com bancos parceiros para estruturar com os seus principais fornecedores a operação de antecipação de seus recebíveis. Nesta operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos das vendas de produtos a prazo para as instituições financeiras parceiras da Companhia, e em troca recebem esses recursos do banco, sem necessidade dos referidos fornecedores possuírem linha de crédito contratada. Em 2021, houve uma mudança na natureza dessas operações o que causou a prorrogação significativa dos prazos de pagamento por parte da Companhia. Devido a essa mudança, a administração alterou a política contábil e passou a reconhecer essas operações como financiamentos de pagamentos aos seus fornecedores através de instituições financeiras. Consequentemente, passou a demonstrar as movimentações financeiras dessas operações como atividade de financiamento nas demonstrações dos fluxos de caixa da Companhia, ocasionando a reclassificação apresentada na nota 2.2 referente a 2020. Para essas operações a taxa média de juros é de 9,89% a.a. (4,22% a.a. em 2020).

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Modalidade	Encargos financeiros – média ponderada – %	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Moeda nacional					
3ª Emissão de debêntures (a)	118,5% do CDI	**–**	78.874	**–**	78.874
4ª Emissão de debêntures (b)	CDI + 1,60% a.a.	**346.426**	344.575	**346.426**	344.575
Conta garantida	CDI + 2,55 a.a.	**–**	–	**49.415**	19.917
Total		**346.426**	423.449	**395.841**	443.366
Circulante		**115.819**	79.018	**165.234**	98.935
Não circulante		**230.607**	344.431	**230.607**	344.431

A movimentação dos empréstimos da Companhia se deu como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	**423.449**	502.247	**443.366**	502.247
Novos empréstimos	**–**	9.842	**35.706**	32.463
Pagamentos de principal	**(79.489)**	(90.353)	**(88.228)**	(93.492)
Pagamentos de juros	**(22.301)**	(19.748)	**(22.301)**	(19.748)
Juros incorridos	**24.767**	21.461	**27.298**	21.896
	346.426	423.449	**395.841**	443.366
Circulante	**115.819**	79.018	**165.234**	98.935
Não circulante	**230.607**	344.431	**230.607**	344.431

(a) Em 26 de dezembro de 2018, foi aprovada a terceira emissão de debêntures simples no valor total de R$160.000, não conversíveis em ações, em série única, emitindo-se 160.000 debêntures de valor nominal unitário de R$1 a ser realizada pela Companhia. Sobre o valor nominal não resgatado das debêntures incidiram juros remuneratórios correspondentes a 118,5% da variação acumulada do DI calculados *"pro rata temporis"*. Em dezembro de 2021, a Companhia liquidou essa debênture em sua totalidade, conforme prazos e condições inicialmente acordados. (b) Em 25 de dezembro de 2019, foi aprovada a quarta emissão de debêntures simples no valor de R$350.000, não conversíveis em ações, em série única, emitindo-se 350.000 debêntures de valor nominal unitário de R$1 a ser realizada pela Companhia. Sobre o valor nominal não resgatado das debêntures incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada do DI calculados "*pro rata temporis",* acrescidos a 1,6% a.a. A remuneração vem sendo paga trimestralmente, a partir de 25 de março de 2020. O vencimento final das debêntures ocorrerá no prazo de 60 meses, com liquidações semestrais com carência de 30 meses, conforme tabela de amortização prevista na escritura de emissão, com vencimento final em 25 de dezembro de 2024. Para assegurar o fiel cumprimento de todas as obrigações junto aos Credores, a Companhia assumiu o compromisso de manter no mínimo 30% do saldo devedor das debêntures, em boletos bancários a vencer nas contas vinculadas abertas no banco Bradesco (Garantias). O contrato das debêntures requer a manutenção do índice Dívida Líquida/EBTIDA inferior ou igual a 2,5 vezes para cada exercício social, desde 31 de dezembro de 2019 até a data do vencimento. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia cumpriu com todas as cláusulas restritivas desse contrato.

14. Partes relacionadas

Ativo com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Kaaru Sociedad Anónima	**30.908**	–	**–**	**–**
Soudi Pagamentos Ltda. (i)	**23.355**	1.006	**–**	–
Partes relacionadas sob controle indireto comum (ii)	**422**	3.212	**422**	3.212
Total circulante	**54.685**	4.218	**422**	3.212
Soudi Pagamentos Ltda. (a) (i)	**–**	**15.902**	**–**	**–**

(a) Valores registrados na Controladora na rubrica de conta a receber em 2020.

Passivo com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
Credor	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Nota promissória – não controladores – (iii)	**–**	21.047	**–**	21.047
Total circulante	**–**	21.047	**–**	21.047

A movimentação do passivo com partes relacionadas da Companhia se deu como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	**21.047**	46.544	**21.047**	45.346
Baixas	**–**	(1.198)	**–**	–
Pagamentos	**(21.202)**	(25.578)	**(21.202)**	(25.578)
Juros incorridos	**155**	1.279	**155**	1.279
	–	21.047	**–**	21.047

Outras transações no resultado com partes relacionadas: As transações de compra e venda com partes relacionadas são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes.

Consolidado	Vendas		Custos	
Controladas	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Mobcom Tecnologia Ltda.	**–**	2.197	**–**	(2.207)
Outras partes relacionadas	**Vendas** 31/12/2021	31/12/2020	**Custos** 31/12/2021	31/12/2020
Partes relacionadas sob controle indireto comum	**1.655**	6.528	**(1.372)**	(5.201)
Controladas	**Outras receitas** 31/12/2021	31/12/2020	**Despesas administrativas** 31/12/2021	31/12/2020
Soudi Pagamentos Ltda. (i)	**–**	–	**(2.650)**	(1.006)
Allied Tecnologia S.A. (i)	**2.650**	1.006	**–**	–
Outras partes relacionadas			**Despesa com comissões** 31/12/2021	31/12/2020
Partes relacionadas sob controle indireto comum			**(1.083)**	(408)

(i) Repasses de vendas ao lojista e prestação de serviços compartilhados; (ii) Transações de compra e venda de produtos. (iii) Notas promissórias pró soluto de emissão da Companhia, onde R$25.000 foram liquidados integralmente no primeiro semestre de 2020, com juros acumulados incorridos de R$982 (R$155 em 2021), e R$20.220 liquidados em abril de 2021. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve necessidade de reconhecimento de perdas estimadas de créditos nas contas a receber de partes relacionadas. Remuneração do pessoal-chave da Administração: O valor agregado da remuneração e benefícios concedidos aos administradores, conselheiros e membros de comitês estatutários por serviços prestados nas respectivas áreas de competência, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R$9.381 (de R$9.740 em 31 de dezembro de 2020), líquido dos encargos correspondentes.

15. Provisão para demandas judiciais – Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia fica exposta a certas contingências e riscos, que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis. A Administração da Companhia mantém o registro de provisão para cobrir riscos quando considerados prováveis, sendo está a melhor estimativa de desembolso de caixa futuro com base na avaliação de seus assessores jurídicos. A composição das provisões para demandas judiciais é como segue:

Demandas prováveis de perda	31/12/2021	31/12/2020
Tributárias	**94.953**	1.839
Trabalhistas	**2.821**	1.099
Cíveis	**293**	105
Total	**98.067**	3.043

Demandas tributárias: Em 24 de fevereiro de 2021, o STF decidiu pelo reconhecimento da não obrigatoriedade de recolhimento de determinados valores a título do diferencial de alíquotas do ICMS entre Estados ("ICMS-DIFAL"), tendo a ata de julgamento sido publicada em 2 de março de 2021. Em decorrência de tal decisão, a Companhia ingressou com mandados de segurança em 26 de fevereiro de 2021 e, considerando o prognóstico, à época, de perda possível, começou a depositar judicialmente os valores do ICMS-DIFAL e conseguiu, nos principais Estados em que suas atividades estão concentradas, liminares para deixar de fazer tais depósitos. Considerando (i) o julgamento do STF reconhecendo a não obrigatoriedade do recolhimento do ICMS-DIFAL, e (ii) as liminares obtidas pela Companhia nos principais Estados em que suas atividades estão concentradas, a Companhia decidiu não reconhecer os custos tributários referentes ao ICMS-DIFAL em suas demonstrações financeiras a partir de fevereiro de 2021. No entanto, no dia 18 de dezembro de 2021, o STF decidiu que apenas seriam beneficiadas pela não obrigatoriedade de pagamento do ICMS-DIFAL as companhias que tivessem ajuizado ações até 24 de fevereiro de 2021, data de julgamento do caso. Considerando a nova decisão do STF, a Companhia registrou provisão para perda provável no valor de R$ 91.672. As demandas consideradas como risco de perda possível, com base na avaliação da Administração e de seus assessores jurídicos, não requerem provisão, e seus valores estimados em discussão são como segue:

Contingências possíveis de perda	31/12/2021	31/12/2020
Tributárias	**94.247**	59.588
Trabalhistas	**14.238**	2.670
Cíveis	**4.393**	764
Total	**112.878**	63.022

As principais contingências possíveis são tributárias: a) um auto de infração do estado do Espírito Santo por meio do qual a Companhia é acusada de deixar de escriturar na Escritura Digital – EFD, as notas fiscais eletrônicas, de emissão da Companhia no valor de R$22.351 (R$20.976 em 31 de dezembro de 2020); b) Contestação sobre créditos de ICMS não expurgados de vendas do estado do Espírito Santo para a Zona Franca de Manaus no valor de R$17.185 (R$13.648 em 31 de dezembro de 2020); c) Exigência de débitos de ICMS do estado da Bahia no valor de R$17.866 (R$15.957 em 31 de dezembro de 2020); d) auto de infração pela Receita Federal pela contestação de dedução indevida de descontos comerciais na receita no valor de R$17.811 (R$0 em 31 de dezembro de 2020); e e) ação para afastamento de contribuições previdenciárias, imposto de renda e sua suposta multa por ausência de retenção sobre suposto rendimento decorrente do trabalho quando do exercício das opções de compra de ações de R$ 10.574 (R$ 0 em 2020).

15.1. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Tributário (i)	**51.749**	–	**51.749**	–
Trabalhista (ii)	**10.574**	–	**10.574**	–
	62.323	–	**62.323**	–

A Companhia e suas controladas, possuem depósitos judiciais como segue: (i) Depósitos com provisões correspondentes: ação judicial do ICMS-DIFAL no âmbito tributário. (ii) Depósitos sem provisões correspondentes: ação que discute exigibilidade dos impostos no âmbito do exercício de opção relacionados ao plano de opção de compra de ações no âmbito trabalhista.

16. Outros passivos

As aquisições das empresas Wooza Tecnologia S.A. e Arte Telecom Ltda. geraram obrigações com os antigos controladores das adquiridas, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
Credor	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações com ex-sócios de empresas adquiridas	**9.960**	18.613	**9.960**	18.613
Total de obrigações com ex-sócios de empresas adquiridas.	**9.960**	18.613	**9.960**	18.613
Outros passivos operacionais	**7.653**	3.133	**7.653**	3.166
Total de outros passivos	**17.613**	21.746	**17.613**	21.779
Circulante	**11.029**	11.504	**11.029**	11.537
Não circulante	**6.584**	10.242	**6.584**	10.242

A movimentação das obrigações com ex-sócios da Companhia se deu como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	**18.613**	63.548	**18.613**	63.548
Baixas	**(1.840)**	(13.218)	**(1.840)**	(13.218)
Pagamentos	**(7.478)**	(32.610)	**(7.478)**	(32.610)
Juros incorridos	**665**	893	**665**	893
	9.960	18.613	**9.960**	18.613
Circulante	**3.376**	8.371	**3.376**	8.371
Não circulante	**6.584**	10.242	**6.584**	10.242

17. Patrimônio líquido – a) Capital social: Em 3 de fevereiro de 2020, foi aprovado por AGE o grupamento das 636.973.080 ações ordinárias representativas do capital social da Companhia à razão de 8 ações ordinárias para cada 1 ação ordinária existente, cujas frações foram canceladas, resultando em um total de 79.621.635 ações ordinárias, todas escriturais, nominativas e sem valor nominal. Tal grupamento não resulta na modificação do valor total do capital social e na participação proporcional dos acionistas. Em 8 de setembro de 2020 o Conselho de Administração aprovou o aumento do Capital Social em R$13.677, com a consequente emissão de 1.285.416 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, em virtude do exercício de opções de compra de ações. O Plano prevê que o exercício de opções de compra de ações está condicionado à ocorrência de um evento de liquidez, o qual inclui a consumação de uma oferta pública de ações da Companhia. Detalhes sobre o plano encontram-se na nota explicativa nº 18. Posteriormente, após a apuração das demonstrações contábeis de 30 de setembro de 2020, como não se consumou o evento de liquidez com a oferta pública de ações, o Conselho de Administração aprovou em 19 de outubro de 2020 o cancelamento do exercício das opções de compra de ações ocorridas em 8 de setembro de 2020, recomprando as ações pelo mesmo valor da integralizado, mediante débito em reserva de capital, restaurando a vigência e os direitos das opções, conforme previsto nos respectivos Instrumentos Particulares de Outorga de Opção de Compra de Ações celebrados com os participantes do Plano, Na mesma data, as ações readquiridas foram canceladas, sem redução do capital social. Em 22 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração aprovou o aumento do Capital Social em R$8.863, com a consequente emissão de 793.674 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, em virtude do exercício de opções de compra de ações. O Plano prevê que o exercício de opções de compra de ações está condicionado à ocorrência de um evento de liquidez, o qual inclui a consumação de uma oferta pública de ações da Companhia. Em 8 de abril de 2021, o Conselho de Administração aprovou, no âmbito da oferta pública restrita de ações, a emissão de 10.000.000 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, dentro do limite do seu capital autorizado, com o aumento do Capital Social em R$180.000, no âmbito da oferta pública restrita de ações da Companhia. Em 14 de abril de 2021, o Conselho de Administração aprovou o aumento do Capital Social em R$746, com a consequente emissão de 69.280 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, em virtude do exercício de opções de compra de ações. O Plano prevê que o exercício de opções de compra de ações está condicionado à ocorrência de um evento de liquidez, o qual inclui a consumação de uma oferta pública de ações da Companhia, realizada em 8 de abril de 2021. Em 11 de maio de 2021, o Conselho de Administração aprovou, no âmbito da oferta pública restrita, o exercício parcial de opções de ações suplementares, emitindo 488.620 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, dentro do limite do seu capital autorizado, com o aumento do Capital Social em R$8.795. Em 29 de junho de 2021, o Conselho de Administração aprovou o aumento do Capital Social em R$13.279, com a consequente emissão de 800.676 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, em virtude do exercício de opções de compra de ações dos "Plano 2014 e 2018", detalhados na nota explicativa nº18. Os Planos preveem que o exercício de opções de compra de ações está condicionado à ocorrência de um evento de liquidez, o qual inclui a consumação de uma oferta pública de ações da Companhia, realizada em 8 de abril de 2021. Em 1 de setembro de 2021, o Conselho de Administração aprovou o aumento do Capital Social em R$23.283, com a consequente emissão de 1.429.697 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, em virtude do exercício de opções de compra de ações dos "Plano 2014 e 2018", detalhados na nota explicativa nº18. Em 1 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração aprovou o aumento do Capital Social em R$191, com a consequente emissão de 17.000 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, em virtude do exercício de opções de compra de ações do "Plano 2018", detalhados na nota explicativa nº18. Em 31 de dezembro de 2021, o capital social é de R$1.021.575 (R$786.418 em 31 de dezembro de 2020), totalmente integralizado, divididos em 93.220.582 ações), sendo todas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, estando dentro do limite de capital autorizado no estatuto da Companhia, distribuídos conforme abaixo:

	Ações	% ações
Brasil Investimentos 2015 I FIP Multiestratégia	44.505.772	47,7%
Brasil Investimentos 2015 II FIP Multiestratégia	16.899.086	18,1%
Administração	1.210.045	1,3%
Free Float (B3)	30.605.679	32,9%
Ricardo Radomysler	9.968.992	10,8%
Marcelo Radomysler	6.448.258	6,9%
Demais acionistas com percentual individual abaixo de 5%	14.188.429	15,2%
Total	93.220.582	100,0%

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social em até 100.000.000 novas ações ordinárias, onde 13.598.947 ações já foram emitidas, ficando 86.401.053 ações autorizadas a serem emitidas. O limite total de ações ordinárias é de 179.621.635, independentemente de reforma estatutária, na forma do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações. b) Reserva de lucros: A reserva de lucros está devidamente suportada pelo artigo 47 do Estatuto Social da Companhia. De acordo com o artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo da reserva de lucros está limitado ao capital social, devendo o excesso ser aplicado no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício ajustada na forma da lei, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Na forma da Lei, são consideradas subvenções para investimentos os incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo Estado do Espírito Santo (Compete) que beneficiam as operações da Companhia naquele Estado. Em consequência, o montante desse incentivo é registrado em conta de reserva específica, cujo saldo somente poderá ser utilizado para aumento de capital ou compensação de prejuízos, não podendo ser distribuídos ou repassados aos sócios ou acionistas. O CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamental orienta como os valores da subvenção governamental devem ser registrados. Em 31 de dezembro de 2021 a reserva de lucros somava R$513.652 (R$332.644 em 31 de dezembro de 2020). c) Dividendos e juros sobre capital próprio: O Estatuto da Companhia determina que do lucro líquido do exercício, após as deduções legais, terá 5% destinado para a constituição de reserva legal e o restante terá a destinação que lhe for determinada pela Assembleia Geral, assegurando aos acionistas o direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório de 25% referente ao exercício social. Os dividendos intermediários e juros sobre capital próprio são imputados ao dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 46 do Estatuto Social da Companhia. Os movimentos dos dividendos de 2021 e 2020 é como segue:

Controladora	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	**288.231**	167.645
Reserva legal	**(14.412)**	(8.382)
Reserva de incentivos fiscais	**(158.792)**	(132.443)
Base de cálculo para dividendos	**115.027**	26.820
Dividendos obrigatórios	**28.757**	6.705
Dividendos adicionais	**33.042**	–
Dividendos adicionais de anos anteriores	**45.424**	–
Dividendos totais	**107.223**	6.705

Em 11 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de pagamento de dividendos aos acionistas no valor de R$43.000, resultando na distribuição de R$10.986 em dividendos adicionais ao mínimo destacado em 31 de dezembro de 2020 e R$ 25.309 referente ao saldo de lucros retidos de 31 de dezembro de 2019. Em 10 de setembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de pagamento de proventos no total de R$43.213, distribuídos em R$31.423 como juros sobre capital próprio, R$2.661 como dividendos intercalares e R$9.129 referente ao lucro retido de 31 de dezembro de 2020. Em 13 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de pagamento de proventos no total de R$27.715, distribuídos como juros sobre capital próprio. Os dividendos mínimos obrigatórios foram imputados nos proventos pagos no exercício de 2021, pelo pagamento de dividendos de R$ 2.661 e dos juros sobre capital próprio de R$ 59.138. A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio da Companhia se deu, como segue:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	**6.705**	937
Dividendos distribuídos	**48.086**	6.705
Juros sobre capital próprio	**59.138**	–
Pagamentos	**(113.861)**	(937)
	68	6.705

18. Plano de opção de compra de ações – A Companhia possui três planos de opção de compra de ações com programas vigentes. Os Planos foram aprovados como segue: (i) Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Allied S.A. realizada em 29 de dezembro de 2014, posteriormente retificado em razão da incorporação da Allied S.A. pela Companhia, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 31 de março de 2016, com efeito retroativo desde 29 de dezembro de 2014 e aditado conforme Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 2 de março de 2017 ("SOP 2014"); (ii) Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 28 de setembro de 2018, posteriormente retificado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 13 de dezembro de 2019 ("SOP 2018"); e (iii) Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aos administradores, executivos e prestadores de serviço da Companhia e de suas controladas aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 5 de março de 2021 ("SOP 2021"). No âmbito dos Planos, cada opção dá ao participante do SOP 2014, SOP 2018 e SOP 2021, o direito de adquirir 1 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal da Companhia. Além disso, em ambos os casos, as opções tornam-se "*vesting*" (aquisição de direito) de acordo com os prazos de carência contratuais indicados resumidamente abaixo:

Plano SOP 2014			
1º Programa	**2º Programa**	**3º Programa**	**4º Programa**
• 20% após 12 ou 18 meses contados da data de outorga; • 20% após 24 ou 30 meses contados da data de outorga; • 20% após 36 ou 42 meses contados da data de outorga; • 20% após 48 ou 54 meses contados da data de outorga; e • 20% após 60 ou 66 meses contados da data de outorga.			

Plano SOP 2018			
Dividido em 2 tranches, cada uma de 50% do total das opções outorgadas, sendo que na 1ª o participante deve permanecer vinculado como administrador, executivo, empregado ou prestador de serviços da Companhia ou de suas controladas até o término dos prazos de carência abaixo especificados, nas seguintes proporções, e na 2ª, além da condição anterior, também deverá estar vinculado na ocorrência de um evento de liquidez. Cada uma das tranches se divide nas seguintes proporções:		Dividido em 3 tranches, sendo a 1ª de 100 opções e as demais, cada uma de 50% do saldo remanescente das opções outorgadas, sendo que na 2ª o participante deve permanecer vinculado como administrador, executivo, empregado ou prestador de serviços da Companhia ou de suas controladas até o término dos prazos de carência abaixo especificados, nas seguintes proporções, e na 3ª, além da condição anterior, também deverá estar vinculado na ocorrência de um evento de liquidez. Cada uma das tranches se divide nas seguintes proporções:	
1º Programa	**2º Programa**	**3º Programa**	**4º Programa**
1ª e 2ª Tranches (cada): • 30% em 31 de maio de 2019; • 30% em 31 de maio de 2020; • 25% em 31 de maio de 2021; • 10% em 31 de maio de 2022; e • 5% em 31 de maio de 2023.	1ª e 2ª Tranches (cada): • 30% no 1º aniversário; • 30% no 2º aniversário; • 25% no 3º aniversário; • 10% no 4º aniversário; e • 5% no 5º aniversário.	1ª Tranche: • 100 opções em 08/09/2020: 2ª e 3ª Tranches (cada): • 20% no 1º aniversário; • 20% no 2º aniversário; • 20% no 3º aniversário; • 20% no 4º aniversário; e • 20% no 5º aniversário.	1ª Tranche: • 100 opções em 01/09/2020: 2ª e 3ª Tranches (cada): • 20% no 1º aniversário; • 20% no 2º aniversário; • 20% no 3º aniversário; • 20% no 4º aniversário; e • 20% no 5º aniversário.

Plano SOP 2021
1º Programa
• 25% após 17/05/2023, com 12 meses de prazo para exercício após essa data; • 25% após 17/05/2024, com 12 meses de prazo para exercício após essa data; • 25% após 17/05/2025, com 12 meses de prazo para exercício após essa data; • 25% após 17/05/2026, com 12 meses de prazo para exercício após essa data.

Por fim, em ambos os Planos, o preço de exercício deve ser pago à vista pelo partici-

continua ...

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0A2B-1CA5-9009-3B5B.

... continuação

Allied Tecnologia S.A.

pante simultaneamente à formalização da subscrição ou aquisição, conforme o caso, da ação objeto da opção pelo participante. Movimentação de quantidade dos planos de opções de compra de ações:

Quantidade de opções *(em milhares)*

Plano SOP 2014	Inicial	Outorgadas	Aquisiçao de direitos	Realizadas	Canceladas	Final
2020	1.246	–	242	–	–	1.488
2021	1.488	–	208	(1.071)	(114)	511

Quantidade de opções *(em milhares)*

Plano SOP 2018	Inicial	Outorgadas	Aquisição de direitos	Realizadas	Canceladas	Final
2020	636	180	776	–	(63)	1.529
2021	1.529	–	703	(2.022)	(176)	34

Quantidade de opções *(em milhares)*

Plano SOP 2021	Inicial	Outorgadas	Aquisição de direitos	Realizadas	Canceladas	Final
2021	–	**3.593**	**(3.411)**	**–**	**(182)**	**–**

19. Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Venda de mercadorias	**8.333.501**	6.580.076	**8.453.567**	6.582.560
Receita de serviço	**69.468**	115.616	**77.914**	115.616
Devoluções, abatimentos, cancelamentos, e descontos	**(1.502.464)**	(943.691)	**(1.502.697)**	(943.714)
Impostos sobre vendas	**(1.289.202)**	(1.031.990)	**(1.290.251)**	(1.032.049)
Receita líquida das vendas	**5.611.303**	4.720.011	**5.738.533**	4.722.413

20. Custo dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Custo das mercadorias vendidas	**(5.328.686)**	(4.332.555)	**(5.444.443)**	(4.334.949)
Descontos obtidos de fornecedores	**544.835**	372.700	**544.835**	372.700
Despesa com pessoal	**(10.496)**	(7.488)	**(10.496)**	(7.488)
Depreciação e amortização	**(9.198)**	(6.631)	**(9.198)**	(6.631)
Armazenagens	**(7.830)**	(5.579)	**(7.903)**	(5.579)
Material de embalagem	**(2.329)**	(1.570)	**(2.329)**	(1.570)
Desconto com armazenagem (Covid-19)	**–**	7	**–**	7
Outros custos	**(1.173)**	(625)	**(1.176)**	(624)
	(4.814.877)	(3.981.741)	**(4.930.710)**	(3.984.134)

21. Despesas com vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesa com pessoal	**(124.400)**	(92.194)	**(124.545)**	(92.194)
Fretes e carretos	**(52.925)**	(55.821)	**(52.952)**	(55.775)
Comissões e representações	**(75.788)**	(63.294)	**(75.787)**	(63.252)
Despesas com marketing	**(16.840)**	(12.790)	**(16.867)**	(12.790)
Provisão para perdas de créditos esperadas	**(200)**	(32.994)	**(200)**	(32.994)
Perdas ou ganhos com créditos concedidos	**(4.713)**	(8.385)	**(19.476)**	(7.860)
Despesas com cobrança	**(2.243)**	(3.304)	**(2.243)**	(3.304)
Depreciação	**(43.048)**	(35.420)	**(43.048)**	(35.420)
Despesas com aluguel	**(4.778)**	(5.169)	**(4.778)**	(5.169)
Desconto com aluguéis (Covid-19)	**3.251**	7.802	**3.251**	7.802
Despesas com ocupação	**(17.643)**	(17.433)	**(17.643)**	(17.433)
Taxa administrativa de cartão	**(21.794)**	(18.260)	**(21.811)**	(18.260)
Outras despesas com vendas	**(4.040)**	(5.281)	**(4.221)**	(5.282)
	(365.161)	(342.543)	**(380.320)**	(341.931)

22. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesa com pessoal	**(66.428)**	(76.680)	**(66.675)**	(76.680)
Despesa com serviços de terceiros	**(40.205)**	(33.649)	**(43.712)**	(33.658)
Despesa com depreciação e amortização	**(16.245)**	(16.342)	**(17.625)**	(16.342)
Demandas judiciais	**(3.197)**	(155)	**(3.197)**	(155)
Gastos com ocupação	**(2.976)**	(4.217)	**(2.979)**	(4.217)
Outras despesas gerais e administrativas	**(7.956)**	(1.943)	**(9.181)**	(1.947)
	(137.007)	(132.986)	**(143.369)**	(132.999)

23. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Crédito extemporâneo – Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS – vide nota 7	**116.827**	–	**116.827**	–
Recuperação (despesas) com impostos PIS, COFINS e ICMS	**4.359**	(2.856)	**4.359**	(2.856)
Obrigações contratuais não efetivadas	**1.840**	13.362	**1.840**	13.362
Resultado de seguros sinistro	**419**	558	**419**	558
Consultores jurídicos	**–**	(5.132)		(5.132)
Resultado de baixa de imobilizado	**(3.067)**	(697)	**(3.067)**	(697)
Serviços compartilhados – partes relacionadas	**2.650**	1.005	**–**	–
Multas e infrações	**(3.453)**	222	**(3.453)**	222
Outras receitas (despesas) operacionais	**6.451**	1.579	**6.451**	1.579
	126.026	8.041	**123.376**	7.036

24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Juros e multas	**(78.918)**	(54.162)	**(78.922)**	(54.188)
Juros sobre debêntures	**(23.387)**	(19.727)	**(23.387)**	(19.727)
Variação monetária e cambial passiva	**(2.061)**	(167)	**(2.097)**	(167)
Juros de arrendamento	**(13.634)**	(12.672)	**(13.634)**	(12.672)
Outras despesas financeiras	**(4.560)**	(2.886)	**(5.335)**	(2.886)
Despesas financeiras	**(122.560)**	(89.614)	**(123.375)**	(89.640)
Receita de aplicações financeiras	**7.780**	7.619	**8.143**	7.619
Juros ativos (a)	**18.543**	2.196	**18.544**	2.196
Variação monetária e cambial ativa	**423**	966	**439**	966
Outras receitas financeiras	**591**	734	**598**	734
Receitas financeiras	**27.337**	11.515	**27.724**	11.515
Resultado financeiro	**(95.223)**	(78.099)	**(95.651)**	(78.125)

(a) Os saldos de 31 de dezembro de 2021 referem-se substancialmente a correção monetária do reconhecimento dos créditos extemporâneos sobre a Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, conforme nota explicativa 7.

25. Gestão de riscos financeiros – A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional. **25.1. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de suas controladas de clientes. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento. A Companhia possui uma carteira de clientes muito diversificada com baixo nível de concentração. As controladas estabelecem uma provisão para perda de créditos esperadas que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes (vide nota explicativa nº 5). O principal componente desta provisão para perda de créditos esperadas é específico e relacionado a riscos significativos individuais. Em 31 de dezembro de 2021, a exposição máxima referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e ao contas a receber está representada abaixo:

i) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	**1.166**	1.745	**1.166**	1.745
Bancos	**33.925**	26.407	**111.910**	40.315
Aplicações financeiras	**607.079**	338.360	**620.890**	340.254
	642.170	366.512	**733.966**	382.314

ii) Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber de clientes	**1.394.303**	1.439.683	**1.436.058**	1.441.791
	1.394.303	1.439.683	**1.436.058**	1.441.791

25.2. Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas possam encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez são de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Em 31 de dezembro de 2021 — **Controladora**

Operação	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	**1.880.998**	**–**	**–**	**–**	**1.880.998**
Arrendamento mercantil	**24.947**	**25.495**	**62.937**	**31.622**	**145.001**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**115.819**	**115.244**	**115.363**	**–**	**346.426**
Outros passivos	**11.029**	**6.584**	**–**	**–**	**17.613**
	2.032.793	**147.323**	**178.300**	**31.622**	**2.390.038**

Em 31 de dezembro de 2021 — **Consolidado**

Operação	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	**2.064.181**	**–**	**–**	**–**	**2.064.181**
Arrendamento mercantil	**24.947**	**25.495**	**62.937**	**31.622**	**145.001**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**165.234**	**115.244**	**115.363**	**–**	**395.841**
Outros passivos	**11.029**	**6.584**	**–**	**–**	**17.613**
	2.265.391	**147.323**	**178.300**	**31.622**	**2.622.636**

Tipicamente, a Companhia e suas controladas garantem que possuem caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. **25.3. Risco de mercado:** i) Risco da taxa de juros: Esse risco advém da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado. Com objetivo de reduzir os possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia e suas controladas adotam a política de manter seus recursos aplicados em instrumentos atrelados ao CDI. A Companhia historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco. ii) Risco de taxas de câmbio: Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia estava exposta ao risco da variação cambial do dólar norte americano (USD) frente ao Real (BRL). Essa exposição está relacionada a importação direta de produtos junto aos seus fornecedores estrangeiros e empréstimo concedido a controlada Kaaru. A Companhia gerencia os riscos de oscilação das taxas de câmbio com a finalidade de buscar proteção, se necessário, através de instrumentos de hedge. As perdas e os ganhos com as variações cambiais são reconhecidos no resultado. iii) Análise de sensibilidade: Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável, segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de doze meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável do cenário provável considerada, respectivamente (cenários possível e remoto). Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foram obtidas as projeções do CDI para avaliação dos impactos monetários no cenário provável. A partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% para a exposição aos ativos e passivos financeiros indexados à variação cambial do dólar norte-americano e do CDI, conforme a seguir:

Controladora

Operação	Indexador	Risco	Saldo em 31/12/2021	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	100% do CDI	Queda do CDI	**607.079**	655.645	643.504	631.362
Parte relacionada	USD	Apreciação do USD	**30.908**	33.380	32.762	32.144
Total			**637.987**	689.025	676.266	663.506
Ganho				51.038	38.279	25.519
Passivos financeiros						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	100% do CDI	Aumento do CDI	**346.426**	374.140	381.068	387.997
Fornecedores estrangeiros	USD	Apreciação do USD	**21.590**	20.658	25.822	30.986
Total			**368.016**	394.798	406.890	418.983
(Perda)				26.782	38.874	50.967

Consolidado

Operação	Indexador	Risco	Saldo em 31/12/2021	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras (Nota 4)	100% do CDI	Queda do CDI	**620.890**	670.561	658.143	645.725
Total				670.561	658.143	645.725
Ganho				49.671	37.253	24.835
Passivos financeiros						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	100% do CDI	Aumento do CDI	**395.841**	427.508	435.425	443.342
Fornecedores estrangeiros	USD	Apreciação do USD	**21.590**	20.658	25.822	30.986
Total			**417.431**	448.166	461.247	474.328
(Perda)				30.735	43.816	56.897

As fontes de informação para as taxas utilizadas acima foram obtidas no site do Banco Central do Brasil – BCB, no boletim *Focus,* no fechamento de 21 de janeiro de 2022, projetado para 2023. **25.4. Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas. **26. Seguros contratados:** A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta conforme demonstrado abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Responsabilidade civil para administradores	**40.000**	40.000
Responsabilidade civil para profissionais	**2.000**	2.000
Riscos operacionais	**47.000**	47.000
Seguro de crédito	**159.459**	159.459
Seguro patrimonial	**370.500**	370.500
Seguro garantia	**20.434**	17.512
	639.393	636.471

27. Lucro por ação – a) Lucro básico por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias conforme demonstrado abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**288.231**	167.645
Número total ponderado de ações	**93.220.582**	93.220.582
Lucro básico por ação (em reais)	**3,0919**	1,7984

b) Lucro diluído por ação: O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias com potencial de diluição. A Companhia possui Plano de opções de compra de ações com outorga potencial de 5.589.604 opções de ações e o potencial de diluição total deste é representado por 98.810.186 opções de ações, já incluída a outorga inicial.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**288.231**	167.645
Número total ponderado de ações e opções exercíveis	**98.810.186**	98.810.186
Lucro diluído por ação (em reais)	**2,9170**	1,6966

28. Eventos subsequentes – Em 4 de março de 2022, a Companhia divulgou ao mercado o prospecto preliminar da oferta pública de distribuição secundária de suas ações ordinárias ("Ações") e de titularidade exclusiva do Brasil Investimentos 2015 I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP I") e do Brasil Investimentos 2015 II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP II" e, em conjunto com o FIP I, "Acionistas Vendedores"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais disposições legais aplicáveis, sem esforços de colocação das ações no exterior ("Oferta"). A Oferta consistirá na distribuição pública secundária de, inicialmente, 381.679 ações, no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400. A Oferta foi realizada no dia 24 de março de 2022 e passaram a ser negociadas na B3 S.A. em 28 de março de 2022, com o objetivo de liberar a ampla negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação na B3, inclusive, por investidores de varejo e, dessa forma, a Companhia espera aumentar a liquidez e o volume de negociação das ações em bolsa, buscando capturar mais valor aos seus acionistas e ao mercado em geral. Na presente data, o Conselho de Administração recomenda a Assembleia Geral Ordinária a aprovação da distribuição de dividendos adicionais no valor de R$ 53.227 referente ao lucro líquido ajustado.

Silvio Stagni *– Presidente*

Luis Gustavo Ferraz Antunes *– Diretor Financeiro e de Relações com Investidores*

Ronaldo José Martins *– Contador – CRC SP 283.587/O-1*

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Allied Tecnologia S.A. São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Allied Tecnologia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase – Reapresentação dos valores correspondentes nas demonstrações dos fluxos de caixa:** Conforme mencionado na nota explicativa 2.2, em decorrência da mudança na política contábil de apresentação adotada pela Companhia em 31 de dezembro de 2021, os valores individuais e consolidados correspondentes das demonstrações dos fluxos de caixa referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Reconhecimento de receita:** O processo de reconhecimento de receita da Companhia e de suas controladas envolve um número elevado de controles com o objetivo de se assegurar de que todos os produtos faturados tenham sido entregues aos seus respectivos compradores dentro do período contábil adequado e que, portanto, as receitas de vendas foram reconhecidas dentro de seus períodos de competência corretos, conforme estabelecem as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS. Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria tendo em vista a relevância dos montantes envolvidos, a distribuição geográfica dos clientes da Companhia e a necessidade de manutenção de rotinas e controles internos para identificar e mensurar a receita de produtos faturados e não entregues, cujo registro poderia ser reconhecido na competência incorreta. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação dos controles internos chaves relacionados ao processo de venda, envio de cartas de confirmação externa para uma amostra de clientes e análise dos documentos de venda visando confirmar a data da entrega dos produtos para uma amostra das receitas reconhecidas ao longo do ano. Adicionalmente, efetuamos procedimentos analíticos considerando as expectativas obtidas com base em nosso conhecimento histórico da Companhia, além de tendências e sazonalidade da operação aplicáveis ao setor. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e utilizados no reconhecimento de receitas, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 5, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Recuperabilidade de ágio ("goodwill") gerado em combinações de negócios:** De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia é requerida a proceder anualmente um teste de recuperabilidade dos valores registrados como ativos intangíveis de vidas úteis indefinidas, incluindo o ágio por rentabilidade futura (*goodwill*). A Companhia apresenta, conforme nota explicativa nº 11, um saldo de ágio de R$618.580 mil no consolidado, representando aproximadamente 14% do total do ativo consolidado em 31 de dezembro de 2021. Esse item foi considerado como um principal assunto de nossa auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos intangíveis é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como, é baseando em diversas premissas tais como: determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia e suas controladas para vários anos futuros. Tais premissas poderão ser afetadas de forma relevante pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais ainda não podem ser estimados com precisão. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, utilização de profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia, em particular relacionadas às estimativas de vendas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa descontados, margem de lucro de todas as Unidade Geradora de Caixa (UGC). Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas-chave mais sensíveis utilizadas nos cálculos do teste de recuperabilidade do goodwill, incluídas nas notas explicativas às demonstrações contábeis. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas relacionados ao teste de valor recuperável do ágio, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 11, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações

continua ...

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0A2B-1CA5-9009-3B5B.

Publicidade Legal

... continuação

Allied Tecnologia S.A.

estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião da auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de março de 2022.

Ernst & Young
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 034.519/O-6

Douglas Travaglia Lopes Ferreira
Contador
CRC 1SP 218.313/O-4

MP que reduz taxa de fiscalização de AAIs deve ser sancionada sem vetos na sexta

A Medida Provisória que reduzirá a taxa cobrada dos agentes autônomos de investimento (AAI) e altera o nome da categoria para "assessor de investimentos" deve ser sancionada na sexta-feira, 1º de abril, e sem vetos, segundo a direção da Associação Brasileira de Agentes Autônomos de Investimentos (Abaai).

A MP 1072/21, aprovada no Senado no último dia 8, reduz as taxas pagas para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 80% para os profissionais pessoas físicas e 50% para os escritórios.

Diego Ramiro, presidente da Abaai, comenta que a diminuição da taxa é a queda de uma barreira de entrada para a profissão. "A mudança da denominação também é um marco para nós enquanto profissionais", diz.

Segundo Ramiro, a alteração facilitaria a identificação desses profissionais, que fazem a intermediação entre investidores e corretoras de valores.

A associação estima que os profissionais devem economizar quase R$ 30 milhões por ano em pagamento de taxas. A categoria reúne cerca de 14 mil agentes autônomos pessoas físicas e 1.183 empresas de agentes autônomos.

As novas regras da CVM para os AAIs é outra novidade que deve surgir em breve, avalia Ramiro. A expectativa é que a nova resolução seja publicada neste semestre. É esperado que o texto traga o fim da exclusividade obrigatória entre assessores e corretoras de valores, além da permissão para que os escritórios se tornem sociedades empresariais. Na prática, isto tornará possível a entrada de sócios investidores.

Isto é Dinheiro

Ellan S/A

CNPJ/ME nº 04.345.304/0001-41 – NIRE 35.300.436.784

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 21 de março de 2022

Data, Hora e Local: Aos 21(vinte e um) dias do mês de Março de 2022, às 15 horas, na sede social, situada na Rodovia SP 115/280, (Boituva/Iperó) Acesso José Sartorelli, Km 3,2 no Município de Boituva-SP. **Composição da Mesa**: Stefan Roberto Stegmann, Presidente; Marcelo Lopes Cardoso, Secretário. **Convocação:** Dispensada a Publicação da convocação, conforme o dispositivo no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Ordem do Dia:** a) Examinar e votar as demonstrações financeiras relativas ao Exercício Financeiro do ano de 2.021, b) Examinar e votar a proposta de destinação do resultado, c) aprovar o balanço anual e d) Eleição da Diretoria. **Deliberações:** Apresentada a ordem do dia, foi efetuada a leitura do relatório da Diretoria, do Balanço Patrimonial publicado no dia 15 de Março no jornal Data Mercantil, pagina 06, nas versões digital e impresso. Em seguida a Assembleia discutiu, examinou e aprovou por unanimidade as contas do exercício financeiro de 2021 e as demonstrações financeiras. Deliberou ainda, que o resultado líquido remanescente deverá ser contabilizado em conta de Reserva de Lucros a Realizar. Aprovou a eleição do sr. **José Roberto Cinto**, brasileiro, solteiro, portador do R.G 27.067.783-5 SSP/SP e do CPF 295.388.728-86 residente e domiciliado a Rua Guilherme Sonsim Calegare, 37- Condomínio Flora Vile, Boituva-SP, CEP 18550-000, ocupando o cargo de **Diretor Comercial** e o sr. **Stefan Roberto Stegmann**, brasileiro, empresário, casado, portador do RG 9.376.809-6 SSP/SP e do CPF 050.348.618-36, residente e domiciliado a Alameda Dijon, 123, Condomínio Saint Claire, Centro, Boituva-SP, CEP 18550-000, ocupando o cargo de **Diretor Presidente**, para o biênio de 2022 e 2023, iniciando-se na presente data e terminando na data em que for realizada a Assembleia Geral Ordinária, que aprovar as contas do exercício de 2023, ou seja até 30 de abril de 2024. Os Diretores declaram, sob as penas da lei, expressamente que não se acham impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, nos termos do art. 1.011, 1º, da Lei 10.406/2002, bem como, não se acham incursos na proibição de arquivamento previsto na Lei nº 8.934/94. Estando os eleitos presentes, foram empossados de imediato, passando a partir desta data exercer os poderes e responsabilidades determinada pelo Estatuto Social. Os termos de posse e a declaração de desimpedimento estão arquivados na sede da companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, procedendo à lavratura da presente ATA que, após lida e aprovada, foi assinada por todos. **Assinaturas:** Presidente da mesa, Stefan Roberto Stegmann; Secretário Marcelo Lopes Cardoso; **Acionistas:** Stefan Roberto Stegmann, Christianne Barbosa Stegmann; Juraci Joel Nardini, José Roberto Cinto; Marcelo Lopes Cardoso; Kris Hola e Oliver Frank Gosemann. A presente ATA é cópia fiel da lavrada em livro próprio. Stefan Roberto Stegmann – Presidente; Marcelo Lopes Cardoso – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 160.657/22-2 em 28/03/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

OTP S.A.

CNPJ/MF nº 12.251.483/0001-86 - NIRE 35.300.38154-8 – ("Companhia")

Comunicado - Assembleia Geral Ordinária

Nos termos do Artigo 133 da Lei 6.404 (Lei das S.A.) e em atenção à Assembleia Geral Ordinária agendada para o dia 26 de abril de 2022 às 10hs00, a ser realizada de forma virtual, os Administradores da OTP S.A, vem, por meio do presente, comunicar que, em relação ao exercício findo em 31.12.2021, se acham à disposição dos acionistas, na sede da Companhia: i) o relatório da administração referente às demonstrações contábeis; ii) as demonstrações contábeis da OTP S.A. individuais e consolidadas; e iii) o relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis. São Paulo, 26 de março de 2022.

Felipe Montoro Jens – Diretor Presidente e **Adriano Lima Ferreira** – Diretor

G30 Participações S.A.

CNPJ/MF nº12.822.076/0001-81 - NIRE 35300386191

Edital de Covocação Nº 01/2022

O Conselho de Administração da **G30 Participações S.A**. convoca os acionistas para a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se na sede da empresa, Estrada da Boiada, nº 478, Sobreloja, Bairro Jardim América, Cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo, CEP 13280-000, no **dia 28 de abril de 2022**, às 09h00 horas, em primeira convocação, com quórum que represente a maioria do capital votante da Companhia, ou em última convocação às 09h30, com o quórum que estiver presente, a fim de discutirem e deliberarem sobre as seguintes matérias: I) Aprovação do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Financeiras da Sociedade, referentes ao Exercício Social encerrado em 31.12.2021; II) Eleição dos membros e composição dos Conselhos Fiscal e de Administração da Companhia; III) Outros assuntos de interesse da Companhia. Vinhedo/SP, 18 de março de 2022. **Luiz Carlos da Cunha Colombo - Presidente.**

Bolsas de NY fecham em alta, com sinais positivos de diálogo Rússia-Ucrânia em foco

Os mercados acionários de Nova York fecharam em alta, nesta terça-feira. O apetite por risco foi apoiado por notícias vistas como positivas nas negociações entre a Ucrânia e a Rússia, embora o governo dos Estados Unidos tenha continuado a expressar ceticismo sobre a postura de Moscou.

O índice Dow Jones fechou em alta de 0,97%, em 35.294,19 pontos, o S&P 500 subiu 1,23%, para 4.631,60 pontos, e o Nasdaq avançou 1,84%, a 14.619,64 pontos.

O quadro nas bolsas americanas já era positivo no início do dia, após a Rússia prometer reduzir "fundamentalmente" as operações militares nos arredores de Kiev e também de Chernigov, no norte ucraniano. Houve relatos de retiradas de alguns soldados da área, porém mais adiante a Casa Branca e o Pentágono falaram que o movimento seria em princípio mais um reagrupamento, não uma retirada.

Isto é Dinheiro

Ibovespa sobe 1,07%, aos 120 mil pontos, maior nível desde 27 de agosto

Sinais de avanço nas negociações entre Rússia e Ucrânia em direção a um cessar-fogo despertaram o apetite por risco desde o exterior, recolocando o Ibovespa aos 120 mil pontos pela primeira vez desde o fim de agosto. A referência da B3 fechou em alta de 1,07%, aos 120.014,17 pontos, maior nível desde o encerramento de 27 de agosto (120.677,60), nesta terça-feira entre mínima de 118.739,60, da abertura, e máxima de 120.900,02, o maior nível intradia desde 16 de agosto (121.191,45 pontos). Nesta terça-feira, o giro financeiro ficou em R$ 36,0 bilhões. Na semana, o Ibovespa avança 0,78% e, no mês, 6,07%, faltando duas sessões para o encerramento de março. No ano, o ganho acumulado chega agora a 14,49%.

As indicações de que as partes beligerantes estejam mais próximas de agenda mínima para um diálogo sobre a suspensão das hostilidades tiraram pressão do petróleo, que estendeu correção nesta terça-feira. A expectativa de que "Moscou pode diminuir as demandas para um cessar-fogo contribuiu para o bom desempenho da maioria das bolsas", aponta em nota a Nova Futura Investimentos, especialmente na Europa, onde os ganhos nesta terça-feira chegaram a 2,79% (Frankfurt) e 3,08% (Paris). Em Nova York, destaque para o Nasdaq, em alta de 1,84% no fechamento.

Com a relativa distensão no Leste Europeu, a referência global de petróleo, o Brent, fechou em baixa de 1,63%, a US$ 107,71 por barril, em Londres, enquanto em Nova York a referência americana, o WTI, cedeu 1,62%, a US$ 104,24 por barril. Ainda assim, e mesmo com a nova queda de presidente da Petrobras por disputa com o governo sobre os preços dos combustíveis, os papéis ON e PN da estatal avançaram, respectivamente, 1,23% e 2,22% na sessão, negativa para Vale ON (-0,86%) e para a siderurgia, com Gerdau PN (-2,02%) puxando a ponta negativa do Ibovespa, junto com Bradespar (-2,14%) e Cyrela (-2,91%).

"O nome de Adriano Pires foi bem recebido pelo mercado, é alguém do setor de petróleo e gás, com conhecimento técnico e respeitado na área.

Isto é Dinheiro

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0A2B-1CA5-9009-3B5B.

Publicidade Legal

KPR Investimentos S/A

CNPJ/ME nº 23.361.939/0001-87

Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2021

	2021	2020
Ativo	**113.371,79D**	**675.037,48D**
Ativo circulante	**73.262,60D**	**657.703,16D**
Ativo disponível	12.266,12D	493.260,96D
Caixa e disponibilidades de caixa	7,30D	82,92D
Caixa geral	7,30D	45,30D
Bancos conta corrente	–	37,62D
Aplicações financeiras	12.258,82D	493.178,04D
Aplicações financeiras	12.258,82D	493.178,04D
Impostos a recuperar/compensar	5.808,02D	2.722,12D
Impostos e contribuições recuperáveis	5.808,02D	2.722,12D
Impostos compensáveis	5.808,02D	2.722,12D
Clientes e créditos a receber	55.188,46D	161.720,08D
Clientes a receber	55.188,46D	161.720,08D
Clientes/duplicatas a receber	55.188,46D	161.720,08D
Ativo não circulante	**40.109,19D**	**17.334,32D**
Permanente	40.109,19D	17.334,32D
Ativo imobilizado	40.109,19D	17.334,32D
Bens e direitos	113.481,55D	82.945,89D
(-) Depreciações acumuladas	**73.372,36C**	**65.611,57C**

	2021	2020
Passivo	**113.371,79C**	**675.037,48C**
Passivo circulante	**102.049,49C**	**86.523,45C**
Passivo circulante a pagar	69.108,47C	60.436,74C
Encargos sociais e impostos	37.045,78C	43.183,21C
Encargos sociais a recolher	15.185,91C	12.910,39C
Impostos a recolher	21.859,87C	30.272,82C
Salários e outras obrigações diversas	22.014,55C	576,00C
Obrigações diversas	22.014,55C	576,00C
Provisões	10.048,14C	16.677,53C
Provisões das apropriação trabalhistas	10.048,14C	16.677,53C
Outras obrigações	23.863,08C	20.550,41C
Fornecedores gerais	23.863,08C	20.550,41C
Fornecedores	23.863,08C	20.550,41C
Outras obrigações operacionais	9.077,94C	5.536,30C
Aplicações financeiras a apropriar	9.077,94C	5.536,30C
Aplicações financeiras a apropriar	9.077,94C	5.536,30C
Patrimônio líquido	11.322,30C	588.514,03C
Capital social	3.245.046,00C	3.245.045,00C
Capital social subscrito – nacional	3.245.046,00C	3.245.045,00C
Capital social	3.245.046,00C	3.245.045,00C
Reservas	174.940,00C	174.940,00C
Reservas de capital	174.940,00C	174.940,00C
Reservas de capital	174.940,00C	174.940,00C
Lucros e prejuizos	3.408.663,70D	2.831.470,97D
Lucros e prejuizos	3.408.663,70D	2.831.470,97D
Lucros e (-) prejuizos acumulados	**3.408.663,70D**	**2.831.470,97D**

Demonstração do Resultado do exercício em 31/12/2021

	2021	2020
Receita bruta	**880.260,18**	**1.176.417,45**
Deduções	(81.780,31)	(108.818,62)
Receita líquida	798.479,87	1.067.598,83
Lucro bruto	798.479,87	1.067.598,83
Despesas operacionais	(1.378.170,47)	(1.082.434,42)
Despesas com pessoal	(830.825,99)	(569.773,05)
Despesas administrativas	(542.694,30)	(524.774,81)
Despesas tributárias	(13.267,31)	(13.403,43)
Despesas financeiras	**(444,92)**	**(1.556,62)**
Receitas financeiras	9.062,05	27.073,49
Outras receitas operacionais	2.497,87	3.288,31

	2021	2020
Resultado operacional	(577.192,73)	(11.547,28)
Participações nos resultados	–	(6.675,00)
Resultado antes do IR e CSL	(577.192,73)	(18.222,28)
Provisões para IR e CSL	–	(79.380,91)
Prejuízo do exercício	**(577.192,73)**	**(97.603,19)**

Nota Explicativa

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2021 totalizando no Ativo e Passivo: R$ 113.371,79. Em cumprimento ao que determina o parágrafo 2º, do artigo 1184, do Código Civil Brasileiro (Lei 10406, de 10/01/2002), assinamos o presente Termo de Responsabilidade relativo à fidelidade e à realidade dos saldos das contas dos Balanços aqui lavrados, consoante às exigências do artigo 1188 do mesmo Código. Os registros do exercício foram realizados com base na documentação competente repassada pela Sociedade ao profissional encarregado da escrita contábil, este na qualidade de preposto dos sócios da Sociedade, assim como os inventários físicos dos elementos patrimoniais e as pertinentes avaliações foram efetuados sob a direta responsabilidade do empresário signatário deste termo.

Paulo Aristakessian – Diretor
Renilson Rodrigues de Souza – Contador CRC-SP nº 1SP 179.829/0-5

Petróleo fecha em queda, de olho na Ucrânia e alta da covid-19 na China

Os contratos futuros do petróleo fecharam em baixa nesta terça-feira, 29, estendendo as perdas da segunda-feira. No radar das mesas de operação, estão as negociações entre Rússia e Ucrânia e a desescalada militar russa em Kiev. Paralelamente, o impacto da alta de casos da covid-19 na China sobre a demanda pelo óleo preocupa investidores.

Na New York Mercantile Exchange (Nymex), o petróleo WTI com entrega prevista para maio caiu 1,62% (US$ 1,72), a US$ 104,24 o barril. Já o Brent para mês seguinte recuou 1,63% (US$ 1,78), a US$ 107,71 o barril, na Intercontinental Exchange (ICE).

As negociações entre Rússia e Ucrânia nesta terça, na Turquia, foram encerradas sem cessar-fogo. Ainda assim, autoridades russas decidiram pela desescalada militar em Kiev. Altos funcionários do governo americano disseram identificar a retirada das tropas do presidente Vladimir Putin da capital ucraniana, informou a CNN. No entanto, o secretário do Estado norte-americano, Anthony Blinken, disse não ver sinais efetivos de disposição da Rússia nas negociações, enquanto líderes do Ocidente se mostram "determinados" a ampliar as sanções contra Moscou, segundo comunicado da Casa Branca.

Analista da Oanda, Edward Moya diz que os operadores do setor de energia estão rapidamente abandonando as previsões de US$ 200 por barril de petróleo, à medida que os estoques da commodity não estão caindo tão rápido quanto alguns esperavam. O mercado de petróleo deve continuar apertado por algum tempo nos EUA, diz Moya, enquanto a produção da Rússia deve cair dada a pressão pelas sanções impostas.

"O petróleo bruto WTI pode estar prestes a ser negociado em torno do nível de US$ 100, mas se as negociações Rússia-Ucrânia piorarem, o petróleo poderá voltar à alta da semana passada", afirma o economista.

Quanto à Ásia, é o lockdown em Xangai que ocupa os holofotes. A preocupação com a demanda chinesa por petróleo segue no radar. O Comemrzbank aponta que uma consultora local diz que, em algumas regiões, a demanda por gasolina já estava entre 70% e 80% abaixo do nível pré-surto de covid-19. "De acordo com dados oficiais, Xangai conta com quase 4% de toda a demanda por petróleo da China", destaca o banco alemão.

Ainda assim, para além das dinâmicas de curto prazo, o Julius Baer diz estar confiante de que os preços do óleo seguirão o padrão em crises geopolíticas, com movimentos de altas acentuadas seguidas por baixas nos preços mais tarde neste ano.

Isto é Dinheiro

Bradespar tem lucro líquido recorde de R$ 8,1 bilhões em 2021

A companhia de investimentos Bradespar (BRAP3, BRAP4, XBRPO, XBRPP) apresentou lucro líquido de R$ 8,1 bilhões em 2021, número 450,7% superior ao ano anterior. É o melhor desempenho da história da companhia e reflexo dos resultados de sua principal investida, a Vale.

A Bradespar tem sua receita operacional originada do resultado de equivalência patrimonial e juros sobre o capital próprio da Vale, que registrou EBITDA ajustado de R$ 168,1 bilhões, 82,2% acima de 2020.

Já o lucro líquido da Vale foi de R$ 121,2 bilhões em 2021, um aumento de 354% em relação ao ano anterior, e a receita operacional recorde foi de R$ 8,1 bilhões, com crescimento de R$ 6,6 bilhões em relação ao acumulado dos 12 meses do ano anterior.

Segundo a companhia, o número é resultado, principalmente, da geração de caixa impulsionada por melhorias nos preços dos produtos comercializados, especialmente de minerais ferrosos e cobre.

O resultado financeiro da Bradespar atingiu o valor positivo de R$ 62 milhões, decorrente, principalmente, de aplicações financeiras e de remuneração sobre impostos a recuperar. A companhia ainda liquidou todo o endividamento financeiro em exercícios anteriores em 2021.

A remuneração aos acionistas atingiu seu recorde: US$ 23,0 bilhões em 2021, além de US$ 3,5 bilhões aprovados em fevereiro de 2022, cujo pagamento foi realizado em março deste ano. No ano, a Bradespar destinou aos seus acionistas dividendos e juros sobre capital próprio no valor de R$ 4,1 bilhões, o maior volume anual já pago pela companhia.

Isto é Dinheiro

Em sessão instável, dólar fecha em baixa de 0,31% em sintonia com exterior

Após uma tarde instável, com troca de sinais, o dólar à vista encerrou a sessão desta terça-feira, 29, em leve baixa, na casa de R$ 5,75. Analistas identificaram forças opostas na formação da taxa de câmbio no mercado doméstico. A queda da moeda norte-americana no exterior em dia de apetite ao risco, na esteira de sinais de avanço nas negociações de paz entre Rússia e Ucrânia, jogavam o dólar para baixo por aqui. Na contramão, a perda de fôlego das commodities, aliada a movimentos de rebalanceamento e realização de lucros típicos de fim de mês, limitavam o fôlego do real.

Em meio a esse jogo de forças, o dólar acabou encerrando o dia cotado a R$ 4,7578, em baixa de 0,31%. No mês, perde 7,72%. A divisa fechou em queda em nove dos últimos dez pregões, saindo do patamar de R$ 5,15 para operar abaixo de R$ 4,80. Para se ter uma ideia da magnitude do ajuste da taxa de câmbio, as perdas em março respondem por cerca de metade da queda acumulada em 2022 (14,67%).

"O real tem sido visto como um porto seguro, por conta da narrativa das commodities, mas elas estão caindo hoje com essas notícias positivas sobre as negociações para terminar a guerra", afirma o CIO da Alphatree Capital, Rodrigo Jolig. "Pode haver também um rebalanceamento de fundos estrangeiros no fim do mês, com tomada de lucros, já que o real foi a moeda que mais se valorizou. Eles reduzem as posições um pouco agora e voltam para o jogo depois".

Autoridades russas e ucranianas deram acenos de que as negociações de paz progrediram em encontro em Istambul, na Turquia. Ucrânia teria concordado em assumir uma postura neutra no jogo geopolítico, comprometendo-se a não admitir bases militares estrangeiros em seu território. Representante russo disse que as conversas foram "construtivas" e informou que o país estava reduzindo atividades militares nos arredores de Kiev, a capital ucraniana. Pela tarde, a Casa Branca disse não acreditar em mudança de estratégia por parte da Rússia, que, em vez de retirar forças da Ucrânia, estaria apenas reagrupando tropas.

No exterior, o dólar perdeu força em relação a praticamente todas as divisas de países emergentes, com queda de cerca de 1% frente a pares do real como o peso mexicano e o rand sul-africano. O índice DXY – que mede o desempenho do dólar frente a seis divisas fortes – trabalhou com sinal negativo ao longo do dia, abaixo do patamar de 98,500 pontos.

Por aqui, depois de furar as barreiras de R$ 4,80 e R$ 4,75, o dólar agora busca uma acomodação e parece sem espaço para se situar abaixo de R$ 4,70 no curto prazo, dizem operadores. Na mínima do dia, registrada no início da sessão, a divisa desceu até R$ 4,7177. A máxima, no meio da tarde, foi de R$ 4,7848.

Isto é Dinheiro

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0A2B-1CA5-9009-3B5B.

Publicidade Legal

Construtora Anastacio S.A.

CNPJ 43.438.001/0001-25–NIRE 35300483618

Demonstrações Financeiras dos exercícios findos de 31/12/2021 e 31/12/2020–(Em Reais)

Balanço Patrimonial

Ativo	31/12/2021	31/12/2020
Ativo	**16.319.706,85 D**	**15.784.868,27 D**
Ativo Circulante	**7.834.487,32 D**	**7.573.860,90 D**
Disponibilidades	6.156.823,45 D	6.327.203,59 D
Bens Numerarios	383,77 D	383,77 D
Bancos	1.400.291,71 D	922.999,92 D
Aplicações Financeiras	4.756.147,97 D	5.403.819,90 D
Realizavel a Curto Prazo	1.677.663,87 D	1.246.657,31 D
Clientes	1.255.614,00 D	918.750,12 D
Outros Creditos	159.941,78 D	104.517,00 D
Impostos Retidos	248.167,16 D	211.842,90 D
Impostos a Recuperar	13.940,93 D	11.547,29 D
Realizavel a Longo Prazo	346.656,73 D	346.656,73 D
Valores a Recuperar A Longo Prazo	346.656,73 D	346.656,73 D
Depositos e Cauções	34.656,73 D	34.656,73 D
Creditos e Valores	312.000,00 D	312.000,00 D
Ativo Permanente	8.138.562,80 D	7.864.350,64 D
Investimentos	4.719.205,07 D	4.719.205,07 D
Outros Investimentos	4.719.205,07 D	4.719.205,07 D
Ativo Imobilizado	3.419.357,73 D	3.145.145,57 D
Equipamentos	1.844.078,94 D	1.844.078,94 D
Maquinas e Veiculos	13.610.454,78 D	12.499.454,78 D
Informatica	92.925,17 D	92.925,17 D
Moveis e Utensilios	63.941,40 D	63.941,40 D
Depreciação Acumulada Equipamentos	1.225.196,49 C	1.217.601,02 C
Depreciação Acumulada Maquinas e Veiculo	10.814.313,25 C	9.989.532,08 C
Depreciação Acumulada de Informatica	85.757,71 C	84.180,22 C
Depreciação Acumulada Moveis e Utensilio	66.775,11 C	63.941,40 C
Total do Ativo	**16.319.706,85 D**	**15.784.868,27 D**
Passivo	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Passivo	**16.319.706,85 C**	**15.784.868,27 C**
Passivo Circulante	2.473.074,12 C	2.269.054,90 C
Exigivel A Curto Prazo	2.473.074,12 C	2.269.054,90 C
Fornecedores	22.156,26 C	17.111,09 C
Fornecedores Analiticamente	340.094,20 C	364.119,54 C
Obrigações Tributarias–Federais	1.181.086,15 C	1.076.479,54 C
C.S.L.L–A Pagar	300.768,19 C	273.336,48 C
COFINS–a Pagar	126.608,33 C	104.813,78 C
I.R.P.J–A Pagar	724.891,46 C	658.331,65 C
P.I.S–A Pagar	27.431,80 C	22.709,65 C
INSS Retido S/Serv. Tomados	892,76 C	16.809,21 C
PIS/COFINS/CSLL Retidos S/Serv. Tomados	493,61 C	478,77 C
Obrigações Tributarias–Municipais	211.884,98 C	175.538,98 C
I.S.S–A Pagar	211.013,91 C	174.689,65 C
I.S.S–A Pagar Sob Nf Serviços Tomados	871,07 C	849,33 C
Obrigações Sociais	361.077,38 C	320.220,51 C
Férias–A Pagar	11.642,99 C	0,00
Indenizações Trabalhistas–A Pagar	15.015,14 C	0,00 Pensão
Alimenticia–A Pagar	5.155,25 C	3.035,51 C
Retirada De Pro-Labore–A Pagar	1.958,00 C	1.860,00 C
Salário Funcionarios–A Pagar	327.306,00 C	315.325,00 C
Obrigações Tributarias–Sociais	204.687,00 C	260.099,03 C
F.G.T.S Sob Salario–A Pagar	56.292,87 C	55.009,15 C
I.N.S.S Sob Salário–A Pagar	139.939,88 C	196.242,28 C
I.R.R.F Funcionarios–A Pagar	7.875,48 C	8.732,90 C
Contribuição Sindical Empregados	471,10 C	0,00
I.R.R.F Sob Serviços Tomados	107,67 C	114,70 C
Provisoes	152.088,15 C	55.486,21 C
Provisão–13º Salario	38.931,96 C	0,00
Provisão–Férias	113.156,19 C	55.486,21 C
Pasivo Exigivel A Longo Prazo	802.294,52 C	1.079.741,62 C
Valores Exigiveis A Longo Prazo	802.294,52 C	1.079.741,62 C
Parcelamentos	802.294,52 C	1.079.741,62 C
Parcelamento–IRPJ	411.670,20 C	554.032,77 C
Parcelamento–CSLL	390.624,32 C	525.708,85 C
Patrimonio Liquido	**13.044.338,21 C**	**12.436.071,75 C**
Capital Proprio	3.000.000,00 C	3.000.000,00 C
Capital Social Integralizado	3.000.000,00 C	3.000.000,00 C
Capital Subscrito	3.000.000,00 C	3.000.000,00 C
Reservas	10.044.338,21 C	9.436.071,75 C
Lucros Ou Prejuizos Acumulados	19.329.017,97 C	29.701.949,47 C
Adiantamento De Lucro Aos Socios	5.284.679,76 D	10.665.877,72 D
Socio–Idalgo Elias Santos	2.713.479,17 D	5.420.953,21 D
Socia–Joana Dinorah Santos	2.571.200,59 D	5.244.924,51 D
Adiantamento De Lucro Aos Usufrutuários	4.000.000,00 D	9.600.000,00 D
Sócio–Hidalgo Vicente Santos	2.000.000,00 D	4.800.000,00 D
Sócio–Angelo Elias Santos	2.000.000,00 D	4.800.000,00 D
Total do Passivo e Patrimônio...	**16.319.706,85 C**	**15.784.868,27 C**

Reconhecemos a Exatidão do Presente Balanço Encerrado em 31 de Dezembro de 2021 Conforme Documentação Apresentada.

Demonstração do Resultado do Exercício

Receitas	31/12/2021	31/12/2020
Receitas		
Receita Operacional Bruta		
Receita Mercado Interno	41.896.315,11 C	46.143.794,61 C
A Prazo		
Receita Mercado Interno	41.896.315,11 C	46.143.794,61 C
Deduções Das Receitas		
Deduções e Abatimentos Dos Serviços	8.176.827,03	9.160.677,34 D
Deduções e Abatimentos		
Deduções e Abatimentos Dos Serviços	8.176.827,03 D	9.160.677,34 D
Total de Receitas	**33.719.488,08 C**	**36.983.117,27 C**
(=) Receita Líquida	**33.719.488,08 C**	**36.983.117,27 C**
Custos	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Custos		
Custos Tecnicos		
Custo dos Serviços Prestados	749,00 D	0,00
Custo das Compras	13.353,65 C	25.147,02 C
Deduções E Abatimentos das Compras	81,90 D	0,00
Fretes e Carretos	2.058.491,48 D	1.915.115,88 D
Locação de Equipamentos	2.781.036,98 D	2.804.588,29 D
Mão-De-Obra De Terceiros		
Custo Dos Serviços Prestados	4.827.005,71 D	4.694.557,15 D
Total de Custos	**4.827.005,71 D**	**4.694.557,15 D**
(=) Lucro Bruto	**28.892.482,37 C**	**32.288.560,12 C**

Despesas	31/12/2021	31/12/2020
Despesas		
Despesas Operacionais		
Despesas Operacionais	7.958.173,11 D	7.680.347,18 D
Despesas Comerciais / Administrativas	185.673,71 D	1.520.560,12 D
Despesas Tributarias–Federais	49.193,42 D	71.385,58 D
Despesas Tributarias–Municipais	7.058.684,48 D	7.849.904,88 D
Despesas Sociais	2.943.597,55 D	3.188.039,32 D
Despesas Tributarias–Sociais	13.754,95 D	15.992,45 D
Despesas Financeiras	845.787,84 D	886.750,00 D
Depreciação	55.328,91 C	508.439,99 C
Receitas Nao Operacionais		
Despesas Operacionais	18.999.536,15 D	20.704.539,54 D
Total De Despesas	**18.999.536,15 D**	**20.704.539,54 D**
(=) Lucro Operacional	**9.892.946,22 C**	**11.584.020,58 C**
Resultado Financeiro:		
Outras Receitas/Despesas:		
(=) Lucro Antes Dos Impostos, Particip. E...	**9.892.946,22 C**	**11.584.020,58 C**
Provisão de Impostos:		
Participações e Contribuições:		
(=) Total do Lucro do Período:	**9.892.946,22 C**	**11.584.020,58 C**

Reconhecemos a exatidão da presente demonstração encerrada em 31 de Dezembro de 2021 conforme documentação apresentada.

Demonstracao Das Mutacoes do Patrimonio Liquido

Títulos	Capital Realizado Atualizado: Capital Subscrito	Capital Realizado Atualizado: A Realizar	Reserva de Capital: Agio da Subscrição	Reserva de Capital: Ações em Tesouraria	Reserva de Capital: Subvenção p/ Investimento	Reservas de Revaliação: De Ativos Próprios	Reservas de Revaliação: De Ativos Controlados	Reserva de Lucros: Detalhes no Quadro Baixo	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2020	**3.000.000,00**								**9.436.071,75**	**12.436.071,75**
Ajustes de Exercícios Anteriores										
mudança de critério Contabil (N.E.)										
Imposto de Renda										
Aumanto de capital AGE										
Aquisição de Ações proprias com reserva de Agio na Subscrição										
Subvenção, incentivos fiscais, IR										
Reversao e transferencia de reservas										
Lucro Liquido do Exercicio									9.892.946,22	9.892.946,22
Destinacao de Lucro Liquido										
Reservas										
Dividendos									(9.284.679,76)	(9.284.679,76)
Saldos em 31/12/2021	**3.000.000,00**								**10.044.338,21**	**13.044.338,21**

Titulo	Legal	Estatutária	Lucros a Realziar	Retenções p/ Expansão	Soma
Saldos em 31/12/2020	**9.436.071,75**				9.436.071,75
Reservasão para Lucros Acumulados			9.892.946,22		9.892.946,22
Destinação de Parte do Lucro Líquido	(9.284.679,76)				(9.284.679,76)
Saldos em 31/12/2021	**151.391,99**		**9.892.946,22**		**10.044.338,21**

Demonstração do Fluxo de Caixa–Método Direto

1–Das Atividades Operacionais		
A) Recebimento De Clientes:		
(+) Saldo Final De Clientes (Ano Anterior)	918.750,12	0,00
(+) Vendas (Ano Atual)	41.896.315,11	46.143.794,61
(-) Saldo Final De Clientes (Ano Atual)	1.255.614,00	918.750,12
(=) Total de Recebimento de Clientes	**41.559.451,23**	**45.225.044,49**
B) Pagamento de Fornecedores:		
(+) Saldo Final De Fornecedores (Ano Anterior)	(381.230,63)	(479.550,94)
(+) Compras (Ano Atual)	0,00	0,00
(-) Saldo Final De Fornecedores (Ano Atual)	(362.250,46)	(381.230,63)
(=) Total De Pagamento a Fornecedores	**(18.980,17)**	**(98.320,31)**
C) Pagamentos Diversos:		
Adiantamento A Terceiros	0,00	0,00
Pagamento de Contas A Pagar	0,00	0,00
Pagamento de Irpj/Csll (Ano Anterior)	(931.668,13)	(1.198.742,67)
Impostos Sobre As Vendas	(8.176.827,03)	(9.160.677,34)
Despesas Administrativas, Vendas e Gerais	(7.958.173,11)	(7.680.347,18)
Despesas Financeiras	(13.754,95)	(15.992,45)
(=) Total De Pagamentos Diversos	**(17.080.423,22)**	**(18.055.759,64)**
Total Das Atividades Operacionais	**24.460.047,84**	**27.070.964,54**
2–Das Atividades de Investimentos		
Aquisição De Imobilizado	(1.120.000,00)	0,00
Total Das Atividades De Investimentos	**(1.120.000,00)**	**0,00**
3–Das Atividades De Financiamentos		
Aquisição de Empréstimos Bancários	0,00	0,00
Aumento de Capital	0,00	0,00
Total Das Atividades de Financiamentos	**0,00**	**0,00**
(1+2+3) Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**23.340.047,84**	**27.070.964,54**
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Ano	**0,00**	**0,00**
Variação Ocorrida no Período	**0,00**	**0,00**
Caixa e Equivalentes de Caixa No Final do Ano	**0,00**	**0,00**

Demonstração do Valor Adicionado

	2021		2020	
1–Receitas				
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	41.896.315,11		46.143.794,61	
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos–Reversão/(Constituição)	0,00		0,00	
1.3) Não operacionais	0,00		0,00	
2–Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS, IPI,...				
2.1) Matérias-primas consumidas	0,00		0,00	
2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos	(4.827.005,71)		(4.694.557,15)	
2.3) Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	(7.958.173,11)		(7.680.347,18)	
2.4) Perda/Recuperação de valores ativos	0,00		0,00	
3–Valor Adicionado Bruto	**29.111.136,29**		**33.768.890,28**	
4–Retenções				
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	(845.787,84)		(886.750,00)	
4.2) Despesas Financeiras	(13.754,95)		(15.992,45)	
5–Valor Adicionado Líquido Produzido Pela...	**28.251.593,50**		**32.866.147,83**	
6–Valor Adicionado Recebido em Transferência				
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	0,00		0,00	
6.2) Receitas financeiras	55.328,91		508.439,99	
7–Valor Adicionado Total a Distribuir	**28.306.922,41**		**33.374.587,82**	
8–Distribuição Do Valor Adicionado				
8.1) Pessoal e encargos	10.002.282,03	35%	11.037.944,20	33%
8.2) Impostos, taxas e contribuições	8.411.694,16	30%	10.752.623,04	32%
8.3) Juros e aluguéis	0,00	0%	0,00	0%
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos	0,00	0%	0,00	0%
8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício	9.892.946,22	35%	11.584.020,58	35%
Valor Adicionado Distribuído	**28.306.922,41**	**100%**	**33.374.587,82**	**100%**

Notas Explicativas: A **Sociedade Construtora Anastácio S/A** registrada na JUCESP sob Nº 35.300.483.618 em sessão de 20/10/2015 vem através desta explanar as seguintes observações : A sociedade conseguiu se manter em plena atividade durante esses dois últimos anos e até apresentou um crescimento favorável no ano passado em plena situação econômica desfavoravel devido a pandemia da COVID-19, pois conseguiu se manter estável durante o exercício equilibrando suas finanças com uma excelente administração, manteve controlada suas despesas operacionais e reduziu significadamente suas despesas pessoais, pois mesmo tendo uma redução em seu faturamento total a empresa conseguiu apresentar seus principais indices econômicos–financeiros dentro das médias aceitáveis para atender todos os requisitos exigíveis em Licitações e concorrências Públicas.

Idalgo Eliassantos
Função: Diretor Presidente
RG: 30.944.91 - CPF: 064.996.008-49

Josias Merchan de Santana - Função: Contador
CPF: 074.469.968-11
TC/CRC: 1SP137805/O-0

Bolsas da Europa fecham em alta, com diálogo Rússia-Ucrânia

Os mercados acionários da Europa tiveram ganhos robustos em vários casos, com investidores comprando ações diante de maior otimismo sobre o quadro na Ucrânia, sendo que papéis de bancos estiveram entre os destaques. O anúncio da Rússia de que reduziria operações militares em Kiev e em outra cidade da Ucrânia, Chernigov, apoiou a tomada de risco, embora não haja um acordo final entre as partes no horizonte.

O índice pan-europeu Stoxx 600 fechou em alta de 1,74%, em 462,09 pontos.

O governo russo anunciou redução "fundamental" em suas operações nas duas cidades citadas e autoridades americanas citadas pela imprensa local já notavam retirada parcial de tropas russas da capital ucraniana. Anfitriã do encontro desta terça, a Turquia considerou que ele foi "o mais significativo" até o momento entre as partes.

O quadro geopolítico apoiou ganhos nas bolsas europeias. Após abertura positiva em Nova York, houve impulso ainda maior. Ao mesmo tempo, o BMO Capital comentava que o otimismo com o quadro na Ucrânia pode se esvair rápido, como em semanas recentes, enquanto o secretário de Estado americano, Antony Blinken, enfatizava a importância dos atos da Rússia, não de suas declarações. A Ucrânia propôs neutralidade, mas exigiu garantias de segurança nas negociações, enquanto do lado russo avaliações positivas sobre as conversas foram divulgadas.

Na Bolsa de Londres, o índice FTSE 100 fechou em alta de 0,86%, a 7.537,25 pontos. O setor de energia tirou fôlego do mercado acionário britânico, em jornada negativa para o petróleo. A ação da BP teve baixa de 2,51% e, entre as mineradoras, Antofagasta caiu 0,94% e Glencore, 3,79%.

Em Frankfurt, o índice DAX subiu 2,79%, para 14.820,33 pontos. Na agenda local, o índice GfK de confiança do consumidor na Alemanha recuou de -8,5 em março a -15,5 em abril, nate previsão de -15,0 dos analistas.

Na Bolsa de Paris, o índice CAC 40 avançou 3,08%, a 6.792,16 pontos. Entre os bancos, Société Générale subiu 8,33% e BNP Paribas, 6,40%. Já TotalEnergies recuou 1,88%.

Em Milão, o FTSE MIB teve ganho de 2,41%, a 25.307,98 pontos. O setor financeiro também se saiu bem na Itália, com Intesa Sanpaolo em alta de 5,70% e UniCredit, de 7,52%.

O índice Ibex 35, da Bolsa de Madri, subiu 2,98%, a 8.614,60 pontos. Entre os papéis mais negociados, DIA subiu 8,46%, Nyesa Valores avançou 6,90% e Santander, 5,47%.

Isto é Dinheiro

Bolsas da Ásia fecham na maioria em alta; China fica no vermelho

As bolsas asiáticas fecharam majoritariamente em alta nesta terça-feira, 29, na expectativa para a retomada de negociações de paz presenciais entre Rússia e Ucrânia. Na China, porém, os negócios foram pressionados pela nova onda de covid-19 que levou a um lockdown temporário em Xangai.

O índice japonês Nikkei subiu 1,10% em Tóquio hoje, a 28.252,42 pontos, enquanto o Hang Seng avançou 1,12% em Hong Kong, a 21.927,63 pontos, o sul-coreano Kospi se valorizou 0,42% em Seul, a 2.741,07 pontos, e o Taiex registrou modesto ganho de 0,16% em Taiwan, a 17.548,66 pontos.

Delegações de negociadores russos e ucranianos se reúnem de forma presencial na Turquia hoje para tentar reverter o conflito iniciado há mais de um mês. No fim de semana, o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, disse que Kiev estava considerando adotar o status neutro em um eventual acordo com Moscou.

Já os mercados chineses ficaram no vermelho, em meio a preocupações com o impacto do lockdown decretado em Xangai para tentar conter um aumento nas infecções por covid-19. O Xangai Composto recuou 0,33%, a 3.203,94 pontos, e o menos abrangente Shenzhen Composto caiu 0,57%, a 2.084,47 pontos.

Na Oceania, a bolsa australiana seguiu o tom predominante da Ásia e garantiu o sexto pregão consecutivo de ganhos, sequência positiva mais longa deste ano. O S&P/ASX 200 avançou 0,70% em Sydney, a 7.464,30 pontos. Com informações da Dow Jones Newswires.

Isto é Dinheiro

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0A2B-1CA5-9009-3B5B.

Publicidade Legal

IES Rental Maquinas e Equipamentos S/A

CNPJ 23.350.194/0001-50–NIRE 35300482611

Demonstrações Financeiras dos exercícios findos de 31/12/2021 e 31/12/2020–(Em Reais)

Balanço Patrimonial

Ativo	31/12/2021	31/12/2020
Ativo	**5.865.058,86 D**	**5.823.229,51 D**
Ativo Circulante	**1.256.066,38 D**	**1.119.237,03 D**
Disponibilidades	1.255.197,57 D	1.118.470,40 D
Bancos	1,00 D	1,00 D
Aplicações Financeiras	1.255.196,57 D	1.118.469,40 D
Realizavel A Curto Prazo	868,81 D	766,63 D
Impostos A Recuperar	868,81 D	766,63 D
Ativo Permanente	**4.608.992,48 D**	**4.703.992,48 D**
Ativo Imobilizado	**4.608.992,48 D**	**4.703.992,48 D**
Maquinas e Veiculos	6.011.425,65 D	6.011.427,65 D
Depreciação Acumulada Maquinas e Veiculo	1.402.433,17 C	1.307.435,17 C
Total do Ativo	**5.865.058,86 D**	**5.823.229,51 D**
Passivo	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Passivo	**5.865.058,86 C**	**5.823.229,51 C**
Passivo Circulante	**69.824,92 C**	**65.228,51 C**
Exigivel A Curto Prazo	69.824,92 C	65.228,51 C
Fornecedores	239,90 C	0,00
Contas A Pagar	495,00 C	0,00
Honorarios Contabeis A Pagar	495,00 C	0,00
Obrigações Tributarias–Federais	53.649,26 C	50.586,67 C
C.S.L.L–A Pagar	13.882,31 C	13.642,63 C
COFINS–A Pagar	5.940,97 C	4.185,64 C
I.R.PJ–A Pagar	32.538,77 C	31.851,51 C
P.I.S–A Pagar	1.287,21 C	906,89 C
Obrigações Sociais	10.250,00 C	9.820,00 C
Retirada De Pro-Labore–A Pagar	10.250,00 C	9.820,00 C
Obrigações Tributarias–Sociais	5.190,76 C	4.821,84 C
I.N.S.S Sob Salário–A Pagar	3.988,80 C	3.782,64 C
I.R.R.F Funcionarios–A Pagar	1.201,96 C	1.039,20 C
Patrimonio Liquido	**5.795.233,94 C**	**5.758.001,00 C**
Capital Proprio	5.691.438,65 C	5.691.438,65 C
Capital Social Integralizado	5.691.438,65 C	5.691.438,65 C
Capital Subscrito	5.691.438,65 C	5.691.438,65 C
Reservas	103.795,29 C	66.562,35 C
Lucros ou Prejuizos Acumulados	1.424.353,81 C	66.562,35 C
Adiantamento De Lucro Aos Socios	1.320.558,52 D	0,00
Socio–Hidalgo Vicente Santos	670.941,89 D	0,00
Socio–Angelo Elias Santos	649.616,63 D	0,00
Total do Passivo e Patrimônio...	**5.865.058,86 C**	**5.823.229,51 C**

Reconhecemos a exatidão do presente balanço encerrado em 31 de Dezembro de 2021 conforme documentação apresentada.

Demonstração do Resultado do Exército

Receitas	31/12/2021	31/12/2020
3–Receitas		
3.1–Receita Operacional Bruta		
3.1.1–Receita Mercado Interno	2.058.491,48 C	2.393.273,33 C
3.1.1.01–A Vista		
Receita Mercado Interno	2.058.491,48 C	2.393.273,33 C
3.2–Deduções das Receitas		
3.2.1–Deduções e Abatimentos Das Vendas	287.601,23 D	414.145,59 D
3.2.1.01–Deduções e Abatimentos		
Deduções e Abatimentos Das Vendas	287.601,23 D	414.145,59 D
Total ee Receitas	1.770.890,25 C	1.979.127,74 C
(=) Receita Líquida	**1.770.890,25 C**	**1.979.127,74 C**
(=) Lucro Bruto	**1.770.890,25 C**	**1.979.127,74 C**
Despesas		
	31/12/2021	**31/12/2020**
5–Despesas		
5.1–Despesas Operacionais		
5.1.1–Despesas Operacionais	254.527,00 D	282.288,13 D
5.1.1.01–Despesas Comerciais / Administrativas	9.766,83 D	10.026,06 D
5.1.1.02–Despesas Tributarias–Federais	442,17 D	0,00
5.1.1.03–Despesas Tributarias–Estaduais	154.243,32 D	146.296,98 D
5.1.1.05–Despesas Sociais	30.881,04 D	29.285,04 D
5.1.1.06–Despesas Tributarias–Sociais	11,05 D	0,00
5.1.1.07–Despesas Financeiras	0,00	601.592,67 D
5.1.1.08–Depreciação	36.772,62 C	275.271,61 C
5.1.1.09–Receitas Nao Operacionais		
Despesas Operacionais	**413.098,79 D**	**794.217,27 D**
Total de Despesas	413.098,79 D	794.217,27 D
(=) Lucro Operacional	**1.357.791,46 C**	**1.184.910,47 C**
Resultado Financeiro:		
Outras Receitas/Despesas:		
(=) Lucro Antes Dos Impostos, Particip. e...	**1.357.791,46 C**	**1.184.910,47 C**
Provisão de Impostos:		
Participações e Contribuições:		
(=)Total do LUCRO do Período:	**1.357.791,46 C**	**1.184.910,47 C**

Reconhecemos a exatidão do presente balanço encerrado em 31 de Dezembro de 2021 conforme documentação apresentada.

Demonstração do Fluxo de Caixa

	2021	2020
1–Das Atividades Operacionais		
A) Recebimento De Clientes:		
(+) Saldo Final De Clientes (Ano Anterior)	0,00	0,00
(+) Vendas (Ano Atual)	2.058.491,48	2.393.273,33
(-) Saldo Final De Clientes (Ano Atual)	0,00	0,00
(=) Total De Recebimento De Clientes	**2.058.491,48**	**2.393.273,33**
B) Pagamento De Fornecedores:		
(+) Saldo Final De Fornecedores (Ano Anterior)	0,00	0,00
(+) Compras (Ano Atual)	0,00	0,00
(-) Saldo Final De Fornecedores (Ano Atual)	(239,90)	0,00
(=) Total De Pagamento a Fornecedores	**239,90**	**0,00**
C) Pagamentos Diversos:		
Adiantamento A Terceiros	0,00	0,00
Pagamento De Contas A Pagar	0,00	0,00
Pagamento De Irpj/Csll (Ano Anterior)	(45.494,14)	(51.418,80)
Impostos Sobre As Vendas	(287.601,23)	(414.145,59)
Despesas Administrativas, Vendas E Gerais	(254.527,00)	(282.288,13)
Despesas Financeiras	(11,05)	0,00
(=) Total De Pagamentos Diversos	**(587.633,42)**	**(747.852,52)**
Total Das Atividades Operacionais	**1.471.097,96**	**1.645.420,81**
2–Das Atividades de Investimentos		
Aquisição De Imobilizado	0,00	0,00
Total Das Atividades de Investimentos	**0,00**	**0,00**
3–Das Atividades de Financiamentos		
Aquisição De Empréstimos Bancários	0,00	0,00
Aumento De Capital	0,00	0,00
Total Das Atividades De Financiamentos	**0,00**	**0,00**
(1+2+3) Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**1.471.097,96**	**1.645.420,81**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Ano	**0,00**	**0,00**
Variação Ocorrida no Período	**0,00**	**0,00**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Ano	**0,00**	**0,00**

Demonstração do Valor Adicionado

	2021	2020
1–Receitas	**2.058.491,48**	**2.393.273,33**
1.1) Vendas De Mercadorias, Produtos e Serviços	0,00	0,00
1.2) Provisão P/ Devedores Duvidosos–Reversão/(Constituição)	35.000,00	265.000,00
1.3) Não Operacionais		
2–Insumos Adquiridos de Terceiros (Inclui Icms, Ipi,...	**0,00**	**0,00**
2.1) Matérias-Primas Consumidas	**0,00**	**0,00**
2.2) Custo Das Mercadorias e Serviços Vendidos	(254.527,00)	(282.288,13)
2.3) Materiais, Energia, Serviço de Terceiros e Outros	0,00	0,00
2.4) Perda/Recuperação de Valores Ativos	**1.838.964,48**	**2.375.985,20**
3–Valor Adicionado Bruto		
4–Retenções	**0,00**	**(601.592,67)**
4.1) Depreciação, Amortização e Exaustão	1.838.964,48	1.774.392,53
5–Valor Adicionado Líquido Produzido Pela...		
6–Valor Adicionado Recebido Em Transferência	**0,00**	**0,00**
6.1) Resultado de Equivalência Patrimonial	1.761,57	10.271,61
6.2) Receitas Financeiras	1.840.726,05	1.784.664,14
7–Valor Adicionado Total a Distribuir		
8–Distribuição do Valor Adicionado		
8.1) Pessoal e encargos	185.124,36 10%	175.582,02 10%
8.2) Impostos, taxas e contribuições	297.810,23 16%	424.171,65 24%
8.3) Juros e aluguéis	0,00 0%	0,00 0%
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos	0,00 0%	0,00 0%
8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício	1.357.791,46 74%	1.184.910,47 66%
Valor Adicionado Distribuído	**1.840.726,05 100%**	**1.784.664,14 100%**

Demonstracao Das Mutacoes Do Patrimonio Liquido

Títulos	Capital Realziado Atualizado		Reserva de Capital			Reservas de Revalização		Reserva de Lucros Detalhes no Quadro Baixo	Lucros Acumulados	Total
	Capital Subscrito	A Realizar	Agio da Subscrição	Ações em Tesouraria	Subvenção p/ Investimento	De Ativos Próprios	De Ativos Controlados			
Saldos em 31/12/2020	**5.691.438,65**								**66.562,35**	**5.758.001,00**
Ajustes de Exercícios Anteriores mudança de critério Contabil (N.E.)										
Imposto de Renda										
Aumanto de capital AGE										
Aquisição de AÇões proprias com reserva de Agio na Subscrição										
Subvencao, incentivos fiscais, IR										
Reversao e transferencia de reservas										
Lucro Liquido do Exercicio									1.357.791,46	1.357.791,46
Destinacao de Lucro Liquido										
Reservas										
Dividendos									(1.320.558,52)	(1.320.558,52)
Saldos em 31/12/20321	**5.691.438,65**								**103.795,29**	**5.795.233,94**

Titulo	Legal	Estatutária	Lucros a Realziar	Retenções p/ Expansão	Soma
Saldos em 31/12/2020	**66.562,35**				66.562,35
Reservasão para Lucros Acumulados			1.357.791,46		1.357.791,46
Destinação de Parte do Lucro Líquido			(1.320.558,52)		(1.320.558,52)
Saldos em 31/12/2021	**66.562,35**		**37.232,94**		**103.795,29**

Notas Explicativas: A Sociedade IES Rental Maquinas e Equipamentos S/A , registrada na JUCESP sob Nº 35.300.482.611 em sessão de 30/11/2015 vem através desta explanar as seguintes observações : A sociedade veio mantendo seu nível de faturamento mesmo durante estes dois anos de pandemia, pois mesmo com um cenário desfavorável da econômia a empresa se manteve ativa e através de uma sólida administração não deixou suas finanças se abalarem. Para os próximos períodos a administração já vem se preparando para uma nova fase de crescimento e de grandes expectativas economico - financeiras.

Hidalgo Vicente Santos - Função: Diretor Presidente
RG: 12.421.780-1 - CPF: 051.351.238-14

Josias Merchan De Santana - Função: Contador
CPF: 074.469.968-11 - TC/CRC: 1SP137805/O-0

Taxas futuras de juros mantêm tendência e recuam em toda a curva

As taxas de juros negociadas no mercado futuro operam em queda firme nesta manhã, com os vencimentos intermediários e longos registrando sucessivas mínimas, chegando a registrar queda de até 19 pontos-base. A expectativa inicial do mercado era de um dia de oscilações mais contidas, a contar pela sequência de quedas dos últimos dias. Mas a forte virada do petróleo, agora contabilizando perdas de mais de 6%, acabou por favorecer um movimento mais firme na curva a termo.

O dólar também recua, em linha com a tendência internacional de maior apetite por risco nesta manhã, que leva as bolsas a subirem na Europa e nos Estados Unidos.

Às 9h37, o contrato de DI para janeiro de 2023 tinha taxa de 12,69%, ante 12,73% do ajuste de ontem. O vencimento para janeiro de 2025 projetava 11,24%, contra 11,41%. Na ponta longa da curva, a vencer em janeiro 2027, a taxa era de 11,07%, de 11,26% do ajuste anterior.

As sinalizações do Banco Central (BC) de que a intenção é promover apenas mais um ajuste de 1 ponto porcentual na taxa Selic já estão consolidadas na curva de juros. Resta, entretanto, acompanhar os desdobramentos da guerra no Leste Europeu, única variável no horizonte que pode alterar o plano do BC.

E o dia começa no exterior justamente com a expectativa pela retomada das negociações entre Rússia e Ucrânia, que ocorre presencialmente na Turquia. A esperança de um entendimento entre os dois países que leve ao fim da guerra motiva a alta das bolsas na Europa e nos futuros de Nova York.

No Brasil, a agenda traz os dados do Caged de fevereiro, que mostrou criação de 328.507 postos de trabalho em fevereiro, número que ficou acima do teto das estimativas do mercado.

Isto é Dinheiro

Ouro fecha em queda, pressionado por avanço das negociações sobre a Ucrânia

O contrato mais líquido do ouro fechou em forte baixa nesta terça-feira, 29, mesmo com o dólar caindo e a ponta longa dos Treasuries arrefecendo. O metal – tido como um porto seguro, sendo assim mais procurado em situações de acirramento de conflitos – foi pressionado pelas sinalizações de avanço das negociações entre Rússia e Ucrânia.

Na Comex, divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex), o ouro com entrega prevista para abril recuou 1,42%, a US$ 1.912,20 por onça-troy.

Nesta terça, em dia de reunião entre Kiev e Moscou, em Istambul, na Turquia, o Ministério da Defesa russo decidiu reduzir drasticamente a atividade militar nos arredores de Kiev e Chernigov.

Além disso, o assessor presidencial da Rússia, Vladimir Medinsky, afirmou que a rodada de conversações foi construtiva.

Tanto o negociador russo quanto o ucraniano afirmaram que é possível a realização de um encontro entre os presidentes Vladimir Putin e Volodymyr Zelensky.

Para o TD Securities, embora os metais preciosos tenham se mostrado resilientes, o aparente progresso nas negociações de cessar-fogo nesta manhã afetou os fluxos de refúgio.

"Há um forte indício de otimismo no ar em meio às manchetes de possíveis negociações de paz", disse Matthew Weller, chefe global de pesquisa da FOREX.com e da City Index. "Os comerciantes entenderam essa dica e estão colocando agressivamente o chamado 'comércio da paz'", completou.

Isto é Dinheiro

Servidores do Tesouro decidem paralisar atividades nos dia 1º e 5 de abril

O Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle (Unacon Sindical) decidiu em assembleia encerrada nesta terça-feira, 29, que os servidores do Tesouro Nacional paralisarão os trabalhos na sexta-feira, 1º de abril, e na próxima terça-feira, 5.

A categoria também deve votar na próxima terça a possibilidade de greve por tempo indeterminado.

O presidente da Unacon, Braúlio Santiago, afirmou ao Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) que os servidores do Tesouro decidiram postergar a divulgação de alguns relatórios. "A categoria decidiu atrasar a entrega de alguns relatórios. O primeiro deles será o Relatório Mensal da Dívida Pública, que tinha previsão de ser publicado amanhã. Será postergado", afirmou.

Segundo Santiago, a possibilidade de greve está no radar da categoria, mas ainda há espaço para diálogo. Ele, que também representa os servidores da Controladoria-Geral da União (CGU), afirmou que já se reuniu três vezes com o secretário do Tesouro, Paulo Valle, e com o ministro Wagner Rosário. "A sinalização da área técnica do governo é que não há espaço orçamentário para reajuste para nenhuma categoria. Mas não dá para aceitar que uma carreira descole das outras", disse.

Segundo Santiago, as perdas inflacionárias desde 2019 chegam a 19,9%, mas as categorias policiais têm a promessa de receber reajustes de até 30%. "Nossa luta é para evitar o desalinhamento salarial entre as carreiras do Executivo. Isso seria inédito.

Isto é Dinheiro

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0A2B-1CA5-9009-3B5B.

Publicidade Legal

Royal S/A Administração, Participações e Empreendimentos

CNPJ 12.053.293/0001-54 - NIRE 35300483171

Demonstrações Financeiras dos exercícios findos de 31/12/2021 e 31/12/2020 - (Em Reais)

Balanco Patrimonial

Ativo	31/12/2021	31/12/2020
Ativo	**32.542.122,78 D**	**32.802.118,50 D**
Ativo Circulante	**30.453.758,78 D**	**31.114.904,50 D**
Disponibilidades	638.492,65 D	1.364.803,46 D
Bancos	1,00 D	1,00 D
Aplicações Financeiras	638.491,65 D	1.364.802,46 D
Realizavel a Curto Prazo	29.815.266,13 D	29.750.101,04 D
Outros Creditos	65.000,00 D	0,00
Impostos a Recuperar	13.893,18 D	13.728,09 D
Estoques–Empreendimentos P/ Construção	11.156.933,16 D	11.156.933,16 D
Estoques–Imóveis Acabados P/ Comerc.	18.579.439,79 D	18.579.439,79 D
Ativo Permanente	**2.088.364,00 D**	**1.687.214,00 D**
Ativo Imobilizado	**2.088.364,00 D**	**1.687.214,00 D**
Holding–Terrenos–Sítios–Fazendas	739.431,00 D	739.431,00 D
Holding–Imóveis e Prédios	947.783,00 D	947.783,00 D
Equipamentos	408.783,20 D	7.633,20 D
Informatica	2.055,57 D	2.055,57 D
Depreciação Acumulada Equipamentos	7.633,20 C	7.633,20 C
Depreciação Acumulada de Informatica	2.055,57 C	2.055,57 C
Total do Ativo	**32.542.122,78 D**	**32.802.118,50 D**
Passivo	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Passivo	**32.542.122,78 C**	**32.802.118,50 C**
Passivo Circulante	89.404,33 C	51.208,05 C
Exigivel a Curto Prazo	89.404,33 C	51.208,05 C
Fornecedores Analiticamente	61.156,60 C	11.885,36 C
Contas a Pagar	990,00 C	942,00 C
Honorarios Contabeis A Pagar	990,00 C	942,00 C
Obrigações Tributarias–Federais	25.346,91 C	37.699,24 C
C.S.L.L–A Pagar	6.986,09 C	9.886,65 C
Cofins–A Pagar	2.203,07 C	4.015,29 C
I.R.P.J–A Pagar	13.399,72 C	21.428,13 C
P.I.S–A Pagar	477,33 C	869,98 C
Inss Retido S/ Serviços Tomados	2.280,70 C	1.499,19 C
Obrigações Tributarias–Municipais	1.910,82 C	681,45 C
I.S.S–A Pagar Sob NF Serviços Tomados	1.910,82 C	681,45 C
Patrimonio Liquido	32.452.718,45 C	32.750.910,45 C
Capital Proprio	31.205.962,00 C	31.205.962,00 C
Capital Social Integralizado	31.205.962,00 C	31.205.962,00 C
Reservas	1.246.756,45 C	1.544.948,45 C
Reservas De Capital	176.980,61 C	176.980,61 C
Lucros Ou Prejuizos Acumulados	1.069.775,84 C	1.367.967,84 C
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**32.542.122,78 C**	**32.802.118,50 D**

Reconhecemos a exatidão do presente balanço encerrado em 31 de Dezembro de 2021 conforme documentação apresentada.

Demonstração do Resultado do Exercício

Receitas Holding	31/12/2021	31/12/2020
3–Receitas Holding		
3.1–Receita Operacional Bruta		
3.1.1–Receita Mercado Interno	1.527.049,30 C	1.014.414,97 C
3.1.1.01–A Vista		
Receita Mercado Interno	**1.527.049,30 C**	**1.014.414,97 C**
3.2–Deduções das Receitas		
3.2.1–Deduções e Abatimentos Das Vendas	199.474,70 D	129.958,06 D
3.2.1.01–Deduções e Abatimentos		
Deduções E Abatimentos Das Vendas	199.474,70 D	129.958,06 D
Total de Receitas Holding	**1.327.574,60 C**	**884.456,91 C**
(=) Receita Líquida	**1.327.574,60 C**	**884.456,91 C**
Custos		
	31/12/2021	**31/12/2020**
4–Custos		
4.1–Custos Tecnicos		
4.1.1–Custo De Mercadorias Vendidas	3.800,00 D	0,00
4.1.1.05–Mão-De-Obra De Terceiros		
Custo De Mercadorias Vendidas	3.800,00 D	0,00
Total de Custos	**3.800,00 D**	**0,00**
(=) Lucro Bruto	**1.323.774,60 C**	**884.456,91 C**
Despesas	**31/12/2021**	**31/12/2020**
5–Despesas		
5.1–Despesas Operacionais Holding		
5.1.1–Despesas Operacionais	1.628.419,05 D	212.339,19 D
5.1.1.01–Despesas Comerciais/Administrativas	3.219,90 D	3.045,52 D
5.1.1.02–Despesas Tributarias–Federais	8.692,95 D	0,00
5.1.1.03–Despesas Tributarias–Estaduais	225.471,79 D	167.170,30 D
5.1.1.04–Despesas Tributarias–Municipais	0,00	2.287,99 D
5.1.1.05–Despesas Sociais	607,41 D	193,02 D
5.1.1.07–Despesas Financeiras	244.444,50 C	167.757,94 C
5.1.1.09–Receitas Nao Operacionais		
Despesas Operacionais	1.621.966,60 D	217.278,08 D
Total de Despesas	**1.621.966,60 D**	**217.278,08 D**
(=) Prejuízo...	**298.192,00 D**	**667.178,83 C**
Resultado Financeiro:		
Outras Receitas/Despesas:	**298.192,00 D**	**667.178,83 C**
(=) Prejuízo Antes dos Impostos, Particip. e...Provisão de Impostos:		
Participações e Contribuições:		
(=) Total do Prejuízo do...	**298.192,00 D**	**667.178,83 C**

Reconhecemos a exatidão da presente demonstração encerrada em 31 de Dezembro de 2021 conforme documentação apresentada.

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto

1–Das Atividades Operacionais	2021	2020
A) Recebimento de Clientes:		
(+) Saldo Final de Clientes (Ano Anterior)	0,00	0,00
(+) Vendas (Ano Atual)	1.527.049,30	1.014.414,97
(-) Saldo Final de Clientes (Ano Atual)	0,00	0,00
(=) Total de Recebimento De Clientes	**1.527.049,30**	**1.014.414,97**
B) Pagamento de Fornecedores:		
(+) Saldo Final De Fornecedores (Ano Anterior)	(11.885,36)	(11.091,23)
(+) Compras (Ano Atual)	0,00	0,00
(-) Saldo Final De Fornecedores (Ano Atual)	(61.156,60)	(11.885,36)
(=) Total De Pagamento a Fornecedores	**49.271,24**	**794,13**
C) Pagamentos Diversos:		
Adiantamento a Terceiros	0,00	0,00
Pagamento de Contas A Pagar	0,00	0,00
Pagamento de IRPJ/CSLL (Ano Anterior)	(31.314,78)	(45.496,28)
Impostos Sobre As Vendas	(199.474,70)	(129.958,06)
Despesas Administrativas, Vendas E Gerais	(1.628.419,05)	(212.339,19)
Despesas Financeiras	(607,41)	(193,02)
(=) Total De Pagamentos Diversos	**(1.859.815,94)**	**(387.986,55)**
Total Das Atividades Operacionais	**(283.495,40)**	**627.222,55**
2–Das Atividades De Investimentos		
Aquisição de Imobilizado	(401.150,00)	0,00
Total Das Atividades de Investimentos	**(401.150,00)**	**0,00**
3–Das Atividades de Financiamentos		
Aquisição De Empréstimos Bancários	0,00	0,00
Aumento De Capital	0,00	0,00
Total Das Atividades De Financiamentos	**0,00**	**0,00**
(1+2+3) Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(684.645,40)**	**627.222,55**
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Ano	**0,00**	**0,00**
Variação Ocorrida no Período	**0,00**	**0,00**
Caixa e Equivalentes de Caixa No Final do Ano	**0,00**	**0,00**

Demonstracao das Mutações do Patrimonio Liquido

Títulos	Capital Realziado Atualizado		Reserva de Capital			Reservas de Revaliação		Reserva de Lucros		
	Capital Subscrito	A Realizar	Agio da Subscrição	Ações em Tesouraria	Subvenção p/ Investimento	De Ativos Próprios	De Ativos Controlados	Detalhes no Quadro Baixo	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2020	65.205.962,00	(34.000.000,00)							1.544.948,45	32.750.910,45
Ajuste de Exercicios Anteriores.										
Mudanca de criterio contabil (N.E.)										
Imposto de Renda										
Aumento de Capital AGE										
Aquisicao de acoes proprias com reserva de agio na subscrição										
Subvencao, incentivos fiscais, IR										
Reversao e transferencia de reservas										
Prejuizo Líquido do Exercício									(298.192,00)	(298.192,00)
Reservas										
Dividendo										
Saldos em 31/12/2021	65.205.962,00	(34.000.000,00)							1.246.756,45	32.452.718,45

Titulo	Kegal Estaturia	Lucros a Realziar	Retenções p/ Expansão	Soma
Saldos em 31/12/2020	1.544.948,45			1.544.948,45
Reservção para Lucros Acumuadlos		(298.192,00)		(298.192,00)
Destinação de parte do Lucro Líquido				
Saldos em 31/12/2021	1.544.948,45	(298.192,00)		1.246.756,45

Demonstração do Valor Adicional

	2021		2020	
1–Receitas				
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.527.049,30		1.014.414,97	
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos–Reversão/(Constituição)	0,00		0,00	
1.3) Não operacionais	239.147,03		164.293,44	
2–Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS, IPI,...				
2.1) Matérias-primas consumidas	0,00		0,00	
2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos	(3.800,00)		0,00	
2.3) Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	(1.628.419,05)		(212.339,19)	
2.4) Perda/Recuperação de valores ativos	0,00		0,00	
3–Valor Adicionado Bruto	**133.977,28**		**966.369,22**	
4–Retenções				
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	0,00		0,00	
5–Valor Adicionado Líquido Produzido Pela...	**133.977,28**		**966.369,22**	
6–Valor Adicionado Recebido em Transferência				
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	0,00		0,00	
6.2) Receitas financeiras	4.690,06		3.271,48	
7–Valor Adicionado Total A Distribuir	**138.667,34**		**969.640,70**	
8–Distribuição do Valor Adicionado				
8.1) Pessoal e encargos	0,00	0%	2.287,99	0%
8.2) Impostos, taxas e contribuições	436.859,34	315%	300.173,88	31%
8.3) Juros e aluguéis	0,00	0%	0,00	0%
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos	0,00	0%	0,00	0%
8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício	(298.192,00)	-215%	667.178,83	69%
Valor Adicionado Distribuído	**138.667,34**	**100%**	**969.640,70**	**100%**

Notas Explicativas: A Sociedade Royal S/A Adm, Partic. e Empreend. registrada na **JUCESP** sob Nº 35.224.261.061 em sessão de 07/10/2015 vem através desta explanar as seguintes observações: A sociedade teve um crescimento significativo em suas receitas, mesmo passando por estes momentos de turbulência econômica ao qual o País enfrenta devido estes dois últimos anos da pandemia. A sociedade neste exercício apresentou um prejuízo contábil , devido realizar alguns investimentos em Ativos ao quais serão de grande importância na valorização de suas instalações. Esta sociedade foi criada especificamente para administrar os bens dos sócios, funcionando como uma Holding Familiar.

Idalgo Elias Santos - Função: Diretor Presidente - RG: 3.094.491 - CPF: 064.996.008-49

Josias Merchan de Santana - Função: Contador - CPF: 074.469.968-11 - Tc/Crc: 1Sp137805/O-0

Alívio externo por Rússia-Ucrânia, Caged e troca na Petrobras animam Ibovespa

O Ibovespa retomou hoje a trajetória de alta após interromper uma série de oito pregões seguidos de valorização ontem, quando cedeu 0,29%, aos 118.737,78 pontos. O pano de fundo do bom humor internacional vem da esperança de avanço em conversas presenciais de paz entre Rússia e Ucrânia, nesta terça, na Turquia. O ambiente internacional melhor e o avanço na geração de vagas de emprego com carteira assinada no Brasil sustentam ganhos do índice Bovespa, que já reconquistou a importante marca psicológica dos 120 mil pontos quem sabe ainda hoje.

Mais cedo, indicava até ir a 121 mil pontos (máxima a 120.900,02 pontos, alta de 1,82%). A última vez em que atingiu tal marca foi no dia 16 de agosto, quando a máxima diária chegou a 121.191,45 pontos. Porém, às 10h52 desacelerava a 119.984,11 pontos, em elevação de 1,05%.

"Um dos principais motivos é a possibilidade de um cessar-fogo. Obviamente, a questão da China, com novos casos de covid gera atenção, o que de certa forma alivia um pouco a pressão sobre as commodities e a inflação", avalia Rodrigo Moliterno, head de renda variável da Veedha. Para Moliterno, mesmo que a situação no Leste Europeu caminhe para uma solução de paz, o fluxo de capital externo deve continuar no Brasil. "Ainda está bem atrativo. Com preços de ativos de alguns países desenvolvidos sendo considerados saturados, pode levar a uma readequação do portfólio internacional", avalia Moliterno.

O petróleo reage em queda perto de 5%, após instabilidade, diante de relatos de que negociadores dos dois lados teriam falado sobre a possibilidade de um encontro direto entre os presidentes russo, Vladimir Putin, e ucraniano, Volodymyr Zelensky. De acordo com a agência de notícias Tass, o vice-ministro da Defesa russo, Alexander Fomin, afirmou que o país "reduzirá radicalmente" as atividades militares na capital ucraniana, Kiev.

O recuo da cotação do óleo no exterior, contudo, limita a alta do Ibovespa, que ainda repercute a mudança na direção da Petrobras. Os papéis da companhia estão no radar dos investidores, após o presidente Jair Bolsonaro demitir o general Joaquim Silva e Luna do comando da empresa, e indicar ao cargo o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires. As ações chegaram a subir até 3%, mas reduziram o ritmo para a faixa de 1,6% (PN) e 0,23% (ON), enquanto Vale cedia 1,34%, diante de temores de desaceleração da economia chinesa por conta da covid-19.

"O principal ponto é a melhora do humor no mundo, diante da expectativa de avanço nas negociações entre Rússia e Ucrânia", afirma o estrategista-chefe da Levante Investimentos, Rafael Bevilacqua, para quem a troca no comando da Petrobras não deve mudar a política de preços da empresa, ainda que a troca tenha sido feita pelo presidente Jair Bolsonaro.

Para o economista-chefe da Necton, André Perfeito, a mudança na estatal "é mais um ato simbólico que qualquer outra coisa." Como avalia em nota, a alteração acontece em pleno ano eleitoral o presidente Bolsonaro, quando o chefe do Executivo pretende dar uma resposta à sociedade.

"Mas nem Luna e muito provavelmente nem Pires irão mudar a política de preços da empresa. Qualquer iniciativa em reduzir o impacto aos consumidores de maneira mais generalizada teria que vir do Ministério da Economia na forma de subsídios, mas este não parece ser um plano desejado pelo ministro e equipe", afirma o economista da Necton.

Isto é Dinheiro

Dólar recua ante real com foco em negociações Rússia-Ucrânia

O dólar tinha queda contra o real nesta terça-feira, embora tenha recuperado algum terreno em relação às mínimas do dia, acompanhando a fraqueza de seu par no exterior depois que comentários encorajadores de negociadores russos e ucranianos sobre o conflito no Leste Europeu impulsionaram o sentimento global de risco.

Às 9:55 (de Brasília), o dólar à vista recuava 0,19%, a 4,7623 reais na venda. Mais cedo, na mínima do dia, chegou a cair 1,17%, a 4,7157 reais.

Na B3, às 9:55 (de Brasília), o contrato de dólar futuro de primeiro vencimento caía 0,17%, a 4,7655 reais.

Ao mesmo tempo, o índice do dólar contra uma cesta de seis rivais fortes caía 0,9%, com investidores vendendo ativos considerados seguros após a Ucrânia propor adotar posição de neutralidade em troca de garantias de segurança da Rússia na mais recente rodada de negociações presenciais com Moscou.

Já a Rússia decidiu reduzir drasticamente sua atividade militar em Kiev e Chernihiv, disse o vice-ministro da Defesa russo nesta terça-feira após as conversas, que aconteceram em Istambul.

A maioria das principais bolsas europeias subia acentuadamente, de 1% a 3%, enquanto os futuros de Wall Street também registravam ganhos expressivos. Nos mercados de câmbio mais amplos, a maioria das moedas de países emergentes tinha forte valorização contra o dólar, com destaque para divisas de nações europeias em desenvolvimento.

Isto é Dinheiro

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0A2B-1CA5-9009-3B5B.

Negócios

Citi prevê crescer receitas com Brasil em 50% até 2024

O Citi prevê ampliar suas receitas totais ligadas a negócios com o Brasil em 50% até 2024, à medida que busca capitalizar a forte atividade ligada a mercado de capitais e crédito para grandes empresas, disse o presidente do grupo no país, Marcelo Marangon.

"Vemos um 'pipeline' forte em todas as nossas linhas de negócios", disse Marangon a jornalistas na sede do banco no país nesta terça-feira.

Segundo o executivo, muitas discussões sobre negócios, incluindo fusões e ofertas de ações, que tinham sido engavetadas durante os últimos dois anos de pandemia, estão voltando.

Além disso, afirmou, há mais oportunidades em outras linhas de negócios do banco, como as ligadas a exportações e financiamento a empresas, no Brasil e no exterior.

Com os desdobramentos da guerra na Ucrânia, o Brasil ganhou até mais atratividade internacional devido ao aumento dos preços de commodities metálicas e agrícolas, das quais o país é um grande produtor, o que explica em parte o grande fluxo de recursos internacionais para o país neste começo de 2022.

Para dar suporte à evolução do banco no país, o Citi planeja ampliar seu quadro de funcionários, de 1.900 para cerca de 2.200 até o fim de 2024, disse o executivo.

Desde que vendeu a operação de varejo no Brasil para o Itaú Unibanco, em 2017, o Citi praticamente triplicou seu volume e ativos no Brasil, para cerca de 134 bilhões de reais.

Marangon disse que o Citi não planeja no curto prazo voltar a ter uma operação de banco de varejo no Brasil.

POLÍTICA E PETROBRAS:

Para Marangon, o impacto relativamente moderado da troca no comando da Petrobras sobre as ações da companhia reflete em parte a percepção do mercado de que a política de reajuste de preços dos combustíveis será mantida.

Na segunda-feira, o governo federal indicou Adriano Pires para a presidência-executiva da estatal, no lugar de Joaquim Silva e Luna, após críticas do presidente Jair Bolsonaro sobre alta nos preços de combustíveis.

A ação PN da empresa chegou a cair forte, mas reduziu a queda no fechamento da véspera e, às 15h desta terça-feira, subia 1,9% na B3 (horário de Brasília). O Ibovespa avançava 1% no mesmo horário.

Reuters

Custo de frete sobe 1,96% em fevereiro enquanto diesel dispara, diz FreteBras

O custo médio do frete rodoviário teve um aumento de 1,96% em fevereiro ante igual período do ano anterior, enquanto o combustível mais utilizado no Brasil, o diesel, disparou 41,48% no mesmo intervalo, de acordo com o Índice FreteBras do Preço do Frete (IFPF) divulgado nesta terça-feira.

O valor médio do frete por quilômetro por eixo no Brasil ficou em 1,01 real. Já o preço do diesel atingiu 5,59 reais, informou em nota a plataforma de transporte de cargas.

No comparativo mensal, o diesel também mostrou um aumento maior (+1,69%) em fevereiro se comparado ao comportamento do frete, que ficou praticamente estável (+0,23%).

Na abertura dos dados por regiões, Sul e Sudeste apresentaram o frete mais elevado em fevereiro (1,02 real). Já os valores mais baixos foram registrados no Nordeste (0,99 real) e Centro-Oeste (0,97 real).

Na comparação entre janeiro e fevereiro, a maior alta do preço do frete foi registrada no Sul, com 1,53%. "Isso aconteceu por ter sido percebido um aumento mais acelerado no número de fretes do que o volume de caminhões disponíveis", afirmou a FreteBras.

"Enquanto o número de fretes publicados na plataforma da FreteBras subiu 4,69%, o volume de veículos na região caiu 5,51%, levando para cima o valor".

No Centro-Oeste, a alta nos preços alcançou 0,92%, enquanto no Sudeste o preço do frete teve leve aumento de 0,56%.

Reuters

Sony atualiza serviço de assinatura e contra-ataca Game Pass

A reformulação do serviço de assinatura PlayStation, da Sony, é um passo importante para nivelar o setor dos jogos com o Game Pass, da Microsoft, embora a retenção de novos lançamentos possa esfriar o entusiasmo, dizem analistas.

A Sony disse que seu serviço PlayStation Plus expandido oferecerá centenas de jogos, incluindo sucessos recentes como "Homem-Aranha: Miles Morales", por uma taxa mensal fixa quando for lançado nos Estados Unidos, Europa e Japão em junho.

O serviço não incluirá novos lançamentos, disse Jim Ryan, presidente-executivo da Sony Interactive Entertainment, à Reuters, mas os usuários ainda podem encontrar títulos de grande orçamento, como "Returnal" e "God of War".

O serviço renovado da Sony combina o atual PlayStation Plus, que tem 48 milhões de assinantes, e oferece jogos online e alguns jogos gratuitos por mês, com o PlayStation Now, que tem 3,2 milhões de usuários e uma biblioteca de jogos para download e streaming.

Existem três níveis, com preços de 9,99 a 17,99 dólares mensais ou 59,99 a 119,99 dólares anualmente. O nível de preço mais baixo, PlayStation Plus Essential, se parece com a oferta atual da Sony. O PlayStation Plus Extra adiciona um catálogo de jogos PS4 e PS5. O PlayStation Plus Premium oferece uma biblioteca adicional de títulos mais antigos, streaming na nuvem nos principais mercados e testes de jogos por tempo limitado.

Dado o alto custo de desenvolvimento de novos jogos, os analistas levantaram preocupações de que a pressão para agrupar mais conteúdo com assinaturas possa prejudicar o lucro da cobiçada unidade de jogos da Sony.

A Microsoft está elevando agressivamente o Game Pass, que tem 25 milhões de assinantes, adicionando novos títulos no dia do lançamento enquanto compra estúdios para expandir as ofertas.

A empresa ganhou uma liderança inicial, respondendo por 60% das assinaturas de jogos na América do Norte e na Europa, em comparação com 7% para a Sony, segundo a Ampere Analysis. As assinaturas representam apenas 4% do total de gastos com jogos.

Os preços recém-anunciados da Sony são vistos como competitivos. A taxa anual de 120 dólares do nível premium se compara com os 180 dólares do Game Pass Ultimate.

Reuters

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0A2B-1CA5-9009-3B5B.